

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO NOVA TENDÊNCIA
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com
São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**

Marina Bolfarine Caixeta

Brasília – DF

Março de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO NOVA TENDÊNCIA
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com
São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**

Marina Bolfarine Caixeta

Orientador Dr. Umberto Euzébio

Brasília – DF

Março de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional

Marina Bolfarine Caixeta

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO NOVA TENDÊNCIA
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:**

**o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com
São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**

Dissertação apresentada ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da
Universidade de Brasília como requisito final para obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Data da defesa: 7 de março de 2014

Banca Examinadora:

Umberto Euzébio Prof. Dr. _____

Universidade de Brasília (UnB)

Rodrigo Pires de Campos Prof. Dr. _____

Universidade de Brasília (UnB)

Iara Costa Leite Profa. Dra. _____

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)

Brasília – DF

Março de 2014

Agradecimentos

Agradeço à Vida pela oportunidade de aprender sempre.

Agradeço a meus pais, Joaquim Santana Caixeta e Vera Lúcia Bolfarine Caixeta, pela Vida, por serem parte de todas as minhas realizações e pelo incentivo, apoio e inspiração no meu caminho do progresso infinito.

Agradeço ao meu companheiro, Ricardo de Carvalho Jatobá, pelo diálogo que acrescenta as minhas reflexões e leituras, pelo incentivo em todos os momentos, pelo amor e pela inesquecível viagem a São Tomé e Príncipe.

Agradeço à Rosália Maia, representante do Ministério da Saúde do Brasil que não poupa esforços para fazer desta cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe uma iniciativa bem-sucedida no tocante ao combate à tuberculose.

Agradeço a meus colegas do Programa de Pós-Graduação que, além de tornarem esta jornada mais interessante, compartilharam comigo leituras, reflexões e conhecimento.

Agradeço a meu orientador, Umberto Euzébio, que tornou esta pesquisa possível e fez este processo ser agradável e de busca baseada nos meus próprios princípios, anseios e referenciais.

Agradeço à Universidade de Brasília e ao corpo docente do CEAM pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa, por entenderem a cooperação internacional como tema multidisciplinar, a procura da interdisciplinaridade, e associado ao desenvolvimento e à sociedade.

Agradeço aos membros da banca de defesa da dissertação, Rodrigo Pires de Campos e Iara Costa Leite, que têm se dedicado a iluminar as discussões sobre a cooperação Sul-Sul do Brasil e fizeram contribuições inestimáveis para essa pesquisa.

A meu ver estamos numa época de mudança de paradigma. O velho paradigma com princípios que nos obrigam a disjuntar, simplificar, reduzir, a formalizar sem poder comunicar aquilo que está disjunto e sem poder de conceber os conjuntos ou a complexidade do real. Estamos num período entre “dois mundos”, um período angustiante, de nascimentos e de mortes, mas em que existem alguns movimentos diferentes – reintrodução da consciência na ciência. Não é somente uma consciência científica, mas profundamente política e humana, humana no sentido que concerne, talvez, ao futuro da humanidade.

Edgar MORIN em “A Inteligência da Complexidade”

Resumo

A cooperação internacional atualmente vivencia momento de transição, e uma nova tendência deste tipo de relacionamento emerge com a cooperação Sul-Sul. Essa cooperação entre países em desenvolvimento é parte do fenômeno da ascensão do Sul, no plano da política internacional, que nem tanto se caracteriza pela localização geográfica, mas também pela carga ideológica que traz em si. Vários movimentos e expectativas em prol da descolonização do conhecimento, do respeito às diferentes culturas, das parcerias mais horizontais entre os países, da participação de outros atores do cenário internacional e da valorização do ser humano no foco do desenvolvimento parecem encontrar oportunidade na cooperação Sul-Sul, que se forma juntamente com triangulares, para os quais conta com a participação do Norte, de organizações internacionais e não-governamentais, e da sociedade. A cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe notabiliza estes novos arranjos, com mecanismos de gestão de projetos muito débeis, se comparados com a cooperação tradicional, com discursos ainda pouco coerentes com as iniciativas em prática, mas inovadores em seus princípios e propostas. Isso se reflete na postura de seus representantes, do mais alto nível ao mais baixo, e, também, no processo e nas circunstâncias em que se concretizam. Esta nova tendência trazida pela cooperação Sul-Sul também se destaca nas discussões de saúde pública e na agenda global de saúde, já que iniciativas, como esta da cooperação para o combate à tuberculose, levam em consideração as determinações sociais da saúde e as particularidades de cada grupo populacional, com vistas à promoção do bem-estar físico, mental e social. As confusões em torno da utilização da expressão ‘cooperação Sul-Sul’ são evidências deste momento de transição e requerem discussões conceituais e teóricas.

Expressões e palavras-chave: cooperação Sul-Sul; Brasil; São Tomé e Príncipe; tuberculose; gestão de projetos; discurso.

Abstract

The international cooperation currently experiences a moment of transition, and a new trend of this type of relationship comes up with the South-South cooperation. This cooperation among developing countries is part of the phenomenon of the rise of the South, in the international politics, which is characterized not so much by the geographic location but by the ideology that it carries. Various movements and expectations in favor of the decolonization of knowledge, the respect for different cultures, the horizontal partnerships between countries, the participation of other actors in the international arena and the importance of human life in the focus of development seem to find opportunity in South-South cooperation, which emerges along with triangular cooperation with the involvement of the North, international and non-governmental organizations and society. Cooperation between Brazil and Sao Tome and Principe is part of these new arrangements; although mechanisms for project management are very weak, if compared to the traditional cooperation, and the speeches are inconsistent with the initiatives in practice, they are innovative in its principles and proposals. This is reflected in the attitude of their representatives, from the highest to the lowest levels, and also into the processes and circumstances that characterize them. This new trend brought on by the South-South cooperation is also revealed in the discussions of public health and in the global health agenda, since initiatives, such as this cooperation to fight tuberculosis, take into account the social determinants of health and the particularities of each population group to promote the physical, mental and social well-being. The misunderstandings and controversies surrounding the use of the term 'South-South cooperation' are an evidence of this moment of transition and demands conceptual and theoretical discussions.

Expressions and keywords: South-South Cooperation, Brazil, Sao Tome and Principe, tuberculosis, project management, discourse.

Lista de Siglas

Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA)

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)

Análise de Discurso Crítica (ADC)

Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (CoBraDI)

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

Cooperação Técnica Internacional (CTI)

Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)

Cooperação Sul-Sul (CSS)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC)

Ministério do Plano e Finanças (MPF)

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Ministério da Saúde e Assistência Social (MSAS)

Ministério da Saúde (MS)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Plano de Ação de Buenos Aires (PABA)

Política Externa Brasileira (PEB)

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)

Lista de Quadros

Quadro 1: Correntes teóricas das Relações Internacionais: cooperação internacional

Quadro 2: Poder Brando e Poder Bruto: comportamentos e recursos disponíveis

Quadro 3: Cronologia da África

Quadro 4: Domínios equacionados e parceiros relevantes para a cooperação internacional na África

Quadro 5: Compilado das notícias sobre a cooperação Sul-Sul do Brasil

Quadro 6: Indicadores de Tuberculose no Brasil e em São Tomé e Príncipe

Quadro 7: Quadro-resumo do projeto de cooperação analisado

Sumário

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
|-------------------------|-----------|

CAPÍTULO I

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento:

| | |
|---|-----------|
| Oportunidade para um pensamento do Sul? A cooperação Sul-Sul | 17 |
|---|-----------|

| | |
|--|----|
| 1. A Cooperação Internacional: a cooperação Sul-Sul | 20 |
| 1.1 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento..... | 20 |
| 1.2 A Cooperação Sul-Sul | 22 |
| 2. Campos teóricos da cooperação internacional | 32 |
| 2.1 Cooperação internacional nas Relações Internacionais | 32 |
| 2.2 Cooperação internacional: novos enfoques | 35 |
| 3. Pensamento do Sul: alternativa política global | 38 |
| 4. Considerações finais do capítulo | 43 |

CAPÍTULO II

A África na cooperação internacional:

| | |
|---|-----------|
| São Tomé e Príncipe em perspectiva | 45 |
|---|-----------|

| | |
|--|----|
| 1. A África na cooperação internacional | 48 |
| 1.1 África: breve contexto | 48 |
| 1.2 Desenvolvimento e Cooperação Internacional na África | 52 |
| 2. São Tomé e Príncipe | 61 |
| 2.1 São Tomé e Príncipe: breve contexto | 63 |
| 2.2 Formação do País e da Sociedade | 64 |
| 2.3 Cultura e identidade nacional: a “Santomensidade” | 74 |
| 3. Considerações finais do capítulo | 79 |

CAPÍTULO III

A Cooperação Internacional no Brasil e

| | |
|--|-----------|
| em São Tomé e Príncipe: os discursos em questão | 81 |
|--|-----------|

| | |
|---|----|
| 1. O Brasil na Cooperação Internacional | 83 |
| 1.1 Política Externa Brasileira para a África | 83 |
| 1.2 A cooperação técnica Sul-Sul do Brasil com a África | 87 |
| 2. São Tomé e Príncipe na Cooperação Internacional | 93 |

| | |
|--|-----|
| 3. A cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe | 96 |
| 4: Discursos do Brasil e de São Tomé e Príncipe | 99 |
| 4.1 ADC: teoria e método de pesquisa social | 99 |
| 4.2 Discurso e representação social | 103 |
| 5. Os discursos do Brasil e de São Tomé e Príncipe | 106 |
| 5.1 Discurso do Brasil | 106 |
| 5.2 Discurso de São Tomé e Príncipe | 114 |
| 5.3 Outros discursos: entrevistas informais | 114 |
| 6. Considerações finais do capítulo | 117 |

CAPITULO IV

A Cooperação Internacional do Brasil com São Tomé e Príncipe:

| | |
|--|------------|
| a prática do projeto para o combate à tuberculose | 119 |
| 1. A tuberculose: questão de desenvolvimento humano | 121 |
| 1.1. Abordagem biológica-medicinal | 121 |
| 1.2. Abordagem psicossocial | 124 |
| 1.3. Representações sociais e determinantes sociais da tuberculose | 126 |
| 1.4. A Humanização da Saúde: tuberculose no Brasil | 129 |
| 1.5. A Tuberculose no mundo, no Brasil e em São Tomé e Príncipe | 130 |
| 2. A cooperação Sul-Sul em saúde | 133 |
| 3. A cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose | 136 |
| 3.1. Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional | 138 |
| 3.2 O projeto de cooperação técnica | 144 |
| 3.3 A prática da parceria: execução do projeto | 152 |
| 4. Considerações finais do capítulo | 161 |

| | |
|------------------------|------------|
| CONCLUSÃO | 165 |
|------------------------|------------|

| | |
|--------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS | 169 |
|--------------------------|------------|

| | |
|-------------|-----|
| NOTAS | 176 |
|-------------|-----|

| | |
|---|-----|
| ANEXO I : Cenas e relatos da ilha de São Tomé | 180 |
|---|-----|

Introdução

Em 2010, o governo brasileiro lançou seu primeiro levantamento financeiro da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, conhecida também pela sigla CoBraDI. Essa iniciativa parte do reconhecimento, nacional e internacional, de que o Brasil pode desempenhar importante papel neste cenário da cooperação internacional para o desenvolvimento, em que tradicionalmente era país receptor.

As estatísticas da CoBraDI mostraram aumento da ordem de 400% na modalidade cooperação técnica, entre os anos de 2005, R\$ 25 milhões e 2010, R\$ 101 milhões (BRASIL, 2013). Além disso, o êxito do Brasil, no âmbito dos países que registraram maior redução do déficit do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre 1990 e 2013, se deveu ao bom desempenho das políticas sociais do país, a partir de investimentos públicos em benefício da população – melhoria dos serviços da saúde, educação e alimentação – e na promoção de sociedades mais harmoniosas - distribuição mais equitativa das oportunidades econômicas e sociais (ONU-RDH, 2012). Esse aumento substancial da cooperação e do sucesso das políticas públicas do Brasil são evidências da preponderância da cooperação Sul-Sul, ou Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), para a política externa brasileira e para o envolvimento do Brasil na governança global em prol do desenvolvimento humano.

O envolvimento do Brasil na cooperação com outros países em desenvolvimento faz parte de uma nova tendência global da cooperação internacional. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, intitulado ‘A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado’, estabelece: “debruçar-se sobre a evolução da geopolítica dos nossos tempos, analisando as questões e tendências emergentes, bem como os novos atores que moldam o panorama do desenvolvimento” (ONU, 2013).

As pesquisas científicas e as discussões governamentais surgem, assim, como necessidade de se entender e enquadrar a prática e os discursos da cooperação Sul-Sul. Devem, portanto, dialogar com os princípios e marcos políticos existentes no plano internacional e com os agrupamentos de países e seus interesses, como a Conferência de Buenos Aires, de 1978, a Conferência de Nairóbi, de 2009, a

Comissão do Sul, o mecanismo de coordenação IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), o Grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a União Africana (UA).

Pesquisas científicas, atualmente, convergem para as discussões governamentais, e, ao mesmo tempo, evoluem paralelamente a elas. As discussões no âmbito da comunidade científica reconhecem a necessária emergência de conhecimentos provenientes de países e povos do Sul que, até o presente, estiveram à margem do centro de poder. Para além da dominação europeia da época da colonização, dos séculos XV ao XX, se reconhecem, atualmente, as reverberações daquele passado, no domínio da colonização do saber. Às reivindicações em torno da descolonização do saber somam-se as demandas pela “ecologia do saber” e pelo respeito às distintas culturas existentes - da globalização plural, em detrimento da globalização uniformizadora (LANDER, 2005; MORIN, 2011; SANTOS, 2010).¹

As novas perspectivas e visões de mundo, vindas de países do Sul, refletem as expectativas globais em torno dessa nova tendência da cooperação internacional. A cooperação Sul-Sul deve estar corroborada de novas teorias, a respeito das motivações dos atores globais em cooperar, não mais orientadas pelas disputas de poder das nações, mas como propostas inovadoras para a reconhecida evolução da civilização global, em torno da promoção e concretização do desenvolvimento humano.

Nesta pesquisa, buscamos discutir as características da cooperação Sul-Sul, definida como nova tendência da cooperação internacional, e analisar uma parceria específica, a cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. O intuito é o de fazer a pesquisa dialogar com as discussões de cunho geral. Partimos, assim, do pressuposto de que toda discussão sobre a cooperação internacional requer teorias de múltiplas disciplinas acadêmico-científicas, pois elas instrumentalizam o pesquisador para análises críticas, orientadas para a compreensão da realidade complexa e sistêmica. Além disso, a discussão sobre a cooperação Sul-

¹ Para essa discussão, essa pesquisa baseou-se nos trabalhos de Edgar Morin com “O pensamento do Sul”, de Boaventura de Sousa Santos com “Epistemologias do Sul” e de Edgardo Lander com “Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais, as perspectivas latino-americanas” que reuniram tantos outros autores.

Sul, que pretende trazer evidências para o mundo da prática, necessita da realização de estudos de casos que busquem compreender os atores envolvidos e o tema objeto da cooperação. Para tanto, são utilizados distintos métodos e técnicas de pesquisa qualitativa – estudo de caso (YIN, 1989; MINAYO, 2010; GOLDENBERG, 2009), Análise de Discurso Crítica - ADC (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011); observação participante (MINAYO, 2010); etnografia e diário de campo (GEERTZ, 1989; SANJEK, 1990); entrevistas (MINAYO, 2010; GOLDENBERG, 2009; FLICK, 2009).

Para as análises teóricas e empíricas, em torno do estudo de caso, pesquisa de campo foi realizada no Brasil (Brasília) e São Tomé e Príncipe (São Tomé). A entrada no campo e no diálogo com os principais atores do projeto se revelaram possíveis com apoio do Ministério da Saúde do Brasil, instituição em que trabalhara, anteriormente, a autora dessa pesquisa, e do Ministério das Relações Exteriores (por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação e da embaixada do Brasil em São Tomé) que facilitaram o contato com as instituições homólogas em São Tomé e Príncipe. A viagem para São Tomé e Príncipe ocorreu com recursos financeiros da própria autora da pesquisa que passou 15 dias percorrendo toda a ilha de São Tomé, em busca do contato com a população e a cultura santomenses, de livros de autores locais e trabalhos acadêmicos sobre o País, de entrevistas com os atores do projeto de cooperação em questão. A pesquisa de campo resultou na realização dessa pesquisa acadêmica, em rico acervo fotográfico e no diário de campo, os quais deverão compor exposição de fotos e relatos sobre São Tomé e Príncipe na perspectiva da autora em um futuro breve.

Essa pesquisa parte de duas premissas que se definem como propostas para a atual discussão sobre a cooperação Sul-Sul, já que percorreram todo o estudo. A primeira proposta é a de que a cooperação Sul-Sul é entendida como nova tendência da cooperação internacional para o desenvolvimento, e não como modalidade que coexiste e concorre com a cooperação Norte-Sul. A segunda proposta é a de que a cooperação Sul-Sul, no cenário contemporâneo, caminha paralelamente com dois fenômenos importantes: o da ascensão do Sul na política internacional (Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013) e o da necessária produção de pensamentos do Sul em meio à comunidade científica.

Tais teorias e metodologias, que orientaram as análises científicas, estão apresentadas nos quatro capítulos que relatam todo o processo e as discussões realizadas durante o desenrolar da pesquisa, conforme explicitado a seguir: no capítulo I, é discutida a emergência da cooperação Sul-Sul no plano evolutivo da cooperação internacional para o desenvolvimento, juntamente com alguns problemas que enfrenta; são abordados os desafios para os cientistas diante das distintas teorias que tratam da cooperação internacional e se discorre sobre a possível oportunidade que se abre para esses novos arranjos entre os países (Sul-Sul) com sua convergência para os movimentos do pensamento do Sul. Para tanto, foi definido como teoria as reflexões científicas sobre o “pensamento do Sul”, de Edgar Morin, e aquelas sobre a necessidade de uma “epistemologia do Sul”, segundo Boaventura de Sousa Santos, dois cientistas que têm se dedicado à transição rumo a uma nova Ciência, mais complexa, mais holística e mais humanista.

No capítulo II, apresenta-se a África como um “*el dourado*” no cenário da cooperação internacional, aborda-se a ignorância das sociedades ocidentais sobre o processo evolutivo por que passaram as distintas civilizações africanas, situa-se melhor esta cooperação, por intermédio da perspectiva antropológica-etnográfica, ao mesmo tempo em que se direciona o interesse para São Tomé e Príncipe, parceiro do Brasil no projeto de cooperação técnica, ora analisado. Para tanto, além das revisões bibliográficas, pesquisa de campo foi realizada, para a obtenção de dados provenientes de observação participativa. A teoria que ampara essas análises é a discussão filosófica que defende os estudos africanos, em detrimento dos africanistas, no tocante ao desenvolvimento humano em todo o continente.

No capítulo III, é analisada a situação do Brasil e de São Tomé e Príncipe no cenário das parcerias de cooperação internacional e, logo depois, é apresentado breve relato do relacionamento e da cooperação existentes entre os dois países a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e de Fradique de Menezes, de São Tomé e Príncipe. Essas informações sobre a cooperação internacional nos dois países e, entre eles, servem de contexto para as análises dos discursos, oficiais e não oficiais, que se foram proferidos sobre a cooperação entre os dois países. Destacam-se algumas imagens colhidas em relação à cooperação Sul-Sul do Brasil, durante entrevista anônima e aberta com os principais atores do projeto de cooperação. O

instrumental teórico é proveniente da Linguística e da Análise de Discurso Crítica, que contribuíram com a categoria analítica da representação social nas análises de discurso.

No IV e último capítulo, é apresentado, na prática, o projeto de cooperação técnica para o combate à tuberculose. Assim, primeiramente, tratou-se de discutir a tuberculose, não apenas sob a perspectiva biológica-medicinal, mas também sob a perspectiva psicossocial, que enseja a discussão mais atual de saúde coletiva, com enfoque nos determinantes sociais da saúde e das representações que as distintas culturas possam ter, a respeito de saúde-doença e da tuberculose. A cooperação estudada tem o amparo da atual discussão sobre a cooperação brasileira Sul-Sul em saúde, que se nomeia “cooperação estruturante em saúde”. Objetivou-se apresentar a prática da execução do projeto, por meio das teorias de gestão da cooperação técnica internacional, da análise do documento de projeto de cooperação, e das observações participantes, o que ensejou o estudo crítico das várias fases do ciclo do projeto que se encontra em vias de execução.

Esperamos, assim, que as análises empíricas e as discussões de ordem geral desta pesquisa contribuam para o atual debate em torno da cooperação Sul-Sul.

CAPITULO I

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento:

Oportunidade para um pensamento do Sul?

A cooperação internacional se apresenta como importante mecanismo de relacionamento entre as nações e como meio de se promover o desenvolvimento humano. No contexto da política internacional, a cooperação é definida a partir do enfoque de disputa de poder, por ser ela instrumento da política externa dos países. Já no contexto da governança global, nas perspectivas sinalizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ela é considerada como meio de aproximação entre os diferentes atores do cenário internacional com vistas à assistência necessária aos países na condução e execução de suas iniciativas de promoção do bem-estar da população.

Os temas cooperação internacional e desenvolvimento estão presentes no atual debate sobre o cenário internacional. Ambos convergem para o tema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Esse conceito parte do pressuposto de que há uma responsabilidade coletiva de todos os atores, frente aos desafios com que se depara a civilização humana, atualmente, com relação ao alcance do bem-estar geral. Diante disso, a cooperação internacional se instrumentaliza pelos acordos de parcerias firmados entre os diferentes atores internacionais, principalmente os países e as organizações internacionais, mas não exclusivamente eles.

A discussão sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento está longe de ter alcançado a estabilidade teórica-conceitual e prática, o que acontece devido à popularidade do tema e ao momento de transição que se observa na dinâmica das relações internacionais, a partir da entrada da cooperação Sul-Sul no debate. O surgimento de novos atores globais influentes, sejam eles países emergentes, sejam organizações da sociedade civil, como, por exemplo, empresas e organizações não-governamentais, são alguns dos desafios reconhecidos. A transição de um enfoque de disputa de poder para um enfoque desenvolvimentista pressupõe um debate centrado no ser humano, conseqüentemente, menos econômico e mais humanista, menos universalista e mais intercultural. Este fato altera consideravelmente os instrumentais teórico-conceituais, conforme será discutido no presente capítulo.

A cooperação Sul-Sul, nesse novo contexto do desenvolvimento humano, se apresenta como nova tendência no cenário da cooperação internacional, pressuposto inicial desta pesquisa. No que concerne, sobretudo, à cooperação técnica, ela abre espaço para uma reforma na dinâmica de relacionamento cooperativo entre os países e demais atores do cenário internacional, ao propor novos princípios, métodos e objetivos.

As reivindicações dos países periféricos com vista à governança coletiva equilibrada, bem como a defesa em prol do surgimento de novos conhecimentos, tanto em termos prático-conceituais, quanto teórico-científicos a respeito do desenvolvimento humano, são algumas das mudanças que ora se vislumbra para o futuro.

Segundo as Nações Unidas, a ascensão do Sul é um novo fenômeno no cenário internacional. Essa fase, além de retomar o discurso da nova ordem internacional, que questiona a hegemonia dos países capitalistas ocidentais, assiste à emergência do fortalecimento do Estado-nação, e aposta em políticas sociais inovadoras como propulsoras do progresso das nações. Sobre isto, o Relatório da ONU esclarece:

Quando, durante a crise financeira de 2008-09, o crescimento das economias desenvolvidas estagnou, mas o das economias em desenvolvimento prosseguiu, o mundo registrou esse fato. A ascensão do Sul, vista no mundo em desenvolvimento como um reequilíbrio mundial há muito esperado, tem alimentado desde então um grande debate. No entanto, este debate tem habitualmente ficado circunscrito ao crescimento do PIB e do comércio num número reduzido de países de grande dimensão. Ora, **estão em jogo dinâmicas muito mais amplas, que abrangem um número muito maior de países e tendências mais profundas que podem ter consequências abrangentes para a vida das populações, a equidade social e a governação democrática, tanto a nível local como mundial.** (ONU, 2013, p. 11, grifo nosso)

Conforme informa o último Relatório de Desenvolvimento Humano (2013), a prioridade dessa nova fase da governança global está no desenvolvimento humano, definido como a expansão da possibilidade de escolha e a capacidade de todos os cidadãos do mundo de decidir sobre seu porvir, independentemente onde vivam. Além disso, o Relatório cita cinco grandes conclusões para nortear a tomada de decisão no futuro: a crescente força econômica no Sul deve ser acompanhada de um compromisso total com o desenvolvimento humano; os países menos desenvolvidos podem aprender e beneficiar-se com o sucesso das economias emergentes do Sul; a

integração regional e as relações Sul-Sul podem ser facilitadas por novas instituições; a maior representação do Sul e da sociedade civil pode acelerar o progresso quanto aos grandes desafios mundiais; e, finalmente, a ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para gerar maior oferta de bens públicos, como a mitigação das alterações climáticas, da instabilidade econômica e financeira global, dos problemas provenientes das migrações internacionais.

A emergência desse Sul global é esperada como alternativa aos caminhos até então percorridos para o desenvolvimento. Cientistas como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos defendem novas formas de pensamento, pelo que assinalam sobre a necessidade de se instituir novas epistemologias e de produzir conhecimento que sejam provenientes de outras culturas e civilizações, até então ignoradas e localizadas no Sul.

O pensamento do Sul, segundo Morin (2011), deveria ser algo que problematizasse a noção presente de progresso e de desenvolvimento e que apontasse caminhos com criatividade e sensibilidade. A fusão do que houve de melhor no renascimento humanístico ocidental com os valores provindos das sociedades africanas e sul-americanas tradicionais atenderia a esta expectativa. Santos (2010), por sua vez, fala de uma necessária epistemologia do Sul, algo que parta da necessidade de se democratizar, descolonizar e desmercantilizar o conhecimento contemporâneo, com o objetivo de melhor satisfazer os anseios das várias sociedades que o utilizem em seu desenvolvimento e deem vazão à produção de conhecimento neutro, pragmático e alternativo.

A presente pesquisa tem o intuito de promover a discussão da cooperação Sul-Sul, para que venha contribuir nos entendimentos e na prática da nova tendência internacional. A partir da realização do estudo de caso da parceria de cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe com o propósito de fortalecer o Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose daquele país, propõe-se analisar os discursos, os elementos práticos da execução do projeto e as representações utilizadas para se referir a esta parceria. Dessa forma, a averiguação empírica localizada juntamente com as discussões teóricas gerais pretende contribuir para a análise dessa nova

tendência da Cooperação Internacional, na qualidade de expressão de um pensamento do Sul.

1. Cooperação internacional: a cooperação Sul-Sul

1.1 - A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A cooperação internacional, como o nome indica, é acordado entre as nações a partir da convergência de interesses e com propósitos comuns. Como tal, essa modalidade de relacionamento tem sido utilizada desde o século XVII, quando os Estados-nação foram elevados à categoria de atores internacionais em uma pretensa “comunidade de nações”². Desde então, até os dias atuais, ela foi assumindo matizes próprios de cada conjuntura internacional, na qual era estabelecida.

A presente dissertação trata da cooperação internacional contemporânea, a partir do século XX, com seus delineamentos em prol do desenvolvimento das nações. No tocante à evolução diacrônica da cooperação internacional na nova conjuntura, que se configura após a II Guerra Mundial, Soares (1994) informa que o direito internacional clássico, configurado como o ‘direito do não-fazer’, passa a ser denominado ‘direito do desenvolvimento’. Essa transição do direito explica e evidencia a mudança significativa dos propósitos da ‘comunidade de nações’³ que deixa de estar baseada somente na disputa pelo poder e passa a discutir agendas globais, em torno de preocupações coletivas que transcendem as fronteiras político-geográficas dos Estados. O novo cenário internacional após 1945, portanto, pode também ser representado por uma ‘governança global’ com vistas ao desenvolvimento das nações e povos.

Nesse novo contexto, é notória a ênfase não apenas no desenvolvimento, mas ainda na cooperação internacional. O tema do desenvolvimento aparece logo no preâmbulo da Carta da ONU como um princípio, a saber: “promover o progresso

² Convém ressaltar que o surgimento do Estado-nação data de 1648 com o Tratado de Vestefália. Juntamente com a soberania, o direito de estabelecer fronteiras e de exercer autoridade e controle exclusivo sobre a área específica delimitada pelas fronteiras configura esses atores. A sociedade das nações chegou a ser primeiramente discutida pela escola inglesa da Relações Internacionais, especialmente por Wight, Watson e Bull entre 1960-80.

³ Parte-se do pressuposto da existência de uma comunidade das nações a partir do surgimento da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas, ainda que algumas escolas das Relações Internacionais rejeitem esta premissa.

social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla”. Já o tema da cooperação internacional é definido com o objetivo de “empregar o mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos [...]”. Um dos propósitos daquela instituição é:

conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanístico, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU, 1945)

A já mencionada convergência dos temas do desenvolvimento e da cooperação internacional é o que se entende por Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Essa cooperação pode assumir diferentes tipologias: técnica, científica e tecnológica, educacional, humanitária, cultural, econômica, financeira, aceitando, inclusive, formas mistas de cooperação, conforme for estabelecido nos acordos firmados pelos Estados e organizações.

Com respeito à Cooperação Técnica Internacional (CTI), é importante situar seu início com a finalidade de conhecer sua singularidade e características. Enquanto a palavra ‘cooperação’ remete à ação em prol de ganhos mútuos, a CTI destoa deste conceito geral e assume caráter mais unilateral, já que o ganho está localizado no país que solicita a parceria e alvo das iniciativas de cooperação.

A mentalidade era desenvolver o subdesenvolvimento e, atualmente, trata-se de promover o desenvolvimento equânime. Os conceitos utilizados para tal tipo de parceria eram ‘ajuda’ e ‘assistência técnica’. Em seguida, essa mentalidade evoluiu para ‘transferir tecnologia’, transmitir o ‘saber fazer’ (*know how*), e, com isso, tais conceitos foram substituídos pelo de ‘cooperação técnica’.⁴ Assim, a expressão ‘países subdesenvolvidos’ caiu em desuso, sendo substituída por ‘países em vias de desenvolvimento’. Atualmente, já se utiliza o termo ‘países em desenvolvimento’ (SOARES, 1994).

O mesmo autor, no entanto, chama a atenção para algumas inconsistências em torno do significado da cooperação técnica internacional na prática. O dilema persiste

⁴ Informa-nos Soares (1994) que a Assembleia Geral das Nações Unidas baixou a Resolução 1383 (XIX) B para que se substituísse a expressão “assistência técnica” por “cooperação técnica”.

no atual cenário da CID, notadamente no da cooperação Sul-Sul, e evidencia desafios enormes, conforme comenta Soares (1994):

[...] Contudo, conforme o próprio conceito de cooperação internacional o exige, torna-se impossível não mencionar a inadequação do mesmo às realidades existentes e que têm sido apontadas nos foros internacionais. Na verdade, a introdução das batalhas a respeito da NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL, são uma revisão dos fatos correntes, ocorridos sob a rubrica de “cooperação técnica internacional”, mas que desmerecem a noção de “cooperação”, com seus sentidos ético e de equidade, que se encontram afirmados e claros na Carta das Nações Unidas [...] (SOARES, 1994, p. 217)

1.2 - A cooperação Sul-Sul

Primeiramente, deve-se definir o termo “Sul” (com letra maiúscula) como sinônimo de países emergentes. Ele remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas em Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). Assim, a divisão geográfica feita pela linha do Equador remete a outra divisão, a ideológica que reivindica a ‘nova ordem internacional’ em benefício de maior equidade de poder no âmbito do concerto das nações.

A expressão ‘Sul-Sul’ tem sido muito questionada. Há certa inconsistência terminológica em definir Sul como países em desenvolvimento, a exemplo do México (situado ao norte, mas país do Sul), Rússia (país emergente, situado ao Norte), Austrália e Nova Zelândia (países do Norte, situados ao Sul), para só citar alguns. Além disso, a questão da heterogeneidade entre os países que compõem este Sul mostra que Brasil, China, África do Sul e Índia ocupam posições de superioridade no cenário internacional, em relação a países como Guiné Bissau e Haiti, também pertencentes ao Sul.

Morin (2011) explica que, pelo fato de os termos ‘primeiro mundo’ e ‘terceiro mundo’ terem caído em desuso, ele reconhece a importância de se tomar os termos ‘Norte’ e ‘Sul’ como adjetivos, e não como substantivos. Isso, para que eles não remetam à localização geográfica, mas representem concepções de mundo dialógicas, decorrentes da História que os vários países viveram. Assim, o termo ‘Sul’ representa um grupo de países que, geralmente, eram denominados atrasados, diante do

progresso técnico, científico, econômico e social gerado nos e pelos países desenvolvidos; já o termo ‘Norte’ se refere aos países europeus e aos Estados Unidos que, por meio da hegemonia, impuseram este mesmo progresso ao resto do mundo, com seus parâmetros, metas e princípios.

Santos (2010), por sua vez, define o “Sul” da seguinte forma:

O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (SANTOS, 2010, p. 12-3).

No entanto, com o intuito de observar essa nova tendência da cooperação internacional, a expressão ‘cooperação Sul-Sul’ (CSS) será, neste estudo, utilizada no sentido da cooperação entre países considerados em fase de desenvolvimento (não pertencentes ao grupo de países desenvolvidos) que vivenciaram a colonização e ocuparam ou ocupam até o presente, posição marginal no cenário internacional. Não se exclui a possibilidade, contudo, de que, países do Norte, organizações internacionais, não governamentais ou da sociedade civil, possam tomar parte neste acordos.

Quanto às nomenclaturas referentes às deliberações firmadas da cooperação técnica, a saber Norte-Sul ou Sul-Sul, explica-se que ambos são adotados a partir da evolução temporal da cooperação internacional e não das propostas que coexistem e competem entre si.

Os avanços da CSS são acompanhados por meio dos avanços do amadurecimento dos países do Sul, explicitados, notadamente, nos duzentos anos de independência, na América do Sul, e nos cinquenta anos dos países da África Subsaariana, o que pode ser evidenciado nas palavras do economista egípcio Samir Amin:

O Sul não se encontra na mesma situação de Bandung, desprovido de meios de desenvolvimento autônomos. Pode, atualmente, desenvolver múltiplas formas de cooperação, comerciais e técnicas, independentemente

do Norte. O início de um segundo Bandung, de geometria variável, está em gestação” (AMIN, 2008 *apud* GARCÍA, 2011, p. 254, tradução nossa)⁵.

Doria (2011) explica que a CSS não é um fenômeno novo, mas que está passando por revitalização, tanto em termos das motivações, quanto das suas dinâmicas. Além dos tradicionais atores da cooperação internacional, o diálogo Sul-Sul⁶ envolve também outros atores (empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa, universidades, movimentos sociais e atores da sociedade civil) e pode ser definido em função de três critérios: pelo tipo de atores participantes, de cima para baixo ou de baixo para cima; pela lógica que seguem tais atores, neocolonialismo, estratégia de negociação frente ao Norte, busca de conhecimento alternativo e forma de resistência global; e, por último, pela forma com que se desenvolvem as relações, bilateral, regional, multilateral e transnacional.

Assume-se, assim, a cooperação Sul-Sul, como marco conceitual que introduz proposta alternativa ao que vinha sendo praticado no cenário da cooperação internacional para o desenvolvimento. A partir deste marco conceitual, discute-se a cooperação do Brasil com outros países em desenvolvimento, denominada de CSS, ou cooperação horizontal. Assume-se, ainda, que a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi) abrange a cooperação Sul-Sul, sobretudo na variante técnica, abordada neste estudo, com um perfil mais ativo e menos receptivo, se comparado com o que vinha sendo praticado.

Observa-se, no contexto político internacional atual, que as parcerias entre países em desenvolvimento têm sido cada vez mais frequentes. Países com realidades culturais, históricas, linguísticas e sociais mais próximas tendem à aproximação, com o intuito de unirem forças nos fóruns multilaterais para influenciar a agenda e a tomada de decisão global. Neste sentido, as políticas externas destes países têm sido redirecionadas para a cooperação Sul-Sul.

⁵ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

⁶ Doria (2011) explicita seu entendimento de que diálogo Sul-Sul é sinônimo de cooperação Sul-Sul e de cooperação horizontal.

Apesar das várias críticas a respeito desta nova tendência, é reconhecida, sobretudo, sua contribuição para a mudança das relações internacionais. Sabe-se quão questionáveis são os resultados para o desenvolvimento das nações trazidos por esses novos arranjos e, ainda, quão débil é a classificação das distintas cooperações com China, Brasil, Índia sob uma mesma denominação. No entanto, a possibilidade de redefinição de poder tem sido citada como um dos impactos destes novos acordos

Assim é que a cooperação Sul-Sul é determinada e determinante desta mudança de cenário. Pode ser vista como instrumento, pois responde às atuais tentativas dos países do Sul de reequilibrar a política internacional. Entretanto, ela causa, ao mesmo tempo, essas mudanças, já que a ascensão do Sul introduz oportunidade de os países expressarem novos conhecimentos e visões de mundo. Há, com isso, expectativa de que tal tendência abra espaço para o surgimento de novas perspectivas, princípios, metodologias de gestão de projetos e de novas formas de se lidar com o conhecimento e a realidade do outro, ressaltando os conhecimentos tradicionais, há muito tempo negligenciados e proscritos das pesquisas científicas, além de tomadas de decisões globais.

Conforme a maioria dos autores, a cooperação Sul-Sul surgiu com a Conferência de Bandung, em 1955, que introduziu a oportunidade de os países se unirem, sem se alinharem aos blocos que disputavam os espaços de influência da Guerra Fria. A I Reunião da UNCTAD, em 1964, permitiu a união e as reivindicações de novos regramentos do comércio internacional que fossem menos prejudiciais aos países exportadores de matéria-prima. O mesmo ocorreu com a criação, pela Assembleia Geral da ONU, em 1972, do Grupo de Trabalho com o propósito de estudar a melhor forma de promover a cooperação entre países em desenvolvimento, por considerar tais relacionamentos mais alinhados e apropriados para atender aos anseios dos países(SOARES, 1994).

No entanto, na qualidade de marco central, cita-se a Conferência de Buenos Aires, realizada em 1978, como resultado das discussões do Grupo de Trabalho acima referido. O Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) que teve o intuito de promover e realizar a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), como foi,

então, denominada e aprovada pela resolução 33/183 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de que fizeram parte 183 países.

O PABA, acima referido, constitui-se de um plano detalhado para introduzir mudanças profundas no que refere aos critérios da assistência para o desenvolvimento, que eram utilizados na cooperação internacional. Nestes acordos da CTPD, maior atenção seria dada à geração de capacidade nacional e coletiva nesse grupo de países, e à utilização de meios próprios na promoção de vias para o desenvolvimento das nações.

Desse modo, o PABA pode ser citado como marco estratégico, temporal e conceitual da CSS. Isso, porque ele estabelece, de uma forma geral, os seguintes objetivos estratégicos: fortalecer a interdependência econômica, social e política; acelerar o desenvolvimento; corrigir as distorções nos sistemas internacionais provocadas pelas relações assimétricas de poder da época colonial (ONU, 2009). Cita-se, ainda, Soares (1994), que corrobora essa afirmação ao comentar que “o Plano de Ação de Buenos Aires nada mais é que a tradução, no domínio da cooperação técnica internacional, da doutrina da nova ordem econômica internacional, donde sua importância.” (SOARES, 1994, p. 179)

A Conferência de Nairóbi, realizada em 2009, celebrou os trinta anos do Plano de Ação de Buenos Aires, lembrando alguns princípios e conceitos, e repactuando os compromissos dos países na agenda Sul-Sul. O informe do Secretariado Geral, nesta ocasião, aponta algumas tendências: 1) a cooperação Sul-Sul é composta por uma diversidade de ações como, por exemplo, compartilhamento de conhecimento e experiências, treinamento, transferência de tecnologias, cooperação financeira e monetária e outras contribuições (*in-kind contributions*); 2) a CSS deve ser complementar à cooperação tradicional (Norte-Sul); 3) os princípios que norteiam a CSS são: respeito à soberania nacional, apropriação dos resultados e independência, igualdade, não-condicionalidade, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo; 4) o dinamismo e a contribuição dos países de renda média, as quais, por meio da sua solidariedade aos demais países em desenvolvimento, têm contribuído sobremaneira para os esforços de desenvolvimento; 5) a proximidade em termos de perspectivas e experiências quanto ao desenvolvimento nacional é fator

catalizador do desenvolvimento de capacidades nos países em desenvolvimento; e, finalmente, 6) a CSS não deve ser vista como ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD), a considerar os laços de solidariedade que unem os povos. (ONU, 2009)

Entre os dois eventos mencionados, Buenos Aires em 1978 e Nairóbi em 2009, a evolução e a intensificação da prática da cooperação, entre países em desenvolvimento, podem ser observadas na diferença de entendimentos da cooperação Sul-Sul. O termo cooperação técnica, nesses países, ganha uma abrangência maior, conforme destacado no primeiro item acima, pois engloba também a cooperação financeira e monetária, a transferência de tecnologias, deixando abertura para outros entendimentos, conforme explicitado na expressão ‘outras contribuições’.

Na perspectiva de ser denominada fenômeno internacional atual, a cooperação técnica Sul-Sul se notabiliza inclusive pelo aumento do número de parcerias triangulares de cooperação Sul-Sul, segundo argumentado por Ayllón (2013). Essas parcerias de países em desenvolvimento podem realizar-se tanto com a participação de países desenvolvidos, quanto de agências do sistema ONU, sobretudo aquelas localizadas nos países emergentes⁷. Esses atores que se somam aos arranjos Sul-Sul aportam recursos técnicos e financeiros aos projetos de cooperação. Nesse contexto, a CSS é a nova tendência global para a promoção do desenvolvimento, como nos mostra Ayllón (2013):

Embora possa parecer um modismo passageiro, tudo indica que existem razões suficientes para afirmar que a CTR [Cooperação Triangular] está destinada a desempenhar um papel protagonista na reconfiguração que experimenta a CID nesses anos [...]entre os anos de 2006 e 2010, registrou-se uma média anual de mais de sessenta projetos de CTR entre países latino-americanos, com destaque para Chile, México, Brasil e Argentina, com o apoio financeiro de Japão e Alemanha e, mais recentemente, da Espanha e dos Estados Unidos (AYLLÓN, 2013, p. 8).

A cooperação Sul-Sul, desde o início, obteve o apoio e o estímulo da ONU e países da cooperação tradicional, o que pode ser evidenciado nas diferentes

⁷ Entende-se por países emergentes os países em desenvolvimento com grande dimensão (de população e geográfica com expressividade no comércio internacional e em termos de PIB) que estão demonstrando rápidos avanços também com relação ao desenvolvimento humano com Estados fortes e políticas sociais de sucesso – Brasil, China, Índia, Indonésia, África do Sul, Turquia, conforme citado no RDH de 2013. Neste grupo estão compreendidos os Grupos dos BRICS e do IBAS tão em evidência na discussão da CSS por parte de alguns autores. (ONU, 2013)

concertações globais no âmbito das Nações Unidas e da OCDE. No âmbito das Nações Unidas, estão a Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires no ano de 1978, conforme comentado; o Escritório das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul, criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1974-78, com a missão de promover, coordenar e apoiar a CSS, globalmente, e no âmbito do sistema ONU; a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, de Nairóbi, em 2009.

Alguns atores do Sul têm sido convocados para dialogar com os países do Norte do CAD/OCDE, no âmbito do Fórum de Alto Nível da Eficácia da Ajuda. A Agenda de Acra, Gana, para a Ação (AAA) aproximou países do Sul dos países “doadores”, especialmente aqueles de renda média (Brasil, África do Sul, China, Índia e Indonésia) com o propósito de iniciativas conjuntas de reforma da ajuda, conforme artigo 19 da Agenda. O terceiro Fórum de Alto Nível da “Eficácia da Ajuda”, realizado em Acra, em 2008, reiterou os princípios da Declaração de Paris de 2005: *ownership* ou apropriação das iniciativas pelos países recipiendários, harmonização ou redução dos custos de transação e coordenação entre programas globais e regionais, alinhamento às estratégias nacionais de desenvolvimento e gestão para resultados e mútua prestação de contas. Além destas, reconheceu o papel da sociedade civil no desenvolvimento internacional e preparou a agenda do Fórum em Busan, 2011, que tratou, dentre outros assuntos, da cooperação Sul-Sul (CAMPOS et al., 2011). Os autores comentam esta aproximação dos países da cooperação tradicional com os países em desenvolvimento:

A perspectiva da OCDE de ampliar seu espaço de incidência e reconhecimento internacional preconiza a “reconfiguração” da agenda de desenvolvimento internacional e disponibiliza seus fóruns. Ao mesmo tempo, o espaço para a cooperação Sul-Sul está aberto e o Brasil, juntamente com África do Sul, China, Índia e Indonésia, parece estar em condições de influenciar o debate. Os desafios, no entanto, são complexos, e envolvem mudanças de comportamento tanto em âmbito externo como interno. (CAMPOS et al., 2011, p. 37)

São notórias as perspectivas de reconfiguração da agenda do desenvolvimento internacional a partir da aproximação dos países do Sul. Ao tratar desta participação do Sul, na agenda do Grupo da OCDE que discute a eficácia da ajuda, Campos et al. (2011) comentam:

Com base na distinção entre cooperação Norte-Sul e cooperação Sul-Sul, a *Declaração* [Declaração do MRE] rechaça a expressão *new donors*, justificando que os prestadores de cooperação Sul-Sul não podem assumir para si esse rótulo na medida em que “nem todos desejam reproduzir a forma de atuação e de conduta dos países-membros do CAD/OCDE. (CAMPOS; LIMA & LOPES, 2011, p. 36)

Mais adiante, os mesmos autores explicam a possibilidade de mudança trazida por essas novas decisões:

Além do esforço de autoconhecimento, o conhecimento e a crescente aproximação de outros atores da cooperação Sul-Sul também podem contribuir com a formação de princípios complementares ou alternativos à agenda de efetividade da ajuda do CAD/OCDE. (CAMPOS; LIMA & LOPES, 2011, p. 38)

No bojo das discussões realizadas no círculo das Nações Unidas, muitos outros fóruns multilaterais, restritos à participação dos países do Sul, foram criados como evidência desta nova fase, pela qual passaria a política internacional. A Comissão do Sul, criada em 1987 pelo tanzaniano Julius Nyerere, durante três anos reuniu as mais diferentes personalidades, provenientes de diversos países⁸, para discutir o “auto-desconhecimento” e o desconhecimento dos outros países do Sul, com relação ao alinhamento cego aos ideais e padrões vindos do Norte. A XIV Cúpula do Movimento dos países não alinhados, em 2006, sugeriu, por proposta do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, a criação de uma Comissão do Sul e de estratégias que promovessem a cooperação e facilitassem ações que erradicassem a pobreza e o subdesenvolvimento. Havia, também, a criação do Banco do Sul, da Universidade do Sul, da Tele SUR e radio SUR, as duas últimas, criadas em 2010. As I e II Cúpula América do Sul e África (ASA) se realizaram em 2006 e 2009, respectivamente, com o objetivo central de criar mecanismos de entendimento e iniciativas concretas nas áreas estratégicas de interesse comum, inclusive, com o apoio da União Africana (UA) e da União das Nações Sul-americanas (UNASUL). (GARCÍA, 2011)

Nessas ocasiões, ficou evidente que a cooperação Sul-Sul se definia como algo mais abrangente do que a cooperação técnica, incorporando, como parte de seus

⁸ Informa García (2011) que, ali, estiveram presentes Celso Furtado (Brasil), Carlos Andrés Peres (Venezuela), Carlos Rafael Rodríguez (Cuba), Michel Manley (Jamaica), Jiadong Qian (China), Pius Okigbo (Nigéria), dentre outros, que trouxeram intelectuais e ativistas do marxismo, social-democracia, social-cristianismo e das tradições filosóficas africanas, árabes e hindus.

ideais e meios, o intercâmbio de experiências mais ligadas ao escopo da cooperação técnica. Neste caso, a expressão ‘cooperação técnica Sul-Sul’ deveria ser utilizada para traduzir uma modalidade dentro da CSS, conforme procura focar esta pesquisa.

A ascensão do Sul está acompanhada da emergência de novos atores na política internacional. Cada vez mais, organizações da sociedade civil têm sido envolvidos nessas iniciativas. A ‘Rede Realidade da Ajuda’⁹ apresentou documento de posicionamento em que conclama os governos a considerarem, em tomadas de decisão relativas à cooperação Sul-Sul, as seguintes iniciativas: adoção de abordagem integrada para o envolvimento de organizações da sociedade civil no cumprimento das metas/iniciativas de CSS; aumento da qualidade da cooperação Sul-Sul, mediante o fortalecimento da prática democrática; instituição de abordagem holística concernente a investimentos Sul-Sul que incluam, dentre outros, desenvolvimento social e transferência de tecnologias sustentáveis; cancelamento incondicional das dívidas dos países; e promoção de padrões econômicos alternativos.

Cabe esclarecer, entretanto, que a expressão ‘cooperação Sul-Sul’ tem sido utilizada com diferentes significados, causando certa confusão e enfatizando a necessidade de melhor definição por parte de quem a utiliza. Desde as aglomerações dos países do Sul em fóruns internacionais, cooperação eminentemente política, até a troca de experiências e o conhecimento entre representantes do governo, em várias pastas, o perdão das dívidas entre países, a concessão de bolsas a alunos estrangeiros, tudo tem sido compreendido no uso da expressão ‘cooperação Sul-Sul’.

A confusão em torno do conceito de CSS, ademais, demonstra algumas dificuldades. A homogeneidade concernente às generalizações gera muitas inquietações e contradições, evidenciando a falta de consenso entre os governos de países do Sul que praticam a cooperação Sul-Sul. Não apenas os distintos entendimentos a respeito da definição da CSS, mas ainda a sensibilidade do assunto, que está atrelada às estratégias resultantes do interesse nacional, distanciam os governos de países como Brasil, China, Índia, África do Sul, Argentina. Isso dificulta

⁹A *Reality of Aid Network* é uma organização não governamental integrada por 172 organizações membros que estão distribuídas entre os vários continentes do globo, não possui fins lucrativos mas tem como missão análises e campanhas (*lobby*) em prol de políticas de erradicação da pobreza e prática da ajuda internacional. Disponível em <http://www.realityofaid.org>. Acesso em fevereiro de 2014.

a sistematização de uma base de dados nos moldes do que tem sido feito pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE).

Sobre as dificuldades em torno do conceito cooperação Sul-Sul, Leite (2010) e Campos et al. (2012) comentam que a profusão da utilização da expressão sem lastro conceitual e teórico impossibilita qualquer entendimento livre de confusões. Campos (2012) cita, neste sentido, a anarquia conceitual que se estabelece face as diferentes terminologias e entendimentos existentes nas instituições do governo federal brasileiro:

Não havia, como não há, no Brasil, e no mundo, uma conceituação consensual e definitiva de cooperação para o desenvolvimento internacional: a noção de cooperação Sul-Sul não supre plenamente esta lacuna e, portanto, deixa de ser instrumental para estudos dessa natureza, e o governo tampouco se alinha a definições vigentes de organizações internacionais. A anarquia conceitual sobre o tema exige cautela na determinação do que vem a ser e do que não vem a ser cooperação e aponta para a necessidade, e oportunidade, de se ampliar e coordenar o debate sobre o tema em âmbito nacional. (CAMPOS et al. 2012, p.12)

Além disso, Leite (2010) comenta que a inexistência de metodologia unificada de contabilização/sistematização de dados no âmbito da cooperação Sul-Sul. Apesar de o Brasil já ter lançado metodologia própria no levantamento conhecido como CoBraDI, para os períodos 2005 a 2010, não há, até o presente, consenso de como os países do Sul contabilizam seus dados. Essa dificuldade foi apontada pela ONU:

O primeiro desafio foi identificado, por exemplo, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC, na sigla em inglês), que vem reunindo dados sobre a assistência prestada por doadores emergentes. Em relatório publicado **em 2008, o ECOSOC identificou três tipos de restrições para o desenvolvimento de bases de informação sobre os fluxos de CSS:** (1) problemas técnicos e institucionais na definição e reunião de dados, devido à ausência de definição comum, entre os países em desenvolvimento, sobre quais transferências devem se enquadrar como assistência para o desenvolvimento; (2) falta de coordenação nacional para a reunião de dados, já que os programas estão muitas vezes dispersos entre vários ministérios e agências; (3) inexistência de um fórum internacional para coordenar a reunião de dados.” (ECOSOC, 2008 *apud* LEITE, 2010, grifo nosso)

Almeida e Kraychete (2013), ao analisarem a cooperação do Brasil com Moçambique, apontam algumas inconsistências de base do fenômeno da cooperação

internacional herdado pela cooperação Sul-Sul, que havia sido apontado por Soares (1994) no tocante à cooperação técnica internacional:

Os problemas estruturais da cooperação, inerentes à condição de prestador e receptor de ajuda, não podem ser desconsiderados na análise da cooperação horizontal. Em que pese a etimologia da palavra ‘cooperação’ levar à compreensão do termo, a partir da ideia da realização de um trabalho conjunto, pelo qual os dois polos da ação colaboram igualmente em prol da produção de determinado resultado, observa-se que a cooperação técnica, normalmente, tem como pressuposto uma condição de desigualdade entre os cooperantes. De um lado está o doador da ajuda, aquele que possui recursos financeiros, o conhecimento, o domínio do modo de fazer, da tecnologia, e de outro, está o receptor da ajuda, aquele que necessita e se dispõe a aprender determinada técnica como forma de promover seu desenvolvimento (ALMEIDA & KRAYCHETE, 2013, p 350-351).

Neste sentido, com base na ascensão deste fenômeno, no quadro das relações internacionais atuais, nota-se que o momento é de transição e instabilidades.

2. Campos teóricos da cooperação internacional

2.1 - Cooperação internacional nas Relações Internacionais

A disciplina científica das Relações Internacionais foi a que inicialmente hospedou a cooperação internacional. Como tal, classificou-a segundo algumas teorias que procuravam compreender o sistema internacional e o relacionamento entre os Estados, desde sua fundação¹⁰.

Conforme pesquisas recentes sobre a cooperação Sul-Sul¹¹, o arcabouço teórico proveniente das Relações Internacionais, que embasam estudos e análises da cooperação internacional, compreende cinco linhas de pensamentos teóricos, reunidas

¹⁰A criação das Relações Internacionais como disciplina acadêmico-científica localiza-se no período do entre guerras do século XX. Devin (2009) comenta sobre isso: “Desenvolvida de maneira autônoma na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos logo após o final da Primeira Guerra Mundial, ela permaneceu por muito tempo, na França, sob o domínio de historiadores e juristas”. (DEVIN, 2009, p. 11)

¹¹Destacam-se aqui as pesquisas dos meus colegas do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação da Universidade de Brasília que fizeram levantamentos deste arcabouço teórico junto a diferentes autores, pelo que achamos melhor citá-los. SANTOS (2013) com base em AYLLÓN (2007) analisa a cooperação brasileira com Guiné Bissau a partir de cinco teorias (estruturalista, realista, neoliberal, interdependência/regimes internacionais; construtivista); BARRIOS (2013) em sua pesquisa sobre a cooperação do Brasil com Moçambique dialoga com SOTILLO (2011) e VIOTTI e KAUPI (2012) e menciona três teorias principais: a realista, a da interdependência complexa e construtivista. Acrescenta-se a estas o artigo de ALMEIDA e KRAYCHETE (2013) sobre a prática e o discurso da cooperação brasileira com Moçambique que trata, também, das quatro teorias: liberal, realista, idealista, além da construtivista.

na quadro 1 a partir de contribuições de SANTOS (2013), BARRIOS (2013) e ALMEIDA e KRAYCHETE (2013).

Quadro 1: Correntes teóricas das Relações Internacionais: cooperação internacional

| Escolas teóricas | Enunciação |
|--|--|
| Estruturalista (marxista) | A cooperação internacional é expressão de imperialismo e forma atual de dominação dos países mais poderosos sobre os de menor poder, por meio de “assistência” técnica (verticalizada) que reforça as desigualdades advindas do período colonial. |
| Realista/Neorrealista | A cooperação internacional, vista como instrumento de poder e interesse nacional do país dominante, é o que orienta a agenda da cooperação internacional, em que sistemas de alianças e contraalianças estão à serviço de certa estabilidade hegemônica, e as trocas de favores, em mão dupla, aumentam o prestígio do país doador. |
| Liberal/Neoliberal | A cooperação internacional limita o processo de desenvolvimento das nações, o qual deveria ser orientado pelas regras do mercado, mas que, ao mesmo tempo, serve como garantia da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais. Esta teoria pluralista preconiza a presença de múltiplos atores (não apenas os Estados) e comportamentos cooperativos, orientados de múltiplos interesses. Na visão mais radical, ela explica a manutenção da relação de dependência entre países como aqueles da África. |
| Interdependência Complexa (regimes internacionais) | A cooperação internacional é resultante da interdependência crescente nas Relações Internacionais e se realiza por meio de organizações internacionais ou de regimes internacionais. Para os teóricos, a cooperação representa forma menos custosa para o exercício hegemônico dos Estados. De acordo com a teoria, existem múltiplos canais de comunicação, não existe hierarquia de temas na agenda internacional, há barganha política entre os atores que são interdependentes, os regimes orientam o comportamento dos atores que, de acordo com os arranjos, cooperam entre si e com as organizações internacionais. |
| Construtivismo | A cooperação internacional é vista sob o princípio humanitário e como compromisso ético das nações. Ela é a realidade que se constrói socialmente. A interação cooperativa gera conhecimento compartilhado e se orienta para a criação de instituições e regras que possibilitem a aprendizagem, ultrapassando as fronteiras estatais e dando voz a movimentos sociais alternativos. A ênfase dada às normas norteia o comportamento dos Estados, em detrimento da racionalidade dos atores. Mesmo assim, há influência exercida pelos países mais poderosos, que |

| | |
|--|---|
| | deveser contrabalanceada pelos países emergentes. |
|--|---|

Fonte: SANTOS (2013); BARRIOS (2013) e ALMEIDA & KRAYCHETE (2013)

A partir do rol de teorias explicitadas, a construtivista mostra-se melhor adaptada ao contexto atual das relações internacionais. Sobretudo, se se vai além do campo de disputas de poder entre as nações, em direção do campo das ciências sociais com seu ferramental teórico e metodológico capaz de compreender os fenômenos da comunidade internacional.

A despeito de pressupor a conquista por espaço de influência das nações, essa linha teórica baseia-se em abordagens tanto racionalistas (neorrealistas, realistas, neoliberal), quanto interpretativistas (pós-modernismo, pós-estruturalismo, escola de Frankfurt, e, até, teorias feministas). Isso porque, segundo explica Adler (1999), os construtivistas acreditam que a reflexão e o aprendizado são parte da experiência humana (conhecida, vivida e compreendida), e os entendimentos coletivos justificam os fenômenos, ao mesmo tempo que mobilizam as pessoas, suas habilidades materiais e seu poder, para mudarem a situação percebida. Nas palavras do autor:

A importância e o valor do construtivismo para o estudo das relações internacionais repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade (ADLER, 1999, p. 206).

Assim, por meio da fusão da compreensão com a explicação, surgem abordagens sociologicamente mais sensíveis das Relações Internacionais. Isso faz com que a disciplina das Relações Internacionais esteja mais bem amparada com o construtivismo nas análises da cooperação internacional para o desenvolvimento. Essas abordagens tentam explicar os fenômenos sociais a partir de um conjunto particular de interpretações, além de incorporar as dimensões subjetivas e intersubjetivas na construção desses ideais e de dialogar com a dimensão cognitiva da evolução das nações, e remeter diretamente ao tema do desenvolvimento dos povos que possui dimensão subjetivista, explicado pelo autor:

Evolução cognitiva significa que em algum ponto no tempo e no espaço de um processo histórico, os fatos institucionais e sociais foram construídos por entendimentos coletivos do mundo físico e social que são sujeitos a processos autorizados (políticos) de seleção e, portanto, à mudança evolutiva. Ela portanto é processo de inovação, de difusão doméstica ou internacional, seleção política e institucionalização efetiva que cria um entendimento intersubjetivo no qual se baseiam os interesses, as práticas e

o comportamento dos governos. [...] os fatos institucionais surgem coletivamente tanto de processos de socialização que envolvem a difusão de significados de país a país quanto de processos políticos e diplomáticos que incluem negociação, persuasão e coerção (ADLER, 1999, p. 27-30).

A proposta da ‘Sociologia das Relações Internacionais’, feita por Devin (2009, p. 12), confirma a necessidade de um “olhar rigoroso sobre as realidades internacionais enquanto realidades sociais”. O diálogo do plano ontológico com o epistemológico permite a disciplina assumir visão crítica e externa dos fenômenos com um lastro empírico, evoluindo de um conservadorismo epistemológico para um diálogo profícuo com outros campos e outras ontologias das ciências sociais. (DEVIN, 2009).

A disciplina das Relações Internacionais, no seu arcabouço teórico, possui um desafio diante do tema da cooperação internacional para o desenvolvimento. Ao questionar as categorias de análise que amparam as Relações Internacionais (atores, cenário, potência, interesse nacional, hierarquia), à luz de conceitos da sociologia, Devin (2009) conclui que o sistema internacional é um conjunto estruturado, mas mutável, de relações entre certos atores, e passa por três tipos de transformações (*apud* GILPIN, 1982): 1) a mudança de sistema, relacionada ao crescimento, à transformação e à emergência de novos atores; 2) a mudança sistêmica, relacionada à forma de controle ou de governança; e 3) a mudança de interações, afeta às relações entre entidades de um sistema internacional dado. A cooperação internacional, no cenário contemporâneo, enquadra-se em um cenário de mutações, sobretudo, sistêmico e de interações, e que, almejando realizar análises que deem conta dessas mudanças no novo contexto, deve, sem dúvida, dialogar com outras teorias sociais.

2.2 - Cooperação internacional: novos enfoques

Nesse sentido é que outras abordagens teóricas devem se somar à disciplina das Relações Internacionais. No tocante à cooperação internacional para o desenvolvimento, as teorias das Relações Internacionais fornecem instrumental teórico para entender as dinâmicas do sistema internacional. Entretanto, outras correntes teóricas (sociológicas, filosóficas, antropológicas, linguísticas, econômicas e várias outras) embasam as análises sobre o desenvolvimento, o que situa a cooperação

internacional no terreno da multi- e interdisciplinariedade, pelo fato de o tema requerer olhares múltiplos, conforme proposto nessa dissertação.

O conceito de desenvolvimento, entendido nesta pesquisa, assume a perspectiva do Estado-nação. Sua convergência com o tema da cooperação internacional tem como contexto a Cúpula do Milênio realizada no ano 2000. Nesta ocasião, os países discutiram o papel das Nações Unidas no século XXI, notadamente relacionado ao desenvolvimento das nações em benefício dos povos, e lançaram metas para todos os países, com oito objetivos, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em 2013, o desenvolvimento das nações concentrou-se no tema do desenvolvimento humano que, por sua vez, tem como objetivo o de acelerar, tanto quanto possível, um progresso de base ampla que eleve os padrões e alargue a escolha dos indivíduos, na totalidade dos países e comunidades, quanto às principais dimensões – saúde, educação e meios de subsistência, liberdade individual e espaço social que permitam aos indivíduos controlar e melhorar suas próprias vidas, conforme está estabelecido no último Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH 2013).

Entende-se, com isso, que as políticas governamentais e intergovernamentais pragmáticas em prol do desenvolvimento são aquelas que buscam sinergia entre as políticas econômicas e sociais. Dessa forma, o desenvolvimento desloca-se de objetivos imediatistas ligados ao campo da economia, como era praticado até recentemente, e alcança objetivos norteados pela construção de sociedades harmônicas, em benefício do bem-estar social e da expansão e conservação de bens-públicos (saúde, educação, segurança, participação social, meio ambiente), para citar somente alguns (ONU, 2013).

Essa transição do cenário internacional desloca o foco das nações de disputas de poder baseada no poderio militar e econômico para uma disputa de poder mais voltada para a produção de conhecimento, a difusão de estilos de vida, a influência de valores e princípios. Conforme Nye (2004), poder significa ter a habilidade de produzir resultados desejados, seja por meios próprios, seja pela utilização da

capacidade de influenciar o comportamento de outros para levá-los a contribuir com esses resultados.

A natureza do poder foi alterada consideravelmente nos tempos atuais. Ela transitou da versão mais dura, o poder conseguido pelo temor a seus concorrentes, para a versão mais branda, o poder proveniente da conquista das mentes e corações humanos. Ambos os tipos de poder foram nomeados por Nye (2004) como poder bruto (*hard power*) e poder brando (*soft power*), respectivamente, explicados no quadro 2:

Quadro 2: Poder Brando e Poder Bruto: comportamentos e recursos disponíveis

| | Poder Bruto | Poder Brando |
|----------------------------|--|---|
| Espectro de comportamentos | Indução Coerção Comando | Definição da agenda Atração Cooperação |
| Recursos disponíveis | Força Sanções Pagamentos Subornos | Instituições Valores Cultura Políticas |

Fonte: NYE, 2004, p. 8, tradução nossa¹²

Nesse caso, a natureza da dinâmica das relações entre as nações, ainda que continue havendo jogo de poder, altera consideravelmente a agenda global. Esta mudança exige novos instrumentais teóricos e conceituais, novas metodologias de pesquisa e, ainda, novos enfoques de análise, preferencialmente multidimensionais, para os objetos de estudo.

Considerando a pesquisa sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, onde se situa a cooperação Sul-Sul, serão adotados, portanto, outros referenciais teóricos próprios do objeto a ser pesquisado – a cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional - e dos pressupostos e objetivos específicos que orientaram as análises feitas: identificar as características da cooperação Sul-Sul que nos permitissem defini-la como nova tendência da cooperação internacional para o desenvolvimento; averiguar como os princípios

¹² Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

preconizados por esta nova tendência estão presentes nos discursos, nas representações sociais e na prática da cooperação (como, por exemplo, no projeto de cooperação técnica com São Tomé e Príncipe para fortalecer o programa de combate à tuberculose daquele País).

Para tanto, buscou-se alguns referenciais teóricos de outras áreas da Ciência que não aquelas da disciplina das Relações Internacionais, por se entender que os novos enfoques poderiam se somar aos já existentes, no universo multi e interdisciplinar da CID. As teorias utilizadas estão relacionadas a outros universos do conhecimento e serão tratadas de forma dispersa, segundo a divisão dos assuntos adotados na pesquisa, mas que podem ser resumidas nas seguintes ideias, a saber: 1) o pensamento e as epistemologias do Sul trazem para a discussão da cooperação Sul-Sul as reivindicações das correntes de pensamento pós-coloniais, sugerindo que a CSS seja constituída como nova oportunidade e instrumento para o surgimento de novas técnicas e saberes rumo ao desenvolvimento humano; 2) a demanda por uma África dos e para os africanos tenta enquadrar a cooperação Sul-Sul na lógica dos princípios da livre determinação dos povos, da interculturalidade e da horizontalidade, em oposição ao universalismo ocidental-europeu, no tocante ao desenvolvimento humano, como está baseado na discussão filosófica que defende os estudos africanos em detrimento dos africanistas; 3) a dialogia entre linguagem e sociedade proposta pela teoria/método da Análise de Discurso Crítica, a qual se propõe a discutir o modo como as representações sociais apresentadas nos discursos estão em consonância com os princípios desta nova tendência da cooperação, e a cotejá-las com as políticas externas e as declarações oficiais dos dois países.

3. Pensamento do Sul: alternativa política global

Como contribuição para as discussões da cooperação internacional para o desenvolvimento, parte-se do pressuposto, nesta pesquisa, que essa nova tendência encetada pela cooperação Sul-Sul seja uma oportunidade para a emergência não apenas do Sul, no cenário da política internacional, mas também para o surgimento de pensamentos do Sul. Para tanto, como marco teórico, apresentam-se as teorias que defendem a descolonização do saber e a emergência de conhecimentos alternativos no plano global.

Na concepção de Edgar Morin (2011), o pensamento do Sul é um movimento rumo à renovação, diversificação e complexificação¹³ do saber rumo a uma nova política de civilização face à crise da humanidade atual. A unificação abstrata e homogeneizante que destrói as diversidades, a unificação tecno-econômica e a correspondente desarticulação sociocultural, que provoca a cegueira do pensamento científico fundado em teorias simplificadoras e superficiais, que negligencia a consciência e os sentimentos humanos, a redução do complexo e sistêmico a fatos simples, recortados, objetos de laboratórios de Ciências, bem como a crise do desenvolvimento, que está no âmago das crises da ocidentalização e da mundialização, tudo isso explica o momento por que passa a produção de conhecimento e de políticas. Assim comenta o autor:

Precisamos misturar essas heranças culturais mediterrâneas com as heranças culturais africanas e sul-americanas. Por mais diferentes que sejam, todas elas comportam modos míticos ou religiosos de integração no cosmo e na natureza, dos quais devemos extrair a verdade profunda e ligá-la à nossa nova consciência ecológica, que reconhece nossa integração na biosfera, algo que o devir da mundialização continua a degradar, impulsionado pelo Norte. Existe a herança das tradições de solidariedade, que implica integrar e não destruir. Existem múltiplos conhecimentos, saberes sobre o mundo mineral, vegetal e animal que temos que incorporar. Existem artes de viver muito diversas e ricas, inclusive nas pequenas sociedades indígenas da América do Sul e da África. Deste modo, ao reunir e conjugar todas essas heranças culturais, um pensamento do Sul é capaz de realizar uma nova e grande problematização (MORIN, 2011, p.12).

Ainda, segundo Morin (2011), cabe ao Sul assumir a condição mais humana do pensamento, diante do fracasso da hegemonia da técnica da racionalização, da economia, do cálculo, da rentabilidade e da eficácia do Norte. A complementação necessária seria a fusão do que houve de melhor no renascimento humanístico com os valores humanistas vindos das sociedades africanas e sul-americanas tradicionais, de tal modo que produzam respostas aos atuais problemas de um ‘sistema-Terra’, de um ‘sistema Terra-pátria’, em que as pátrias introduziriam caminhos plenos de criatividade, cada uma a seu modo, rumo a um sistema global.

¹³ Entende-se por “complexificação” a produção de pensamento complexo ou sistêmico, conforme proposto pelo mesmo autor em outras obras e em suas discussões atuais, *complexus* no latim significa “o que é tecido em conjunto”, portanto, o pensamento complexo é o que religa o que tinha sido artificialmente separado (MORIN, 2011).

Neste sentido, Morin (2011) afirma que a produção de conhecimento deve passar por mudanças significativas que a permitam repensar sua metodologia. Com o fim de difundir os saberes alternativos, é preciso aprender a reconhecer o princípio dialógico entre autonomia e dependência nas interações entre si (autos), com os outros (sócio) e com o cosmos (eco), fazendo dialogar o saber disciplinar com o saber não-disciplinar ou o saber proveniente das experiências de vida.

Galvani (2011) afirma que uma nova estratégia epistemológica deverá ser baseada na explicação, que é a análise abstrata, à distância, por meio de ferramentas intelectuais e teóricas; na compreensão, que é a consciência sobre o ponto de vista do outro) e na ação, que é a volta à experiência vivida dos fenômenos. Esta reflexão resulta na proposta da “auto-co-eco-formação” que seria: formar-se (auto-formação); investigar/pesquisar a experiência vivida (reflexão); dialogar com outros saberes (co-formação); e relacionar os diferentes níveis da realidade: teórico, prático, existencial e poético.

A reforma do pensamento-ação é aguardada com a emergência de um Sul, seja na epistemologia, seja na emergência de novos estilos de vida. Irving (2011) comenta que as questões prioritárias para uma nova política de civilização são: a reforma da educação; o combate à pobreza e às desigualdades sociais; a reforma do estilo de vida, a partir de padrões mais sustentáveis e solidários; e a mudança da governança global rumo à compreensão integral e integrada do ser humano no universo.

Algumas iniciativas já concretizadas, citadas por Irving (2011), em benefício da emergência de um pensamento do Sul são: a Conferência Rio-92, que pensou o desenvolvimento a partir da relação entre sociedade e natureza, e trouxe a participação da população para a tomada de decisões; o Fórum Social Mundial, que apresentou a crítica aos valores e políticas hegemônicas, com discussão, até o presente, de modelos alternativos de desenvolvimento e de sociedade; o protagonismo da sociedade em projetos sociais e construção de cidadania, onde muitos Estados se encontram- enfraquecidos; o resgate de valores tradicionais e de autoestima de povos, a exemplo do Brasil, até então excluídos com os “territórios de cidadania”; as novas lideranças no meio rural, que questionam a concentração de poder do passado e trazem formas criativas de organização, geração de emprego e renda e inserção social;

as identidades culturais e históricas de vários povos da América Latina, que estão sendo “ressignificadas” e revalorizadas pelo olhar das minorias excluídas; as lideranças femininas eleitas democraticamente em vários países da América Latina, lugar em que o machismo sempre esteve presente na cultura; a revalorização dos conhecimentos tradicionais nas universidades, que começam a ser introduzidos na produção do saber científico, além da maior integração entre os vários ramos da ciência (interdisciplinaridade) e da fusão da reflexão com a ação; e, por fim, as gestões públicas, que promovem políticas com transversalidade, pensando o todo a partir de várias perspectivas.

Ao trazer esta discussão para a cooperação internacional e o desenvolvimento, os vários significados que o desenvolvimento pode assumir passam a ser discutidos. As diferentes sociedades que tendem à formação de uma comunidade constituída pela civilização humana, com vista a uma governança global coexistem com singularidades, com identidades culturais, visões de mundo e perspectivas distintas, conforme representação na dialogia existente entre localidade e globalização. Assim, as iniciativas a favor do desenvolvimento das nações e dos povos, em pleno século XXI, clamam por inovação e diversificação, em vez dos ideais ocidentais e uniformizadores do período colonial imperialista e eurocêntrico.

Maldonado (2011) concebe esta poliarquia como acomodação natural desta nova ordem internacional. Com o surgimento de pensamentos do Sul, propostas alternativas, diferentes e numerosas serão somadas ao ideal civilizatório do Norte, até então hegemônico e autoritário.

A ideia de poliarquia não é uma globalização como ocidentalização, porque nenhuma Nova Ordem da Terra nascerá espontaneamente da ocidentalização planetária das forças e dos sistemas econômicos; tampouco uma ideologia, oposta e complementar a essa, que poderíamos definir da dissolução da soberania, porque nenhum poder militar consegue hoje estar sozinho no cenário internacional. A ideia da poliarquia está perfeitamente presente na metáfora do arquipélago¹⁴, e precisamente na ideia da coexistência dos diferentes (*nómoi*, *lógoi*, etc.), que também é espaço

¹⁴ A metáfora do arquipélago, segundo o mesmo autor, é utilizada para defender o pensamento do Sul ao se descobrir que a fronteira não é um lugar onde o mundo termina, onde começa o mar, mas aquela em que os diferentes se tocam e que a relação com o outro se torna difícil, arriscada, autêntica; eliminando, o contrário, da terra que reina absoluta, que impõe o fechamento nas próprias raízes e que dá margem ao imperialismo agressivo e ao fundamentalismo (MALDONADO, 2011, p. 110).

simbólico, pois contém em si o próprio princípio da conexão, na ausência de um princípio unificador (MALDONADO, 2011, p. 108-9).

Assim, é inevitável a alteração no cenário da cooperação internacional. A ela incumbirá a inovação de seus princípios, métodos e papel na promoção de novos modelos de desenvolvimento, por meio do surgimento de novos estilos de vida, de trocas de conhecimento e experiências, de inclusão de outros atores e ideias/pensamentos. A cooperação do Sul com o Sul, com o apoio da ONU e de atores do Norte, poderá desempenhar importante papel neste cenário. Segundo Petraglia (2011) “não se trata de estabelecer modelos ou de listar experiências bem-sucedidas, que devam ser copiadas, mas de buscar conhecer os próprios limites, possibilidades, e traçar estratégias a partir de problematizações em contextos específicos e singulares.”

Entretanto, o papel a ser desempenhado pela América Latina neste contexto da emergência do Sul baseia-se nos ideais humanistas presentes nessas sociedades desde sua fundação e miscigenação. Contrapondo-se ao eurocentrismo que, a partir do século XV controlou a maneira de pensar, de conhecer, de valorizar, de atuar e de sentir a realidade, o humanismo latino-americano é:

Uma verdadeira regeneração civilizatória, componente da qual podem – e deveriam ser – artes de viver ‘sulinos’ como “o Viver Bem” boliviano, ou “o Bem Viver” peruano ou equatoriano; assim como o “Meu nada, Tudo-de-Todos” centro-americano, como ilustrações de nossa especificidade multiétnica e multicultural rica e diversa, tantas vezes omitida. As que estão se reivindicando em um “Movimento dos Movimentos” sociais (desde as bases da sociedade), que reivindica assim mesmo as produções locais autoabastecedoras, tudo como uma dialógica entre globalização e localização, que “resgata” o social “sequestrado” pelo político (e subordinados ambos à lógica da economia do mercado global) (SOTOLONGO, 2011, p. 203)¹⁵.

Neste contexto da necessária ascensão dos pensamentos vindos do Sul, mediante proposta de reforma da civilização humana global, Boaventura de Sousa Santos (2010) esforça-se por chegar às epistemologias do Sul. Por epistemologia, entende-se toda a noção ou ideia a respeito das condições do que é considerado como conhecimento, e, por trás dele, se reconhece uma dada experiência social, com atores sociais, a qual se torna intencional e inteligível. Complementando, então, a discussão da emergência de pensamentos do Sul, Santos (2010) propõe pensar a filosofia da ciência (epistemologia) para se chegar à ecologia de saberes.

¹⁵ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas.

Para tanto, o autor explica que parte do pressuposto de que o colonialismo, além de exercer as várias dominações econômica, política, cultural, social, também e sobretudo exerceu a dominação epistemológica. Os critérios para a classificação e o reconhecimento de determinado saber como conhecimento científico a ser propagado serviram aos propósitos desta lógica colonizadora, cujo ‘saber-poder’ resultou na supressão de muitas outras formas de conhecimento.

Isto é o que se denominou de “pensamento abissal”. Para se chegar à produção de epistemologias do Sul, portanto, Santos (2010) defende a ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação e confronta a ‘monocultura da ciência moderna’ com a ecologia de saberes:

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muito e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo. [...] a ecologia de saberes é, basicamente, uma contra-epistemologia (SANTOS, 2010, p. 46-47).

A cooperação Sul-Sul é abordada nesta pesquisa, segundo este enfoque. Parte de ambas as teorias (“pensamentos do Sul” de Edgar Morin e “epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos) para se caracterizar a nova tendência da cooperação internacional. Esta fase pode promover não somente a união do Sul, cujos povos até então marginalizados tiveram sua cultura e seus conhecimentos negados, mas também proporcionar laços de cooperação que se alinhem à ascensão de poderes (muito além do político e econômico, também cultural e “científico”), e que promovam reformas na sociedade global.

4. Considerações finais do capítulo

Na perspectiva da dinâmica da cooperação técnica Sul-Sul, a partir da ascensão do Sul, muitas alternativas podem surgir para o desenvolvimento humano no âmbito global. Países que estiveram até então à margem do progresso técnico-científico, econômico e financeiro podem encontrar espaço e oportunidade de expressão de seus saberes na cooperação Sul-Sul. De toda forma, deve-se estar consciente de que, nesses novos tempos, novos conceitos e paradigmas devem ser

introduzidos, com vistas a novas metodologias de gestão de projetos, a partir dos novos princípios e objetivos.

Para tanto, o campo teórico da cooperação internacional para o desenvolvimento deve evoluir e abranger, para além das teorias das Relações Internacionais, teorias que abordem assuntos que reflitam o atual debate em torno do desenvolvimento humano, do multiculturalismo, dos discursos e representações sociais, das arenas e agendas que contextualizam a tomada de decisão, dentre tantas outras. Isso porque, este tema requer análises multi- e interdisciplinares pela sua natureza transversal, que sejam aplicadas às várias searas do conhecimento científico e às políticas públicas governamentais de promoção de desenvolvimento.

Acrescente-se, ainda: para que a cooperação Sul-Sul sirva aos propósitos da reforma da política em prol do desenvolvimento da civilização humana, é necessário o envolvimento de outros atores, além dos governos dos países. A pluralidade de tais agentes pode garantir iniciativas melhores adaptadas às sociedades, ‘de baixo para cima’. Este cuidado é fundamental para que esta cooperação Sul-Sul constitua parte de tomadas de decisão mais coerentes com as distintas realidades, com a reforma do pensamento científico, do projeto de civilização global, e sobretudo, do ideal de solidariedade entre os povos e as nações, como demonstração da existência de uma comunidade global.

CAPÍTULO II

A África na cooperação internacional:

São Tomé e Príncipe em perspectiva

Com base na atual governança e agenda global para o desenvolvimento internacional, países africanos são vistos como novos desafios para organizações e demais países. A África, no entanto, se ressentida de não ser vista de forma holística e sob a perspectiva de dentro para fora (KABUNDA, 2011; SANTAMARÍA & MUÑOZ, 2006; HOUNTONDI, 2008).

Como um “*el dourado*” para países que fazem da cooperação internacional instrumento de sua política externa, o continente africano concentra iniciativas numerosas e descoordenadas. Kabunda (2011) afirma que a África está entre os países industrializados e os países emergentes (as novas potências econômicas) que oferecem uma ou outra forma de cooperação para superar os diversos desafios, sobretudo aqueles da desestruturação estatal. Nas palavras do autor:

Infelizmente, existe uma verdadeira “guerra econômica” entre aqueles países, que nem sempre dão prioridade à solução dos problemas africanos, mas que buscam assegurar a presença neste continente dotado de recursos naturais muito pouco explorados (importantes reservas de ouro negro, de gás e de minerais, além de constituir um importante mercado) e que o colocaram no centro da geopolítica mundial ou da rivalidade entre as grandes potências e os países emergentes, como na época da guerra fria (KABUNDA, 2011, p.10-11, tradução nossa)¹⁶.

São Tomé e Príncipe, nesse contexto, apresenta-se como país, onde as políticas governamentais são decididas de cima para baixo e de fora para dentro, e as expectativas de desenvolvimento são centradas na cooperação internacional, conforme se verá mais adiante. Como parte do grupo de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), São Tomé e Príncipe é parceiro prioritário do Brasil, no tocante à agenda da cooperação técnica Sul-Sul e registrou, no ano de 2010, R\$ 6.709.641 ou 10,4% de toda a cooperação brasileira com países africanos (BRASIL, 2013). A sua realidade cultural, social, econômica e política deve ser abordada de forma ampla e objetiva, sobretudo com relação à cooperação internacional que se pretende horizontal, multicultural e em prol do desenvolvimento humano.

¹⁶ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

Os estudos sobre São Tomé e Príncipe são muito próprios desta pesquisa, juntamente de seus referenciais teóricos, bibliográficos e das observações empíricas realizadas pela autora. Assim, os registros fotográficos, as conversas com os principais atores do projeto de cooperação técnica em questão e demais cidadãos santomenses, as consultas a referências bibliográficas de autores locais, bem como as experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo constituem uma perspectiva sobre o País.

Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo objeto, a cooperação Sul-Sul, contou com estudo de caso sobre projeto de cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe, com o propósito de fornecer subsídios empíricos e embasados para as análises conceituais dessa nova tendência da cooperação internacional. Sobre a metodologia científica adotada, Goldenberg (2009) comenta:

[...] **Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.** Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, **o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador** (GOLDENBERG, 2009, p. 53, grifo nosso).

Portanto, as análises da parceria de cooperação, ora enfocada, partem de observações mais abrangentes do que seriam as observações feitas para um diagnóstico situacional prévio à negociação de um projeto de cooperação. A finalidade da pesquisa foi a de pensar essa nova tendência da cooperação Sul-Sul a partir da perspectiva da complexidade (multidimensional) com propostas reformadoras, visando à dimensão humana do desenvolvimento.

Tratar de África e de São Tomé e Príncipe constitui um grande desafio, não apenas pelo longo caminho e vivência necessários para se falar do outro, mas pela abundância de elementos que devem ser considerados em uma tal estudo. Longe, portanto, da pretensão de se fazer análises profundas e de chegar a “verdades”, esta pesquisa adota uma perspectiva antropológica sobre São Tomé e Príncipe está comprometida com os referenciais utilizados, a partir das leituras e observações durante pesquisa de campo realizada *in locu* ao longo de 14 dias.

Ao explicar as análises sobre cultura, Geertz (1989), no seu tratado de teoria cultural, afirma:

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como **uma ciência interpretativa, à procura do significado** (GEERTZ, 1989, p. 4, grifo nosso).

Assim, o fato de alguns registros etnográficos, fotografias, diário de campo, diário de viagem e bibliografias de autores santomenses e estrangeiros sobre São Tomé e Príncipe se constituírem em fontes utilizadas.

Parte-se, também, do pressuposto de que não há como analisar determinado projeto de cooperação sem conhecer o parceiro, daí o motivo para se proceder a análise de São Tomé e Príncipe no que refere às dimensões interna (sociedade e cultura) e externa (relações com o mundo exterior). O estudo de caso da cooperação com São Tomé e Príncipe permite acrescentar às análises da cooperação internacional, as análises etnográficas que enfocam a gênese de um povo, de um governo (quase sempre visto como receptor da cooperação) e de seu processo de consolidação política e econômica na condição de país independente.

A alteridade, portanto, está presente nesta discussão. Todorov (1993) questiona a existência de valores universais e a possibilidade de se fazer julgamentos para além de fronteiras, quando se sabe que todos os valores são relativos ao tempo, ao espaço e à origem e identidade dos indivíduos. O etnocentrismo é a opção universalista diante da ilimitada diversidade humana, o que faz com que ele seja substituído pela etnografia ou pelo estudo da cultura do outro, conforme afirma o autor:

O etnocêntrico segue a linha do menor esforço e procede de maneira não crítica: crê que seus valores são os valores e isso lhe basta, nunca busca verdadeiramente comprová-lo. O universalista não-etnocêntrico (pode-se pelo menos tentar imaginar um) buscaria fundar na razão a preferência que sente por certos valores em detrimento de outros; seria particularmente vigilante à respeito daquilo que, embora lhe pareça universal, encontra-se em sua própria tradição; e estaria disposto a abandonar o que lhe é familiar e a abraçar uma solução observada num país estrangeiro, ou encontrada por dedução (TODOROV, 1993, p.21-22).

Sobretudo em relação à África, esta discussão é particularmente relevante. Oliva (2010) ao tratar das representações a respeito dos africanos, construídas no

imaginário ocidental, explica a existência da estrutura comparativa que deprecia o africano (o outro distante) em relação ao europeu (o centro). A auto-percepção da alteridade por parte dos africanos enseja a reinvenção contemporânea da sua identidade. Perante tal reinvenção, alguns esforços intelectuais procuram pensar o *ethos* africano e conscientizar as sociedades e o mundo das singularidades formativas, complexas, dinâmicas e culturais do continente (OLIVA, 2010 *apud* APPIAH, 1997; MBEMBE, 2001; FANON, 1983; BHABHA, 2003). Neste sentido e em um primeiro momento, deve-se ter em mente que todos os textos históricos, literários e imagéticos sobre a África carregam referências, conceitos e interpretações que resultam em representações ou reinvenções dos elementos analisados (OLIVA, 2010).

A presente pesquisa, portanto, pretende situar-se no campo da etnografia e partir de pressupostos de compreensão do outro. Trata-se da descrição detalhada dos objetos investigados (pessoas, suas relações e cultura), além de levantamento de dados por meio da multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, com o objetivo de aprendizagem de determinada realidade em apresentação posterior (GEERTZ, 1989; MINAYO, 2010).

O presente capítulo aborda tanto a cooperação internacional na África, ao se utilizar a referência bibliográfica de autores estrangeiros e africanos, quanto São Tomé e Príncipe, ao se contar com dados, primários e secundários, obtidos durante a pesquisa de campo naquele país com os instrumentais antropológicos e etnográficos que permitem enxergar o outro de forma mais ampla e compreensiva.

1. A África na cooperação internacional

1.1 - África: breve contexto

Como tem sido defendida por Saraiva (2012), a África se apresenta como a nova região geográfica das Relações Internacionais. Não mais baseados em mitos e preconceitos, próprios da ignorância e da falta de estudos das diversas áreas do conhecimento científico, os estudos e pensamentos africanos transitam, atualmente, para outro imaginário social, o do renascimento de uma nova África.

Essa transição positiva, vivenciada por todos os países do continente, pode ser explicada por meio de três dados relativos ao século XXI, a saber: 1) avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e contenção dos conflitos armados; 2) crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias, alicerçadas na responsabilidade fiscal, e na preocupação social; e 3) elevação da autoconfiança das elites, por meio de novas formas de renascimento cultural e político (SARAIWA, 2012). Desse modo, o autor assume que o surgimento dessa nova concepção tem sido baseado na África que pertence aos africanos e tem sido pensada por eles.

A África é, segundo Visentini et al. (2007), o terceiro continente em extensão, atrás da Ásia e das Américas, com cerca de 30 milhões de km², cobrindo 20,3 % da área total de terra firme do planeta, o segundo mais populoso da Terra, depois da Ásia, com cerca de um bilhão de pessoas, representando cerca de um sétimo da população mundial, distribuídos em 800 grupos étnicos contabilizados e 54 países independentes.

Para fins de entender as dinâmicas do continente africano, pode-se dividi-lo de duas formas. A primeira valoriza a localização dos países e os divide em cinco grupos: África setentrional, África Ocidental, África central, África Oriental e África meridional. A segunda parte de critérios étnicos e culturais, e classifica o continente em duas partes: a África Branca, habitada pelos *caucasóides*, formada por países do norte, incluindo a Mauritânia e o Saara Ocidental, e a África Negra, habitada pelos *negróides*, formada pelos países ao Sul do Saara.

Ainda, segundo Vicentini et al. (2007), os eventos na região do Saara e do Sahel, região localizada entre o grande deserto e a floresta tropical, influenciaram decisivamente a distribuição dos povos através do continente africano que deram origem à distinção entre os *caucasóides* (no norte e nordeste africano) e os *negróides* (no sul do deserto do Saara).

A partir de então, civilizações surgiram e povoaram quase todo o continente africano, de acordo com suas atividades econômicas, cultura e estilo de vida. Há 4.000 anos a.C, os povos do Saara se desenvolviam como os egípcios, ao mesmo tempo em que o Egito abrigava a primeira grande civilização reconhecida na África

pelos europeus. Uma rápida descrição do mapa político-geográfico do continente africano pode dar uma ideia de sua complexidade para melhor compreensão de uma de suas células.

Na África Ocidental, havia uma série de reinos de população negra, cuja base econômica era o controle das rotas transaarianas, para a exploração do comércio, dentre os quais se destacam: 1) o Reino do Gana (antiga Costa do Ouro), que dominou a África Ocidental entre 300 d.C e 1240 d.C; 2) o Reino do Mali, que fundou importantes centros comerciais e de estudos religiosos, que dominou a região ocidental e se extinguiu em 1591, com a invasão berbere e o Império Marroquino.

No tocante à África Oriental e Meridional, sem quase registros históricos, sabe-se que foi por volta dos anos 400 d.C que a zona passou a ser ocupada por agricultores, que falavam línguas bantas e povoaram toda a área de forma esparsa e irregular. Na África Meridional há registros de comunidades organizadas, de larga escala, por volta de 500 d.C. Na orla oriental do Kalahari, atual Botsuana, a tradição *toustswe* existiu até 900 d.C. e se caracterizou por forte cultura pastoril, formando povoados maiores com autoridades políticas. Entre o rio Níger e o lago Chade, surgiram as cidades-estados de Hauçá e o Império de Kanem-Bornu, caracterizado pela introdução do islamismo, no século XIV. No litoral oriental da África, no século XI, com as guerras da Pérsia e na Arábia, muitos árabes ocuparam, definitivamente, esta a região, onde surgiu o *suaíli*, língua banta proveniente da miscigenação cultural de árabes e negros africanos, atualmente, idioma oficial da Tanzânia e do Quênia. Por último, ainda nesta região, havia o Reino do Zimbábue, marcado pelo comércio intra-africano de ouro, marfim, cobre, ao lado do reino de Katanga (Congo) e Zâmbia. A região tornou-se famosa por abrigar um dos reinos mais poderosos do século XIV. O Reino de Ashanti também ganhou muito prestígio, com a organização e criação de sistemas de impostos, de medição do pó do ouro, de sólida administração pública em toda a região, assim como as famosas esculturas em ouro, prata e madeira. No início do século XIX, porém, o reino é dominado pelos britânicos. Os Reinos de Rozvi, no vale do Zimbábue, ficaram famosos por causa de um rico proprietário de gado, Dombo, que expulsou os portugueses. Os Reinos de Bunioro e de Buganda, nos lagos da África Oriental, Alberto e Vitória, respectivamente, ainda nos séculos XVI - XIX comercializavam em feiras e mercados fixos, vendendo bens da agricultura, da caça e

de artesanatos, e comprando tecidos, armas de fogo, vidros dos comerciantes árabes da costa oriental. Outros dois povos, o *chwezi* e o *masai*, também habitaram a África Oriental e eram, respectivamente, pastores de gado e nômades, com destaque para o último que ainda habita a área da Tanzânia e do Quênia.

Certo é que houve várias civilizações que se desenvolveram e povoaram todo o continente africano. Estas, por si sós, criaram, dominaram e perduraram, deixando grandes contribuições aos povos que o procederam, inclusive aos europeus que os colonizaram. Houve muito desconhecimento com relação a tudo o que se passou no continente africano até a chegada dos europeus; por um lado, devido à falta de registros, o que abre espaço para realização de pesquisas e geração de conhecimentos africanos; por outro lado, porque não houve interesse por parte do pensamento universalista e hegemônico europeu que reconhecesse as forças dos povos dominados, o que justifica a descolonização do pensamento (VISENTINI et al., 2007; LANDER, 2005)

Segundo contribuições de Roco e Iniesta (2006), a história da África poderia ser classificada segundo o quadro 3 que pretende reunir de forma sucinta e mais completa as fases históricas do continente apresentadas de maneira diferente daquele apresentado pela História ocidental sobre os povos africanos:

Quadro 3: Cronologia da África¹⁷

| | | |
|-----------------|---|--|
| África Mãe | Do Pleistoceno médio até o início do Neolítico (de 200.000-150.000 até de 4.000 a.C a 100 d.C de acordo com as regiões) | -humano biologicamente moderno e sua carga cultural - agricultura y pecuária - divisão social e formalização do conhecimento - diáspora saariana e sistemas de pensamento |
| África antiga | Fim do Neolítico egípcio (4.000 a.C) até o islamismo (700 a.C) (séculos “escuros” da África subsaariana) | - Egito antigo e “milagre grego” - Primeiras civilizações “sudanesas” - “Bantuización” - Origens do rechaça da maximização produtiva: até o mito sensual |
| África clássica | Séculos VII-XV (multiplicação das possibilidades de periodização regional) | - Os “impérios medievais” e a origem das formações políticas complexas - Articulações pluriétnicas e diversidade |

¹⁷ Tabela original encontra-se na seção “Notas”.

| | | |
|-------------------|--|--|
| | | das opções do modelo político - A falácia do motor externo (islã...) |
| África tensa | - Séculos XV-XVII: primeiro contato direto com o Ocidente - Séculos XVII-XVIII: clímax do tráfico atlântico - Século XIX: prospecções proto-coloniais | - Militarização da vida humana - Articulação marginal de África no sistema-mundo - Elasticidade específica das comunidades africanas - Frutificação de classicismos locais |
| África dependente | - 1885: Primeira Guerra Mundial: ataque e “pacificação” colonial - Entre-guerras: idade dourada do colonialismo - 1945-1969/70: emancipação | - Constatação da lacuna econômica, tecnológica, epistemológica y política - A marca civilizadora e a desestruturação dos sistemas tradicionais - O projeto do Estado-nação |
| África perplexa | - 1960/70 até a atualidade - Neocolonialismo - Mono-partidarismo (golpes militares, revolução...) - Democratização e supostas “restaurações” autoritárias | - Casos na herança político-econômica do colonialismo - Perpetuação na marginalidade na aldeia global - Os “fósseis culturais” e o afloramento da tradição: as vias africanas - Recuperação do pluralismo |

Fonte: ROCA & INIESTA, 2006, p. 54 (tradução nossa)

1.2 - Desenvolvimento e Cooperação Internacional na África

Os programas e laços de cooperação dos países africanos com países de fora do continente é parte da formação atual destes países, enquanto Estados. Desde a partilha do continente africano em zonas de controle europeu, durante a Conferência de Berlim de 1884-1885, a cooperação serviu aos propósitos das potências colonizadoras, que visavam fazer ali investimentos em infraestruturas e serviços sociais. Essa estratégia foi denominada de “segunda operação colonial”, nova fase no relacionamento da colônia com a metrópole. Era uma forma de as potências marcar presença e controlarem melhor o que se passava nas colônias. Com a descolonização, as metrópoles transformaram seus ministérios de ultramar em departamentos de cooperação para o desenvolvimento. Assim, os colonizadores prolongaram o relacionamento de dependência de suas ex-colônias, que, por sua vez, viam nesses laços de cooperação uma fonte inestimável de financiamento de suas iniciativas¹⁸ (SERRANO, 2006).

¹⁸ Esta teoria é compartilhada por Samir Amin, economista marxista egípcio que preconiza a desconexão da África do sistema econômico mundial como motor para seu desenvolvimento (apud SERRANO, 2006)

Como citado, a cooperação internacional com a África deveria, desde o início, servir aos propósitos do desenvolvimento destes novos Estados. Na qualidade de última fronteira do desenvolvimento humano a ser transposta, o continente africano é, atualmente, a região geográfica que mais tem tido participação da comunidade internacional na superação de seus desafios internos. Sobre isso, Alberdi e Alcade (2006) discorrem:

A fome, as catástrofes naturais, os conflitos violentos, as baixas taxas de crescimento econômico, o subdesenvolvimento e ‘atraso’ da cultura africana, os maus indicadores de desenvolvimento humano, e, sobretudo, sua extremada pobreza, continuam sendo os argumentos utilizados para justificar a cooperação com os países e as comunidades africanas. Além dos elementos geopolíticos e dos interesses econômicos e comerciais, no caso africano, o elemento civilizatório foi e continua sendo o mais importante, para compreender as razões para a cooperação internacional. A superioridade moral ocidental, a hegemonia ideológica do capitalismo, o humanitarismo..., inclusive o sentimento de culpabilidade histórica, são algumas motivações que levam os doadores a cooperarem com os países africanos. Entretanto, para os dirigentes africanos, a cooperação se converteu, também, em fonte de financiamento externo para manutenção do exíguo estado pós-colonial.” (ALBERDI & ALCADÉ, 2006, tradução nossa)¹⁹

Conforme apontado, enfatiza-se, nesse discurso amplamente propagado, a visão depreciativa e interesseira nas relações com a África. No entanto, numa análise diacrônica, é interessante notar as distintas fases da História do continente e as correspondentes representações criadas para entendê-lo, conforme explica Oliva (2010):

Se pudéssemos elaborar um quadro que sintetizasse o processo de construção da ideia de África, ele teria, obrigatoriamente, que envolver os seguintes momentos. O extenso diálogo cultural estabelecido com os europeus, americanos e árabes, mantidos na Antiguidade e no período que se estende do século VII (no caso dos árabes) ao século XVIII, fruto dos contratos comerciais, políticos e do tráfico de escravos. Já a partir dos oitocentos, os temperos mais picantes seriam a resistência à presença direta das potências europeias no continente e a existência do racismo científico, que resultou em África no apartheid. Do último século, apontaríamos para a formação das identidades africanas – inclusive as nacionais -, a redefinição do lugar e dos valores ocupados pela sociedades negro-africanas na trajetória histórica da humanidade, e, por fim, para o despertar lúcido das especificidades e singularidades das realidades africanas, que permitiu uma releitura de várias páginas e faces do próprio processo de construção da ideia de África e das africanidades (OLIVA, 2010, p. 33).

¹⁹ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

A África dos e para os africanos tem sido ideia recorrente nas discussões teóricas e práticas sobre o apoio externo ao desenvolvimento de seus países. Esta questão está no âmago da discussão encetada por Hountondji (2008), filósofo beninense, sobre o assunto. Para ele, há a necessidade de se separar os africanistas dos africanos, no campo da produção atual de textos filosóficos sobre a África. Compreende-se, assim, que os inúmeros pensadores europeus classificam como ‘sistemas de pensamentos africanos’ aqueles provenientes de africanistas. A visão da África pela África deverá, cada vez mais, tomar fôlego e tender à normalidade.

[...] estabelecer este tipo de demarcação tornou possível chamar a atenção para a recepção africana das tradições de investigação ocidentais e levar os acadêmicos africanos a assumir as suas responsabilidades intelectuais próprias (HOUNTONDI, 2008, p. 154).

A despeito da existência de vários centros de estudos africanos pelo mundo, é importante elucidar o papel deles para se entender a África. Primeiramente, cabe esclarecer que as divisões entre os vários ramos da ciência que têm como objeto a África, tratando-a ora como uma unidade, “o continente”, ora como uma conjunção de países e regiões com identidades específicas, não devem perder de vista sua interdependência e complementariedade. Posteriormente, é preciso lembrar que, antes de serem aplicadas à África, essas disciplinas partem de metodologias e teorias próprias, entendidas como “universais”, mas que, na verdade, são baseadas em paradigmas e visões de mundo ocidentais ou europeias.

Neste contexto, a voz é de Hountondji (2008) que questiona o “quão africanos são os chamados estudos africanos?” e deve ser norteadora da discussão sobre o desenvolvimento na África, quer sob a perspectiva científica, quer sob a visão de gestão dos assuntos de Estado.

Os séculos obscuros da África Negra seriam mais a ignorância da historiografia ocidental, do que a falta de fatos que merecem atenção. A debilidade metodológica e a incapacidade de pesquisar em outras fontes, que não os registros gráficos, eram mascaradas pelos escassos documentos das diversas civilizações subsaarianas, como afirmam Roca e Iniesta (2006):

Não se pode saber se é irônico ou sinistro que Hegel, ao absolutizar a razão ocidental, rejeita as memórias africanas por não serem escritas, chamando

seus povos de “adormecidos”. A apreciação de Hegel só fazia senão justificar a então iminente tutela colonial, pois, a partir do nacionalismo europeu contemporâneo, um grupo que não fosse consciente de seu passado, não podia construir seu futuro. A historiografia colonial, que considerou a si mesma como empresa pioneira em solo africano, assumiu esta visão e a transferiu, por meio de forma quase imperceptível, a uma boa parte dos historiadores atuais, independentemente de seu apreço ou recusa do legado da colônia” (ROCA & INIESTA, 2006, p. 22, tradução nossa)²⁰.

Ao percorrer alguns achados de História²¹, encontraremos, nas atuais e antigas civilizações africanas, avanços notáveis, em termos de desenvolvimento humano, tão caro aos discursos universais da ONU. A existência de determinados sistemas avançados de comércio, dentro e entre civilizações, de cultivos agrícolas, de técnicas e tecnologias, de edificações e construções, tão surpreendentes quanto às utilizadas nas pirâmides do Egito e nas muralhas da China, e, sobretudo, de relações sociais e humanas, muito mais sustentáveis, holisticamente, como as que já foram reveladas, toda essa realidade se mostra superior àquela do mundo ocidental. O próprio conceito de clã, na África, é um exemplo disso, segundo Roca e Iniesta (2006). Apelidado pejorativamente de tribo, a lógica do clã, particularmente na África, é guardiã das tradições e conta com doses de pluralismo e de humanismo, conforme explicam os autores:

Se o clã ou a tribo ou o reino são formas adotadas pela espécie, sua função legítima não pode ser outra que a de preservar o grupo e transmitir seu legado, evitando qualquer ruptura grave com o entorno cultural e natural: se se respeita aos antepassados, no se pode criar uma destruição que faça da vida inviável aos nossos descendentes e seu entorno, social e natural. Os escravos perderam sua liberdade, mas muitos não perderam sua sabedoria, profundamente meridional, egípcia, africana, holista, amoderna (ROCA & INIESTA, 2006, p. 36, tradução nossa)²².

Lamentavelmente, a descendência biológica negra e a ancestralidade africana subsaariana são até hoje preconcebidas como sinônimos de primitivo, atrasado e inferior. Grande parte do conhecimento da civilização egípcia, assimilado pelos filósofos gregos, foi negligenciada pelos povos europeus que não quiseram, provavelmente, admitir que civilizações *negróides* pudessem ser tão ou mais

²⁰ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

²¹ Para esta afirmação, distinção deve ser feita entre história e História; entendendo a primeira como resgate e registro de relatos e outros achados, sem necessariamente enquadrá-los na História, que se utiliza de métodos próprios deste ramo da Ciência.

²² Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

avançadas do que a europeia, para evitar qualquer competição. Exemplo disso é a negação da influência de Kémit (literalmente “El País Negro”) e do “País de Cam”, mencionado na Bíblia, espelho do mundo moderno ocidental, que está sendo resgatada pela egiptologia negra²³ (ROCA & INIESTA, 2006).

Ninguém que estude a África pode ignorar este fato. Como outros, os povos africanos deveriam tirar lições de sua própria história, para não repetir algumas de suas passagens. Para isso, têm não somente de ‘repensar’ a historiografia moderna, como, também, escutar a grande quantidade de relatos populares que, além de descrever as mencionadas soluções, as imbricam com maneiras de fazer – entranhadas inevitavelmente nas pessoas – que provaram ano após ano, século após século, sua utilidade” (ROCA & INIESTA, 2006, p. 23, tradução nossa)²⁴.

A partir desta teoria do Paulin Houtondji, poder-se-á também questionar o que seria pensar teorias de desenvolvimento das nações ou desenvolvimento humano, segundo valores e visões de mundo africanas.

A discussão está muito bem contextualizada no atual quadro da cooperação técnica Sul-Sul como oportunidade de manifestação de pensamentos do Sul. Para além de transferência de políticas, ainda que com suas devidas adaptações, uma nova fase da cooperação internacional deve partir do pressuposto de que há na África conhecimentos técnicos de grande importância para o progresso do mundo, até mesmo no tocante ao desenvolvimento humano ou ao conhecimento intelectual-científico, nascidos de pensadores africanos.

Com isso, a CSS delega para as nações emergentes (Brasil, África do Sul, Índia e China) grandes desafios e algumas expectativas provenientes de países menos desenvolvidos. Segundo Khan (2009 *apud* Kabunda, 2006), a CSS deve introduzir formas de se acabar com o neocapitalismo ou a ‘desumanização liberal’, com ênfase na sociedade e, portanto, propondo modelos de desenvolvimento, baseados em novo

²³ Revivido pela escola de Dakar, desde Brazaville até Nova Iorque, os dados e investigações que resgam legados, conquistas e descobertas dos povos antigos da África Negra continuam proscritos das bibliografias oficiais, que foram antigamente menosprezados pela egiptologia e pelo helenismo oficial, e, atualmente, por determinados autores da comunidade científica. Isto se mostra contra a origem negra dos povos egípcios, pois se reveste de certo imperialismo acadêmico (ROCA & INIESTA, 2006).

²⁴ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

contrato social, ou seja, na mutação-recomposição das sociedades, o que coloca o homem no centro do desenvolvimento.

Nesse particular, Kabunda (2006) chama a atenção para os conceitos e práticas difusos que se apresentam no cenário da CSS. Além da dificuldade conceitual no nível da concepção filosófica da CSS, existe pouca apropriação dos resultados desses projetos por parte da população. Além disso, menciona-se a falta de informação sobre as atividades mais concretas dos sócios do Sul, que permita análises de impactos. Tudo isso impede que os benefícios sejam iguais, para ambas as partes desta parceria Sul-Sul e favoreça o desenvolvimento de todo o continente africano. Kabunda (2006) cita, também, alguns problemas da CSS na África como, por exemplo, o interesse das nações em aumentar o poder de negociação em defesa de seus interesses comuns, uma vez que o Sul não é bloco coeso²⁵, e é notório que os projetos de CSS estão, quase sempre, centrados em países africanos ricos em recursos naturais e geopoliticamente estratégicos.

A cooperação Sul-Sul evidencia a emergência do “Sul” global, na qual a África, juntamente com a Ásia, a América Latina e o Oriente Médio formam, do ponto de vista político e cultural, um grupo relativamente heterogêneo. Também, compartilham a posição de periferia, de espaço de resistência híbrida e, sobretudo, de passado de exploração colonial. Isto reúne os países em torno de ideais semelhantes, conforme afirma Baquero (2006):

A se considerar que essas diferenças se evidenciaram a partir da criação do Estado-nação, na América Latina se fala da ideia ou da busca por uma segunda descolonização ou ‘descolonialidade’, que procura superar a ‘colonialidade do poder’ em contraposição à Descolonização (com letra maiúscula) jurídica, obtida com a independência das potências europeias [...] (isso) no caso da América Latina, mas, de algum modo, também em outras regiões, como a África, continuou enraizadas nas estruturas de poder criadas a partir da época colonial e se propagaram rapidamente na etapa pós-colonial” (BAQUERO, 2006, p. 141, tradução nossa)²⁶.

²⁵ Segundo Kabunda (2006), estes países do “Sul” se identificam com a débil diversificação de suas economias, dependência da flutuação dos preços no mercado internacional, debilidades do Estado-nação na proliferação dos conflitos armados, desafios internos que complica a construção de estratégias comuns no âmbito internacional.

²⁶ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

Existe, ainda, a expectativa de que a cooperação Sul-Sul também produza a superação da teoria realista das Relações Internacionais. Superando as reflexões e conclusões provenientes de pesquisa realizada por esta autora (CAIXETA, 2005) sobre a cooperação técnica em saúde do Brasil e Moçambique, já se sabe que os interesses comerciais não podem ofuscar a existência de interesses mais solidários. Dessa forma é que as parcerias de CSS poderiam se pautar por ações mais inclusivas, com benefícios diretos à população-alvo nos diversos temas que compõem o desenvolvimento humano.

Algumas ressalvas devem ser feitas com relação ao desenvolvimento africano nos moldes ocidentais de democracia, comércio internacional, justiça social aliada à equidade social, liberdade cultural, dentre outros. Serrano (2006) revela alguns pontos débeis desse modelo de desenvolvimento na África: 1) dinâmicas africanas de relações de poder, baseadas em governos não representativos, autoritários e constituídos por elites sustentadas com apoio externo; 2) demarcações de fronteiras “artificiais”, que não foram criadas para o autogoverno dos africanos e, muito menos, respeitaram a cultura do Estado, visão tipicamente ocidental; 3) crise dos Estados africanos, vistos como inoperantes, incapazes de cumprirem com seus papéis nos moldes ocidentais; 4) e, por último, o duplo papel que desempenham as etnias na África, ora como forma de os Estados reclamarem a sua porção territorial, ora como identificação de grupos sociais com deveres e obrigações.

Serrano (2006) conta que foram as novas elites políticas indígenas que, em 1963, concordaram, durante uma das resoluções iniciais da Organização da Unidade Africana (OUA), em respeitar as fronteiras herdadas da expansão europeia. O respeito à soberania e a não ingerência nos assuntos internos continuam sendo, desde então, os princípios que regem as relações entre os Estados africanos (SERRANO, 2006).

Sobre isto, Roca e Iniesta (2006) comentam que a concepção e a forma dos poderes políticos ocidentais, impostos ao continente, não respeitaram a organização política e social de seus povos. Os conceitos *mansaya* e *mansa* são reveladores do que entendiam por poder: o primeiro (*mansaya*) significa o poder legítimo, por origem, por função e por prática, o que é natural para grande parte destes povos, e não precisa de justificativa para existir, por prever exercício responsável da manutenção da

harmonia social; o segundo (*mansa*) é o desvio de poder por crueldade, incapacidade ou cobiça, e é solucionado com a eliminação do seu líder, mas nunca da própria instituição do poder legítimo. Estes conceitos estão na base do faraonato, que não foi questionado ao longo de 4 mil anos (ROCA & INIESTA, 2006).

As incertezas, quanto ao modelo de cooperação para o desenvolvimento existente, seriam a oportunidade de mudança estrutural das parcerias de cooperação. Isso porque, desde os anos noventa até o presente momento (SERRANO, 2006), elas mostram: 1) agendas díspares dos governos doadores; 2) governos africanos que se beneficiavam às custas da população; 3) papel limitado dos diferentes atores africanos na definição da agenda de desenvolvimento; 4) peso da dívida; 5) condicionalidades macroeconômicas e políticas impostas; 6) inexistência de propostas alternativas que poderiam vir de alguns grupos da sociedade civil e do movimento antiglobalização.

Diante desse quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento da África Subsaariana, na condição de grande desafio na promoção do desenvolvimento humano, cabe questionar o que ocorreria, caso a África recusasse o desenvolvimento.

Axelle Kabou (2012), no seu polêmico livro sobre o acima questionado, apresenta alguns mitos que contradizem a ordem imposta pela cooperação internacional para a África: 1) o mito da vontade africana de desenvolvimento, que parece satisfazer as elites políticas com vontade de permanecer no poder, os especialistas, consultores e pesquisadores que justificam seus trabalhos, e os países e organizações internacionais que teriam as estruturas de poder ameaçadas; 2) o mito da impotência, tão arraigado nas mentalidades populares e intelectuais, que colocam o africano como agente incapaz de influenciar o curso da própria existência, assim como nas sociedades incapazes de conduzir um processo de “evolução” nacional; 3) o mito do subdesenvolvimento como falta de recursos, porque o desenvolvimento não pode ser visto, apenas, pelo lado econômico, mas como processo complexo, que se baseia também nos aspectos sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade; 4) o mito do falso evolucionismo, que consiste em tratar os diferentes estágios nos quais se encontram as sociedades humanas, como etapas de um desenvolvimento único, partindo do mesmo ponto e convergindo em direção ao

mesmo objetivo. Esse último aspecto está conforme ao que havia enunciado Lévi-Strauss, em 1961, quando discutiu raça e história (*apud* KABOU, 2012).

Da perspectiva africana, o autor santomense Esterline Género (2012) afirma que a cooperação internacional na África deve partir do que os países parceiros têm a oferecer, no tocante a determinados temas. Isso enfatiza a tomada de decisão que é feita de ‘fora para dentro’ e de ‘cima para baixo’. Ademais, as análises apresentadas pelo autor a respeito do desenvolvimento na região da União Africana mostram como os temas sugeridos estão presentes nas iniciativas universalistas da governança global e como os países parceiros são os mais atuantes na política internacional. O quadro 4 equaciona, segundo Género (2012), temas e países de interesse para a cooperação internacional:

Quadro 4: Domínios e parceiros relevantes para a cooperação internacional na África

| Parceiros/Temas | Estados Unidos | União Europeia | China | Brasil | Instituições de Bretton Woods |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------|---------------|--------------------------------------|
| Defesa, Paz e Segurança | x | x | | | |
| Governança Democrática e Direitos Humanos | x | x | | | x |
| Comércio, integração regional e infraestruturas | x | x | x | x | x |
| ODMs | x | x | x | x | x |
| Energia | | x | x | | |
| Perdão da dívida | x | x | x | x | x |
| Alterações climáticas | | x | | x | x |
| Investimento Externo Direto | | x | x | x | |
| Migração, mobilidade e emprego | | x | x | | x |
| Ciência, sociedade da informação e espaço | x | x | | x | |

Fonte: GÊNERO, 2012, p. 144 (adaptado)

2. São Tomé e Príncipe

As análises sobre São Tomé e Príncipe são, aqui, apresentadas com base nas metodologias científicas para se estudar o “outro”, próprias da antropologia e da etnografia. Assim, tanto a revisão bibliográfica, quanto os registros da pesquisa de campo serão as fontes pesquisadas. Cita-se Geertz (1989) que assim explicita algumas características da pesquisa etnográfica: 1) o material é produzido por um trabalho de campo, qualitativo, no qual o mais importante são as análises criativas e interpretativas, sem a intenção de análises realistas e concretas sobre os achados antropológicos; 2) as ações sociais são comentários que ultrapassam fatos isolados, mas que têm implicações sobre si mesmas; 3) a análise cultural é intrinsecamente incompleta; 4) a visão é essencialmente contestável; 5) a tentativa é, particularmente, a de colocar suas análises em uma espécie de estrutura compreensiva e significativa. Nas palavras deste autor, trata-se de:

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida, em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou (GEERTZ, 1989, p. 21).

Assim, as interpretações de cultura são de segunda ou terceira mão, como bem notou Geertz (1989, p.11) que afirma: “por definição (explicativamente), somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura”.

Um ponto de partida, para esta seção, será dado com base nos achados de Geertz (1989) sobre a realidade da Indonésia, ou seja, “uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar, é que a política de um país reflete o modelo de cultura”. A cultura é dada não pelos cultos e costumes, mas pelas estruturas de significado, através das quais os homens dão forma à sua experiência. A política é uma das principais arenas nas quais golpes e constituições se desenrolam publicamente.

No caso de São Tomé, por exemplo, as fotografias obtidas durante a pesquisa de campo são dignas de colaborarem com as análises. Com elas, o diário de viagem revela reflexões de cunho mais intimista sobre o que foi lido e observado no dia a dia do país que se visitava e vivenciava, além dos registros e impressões das entrevistas

realizadas). Sobre a utilização do diário de viagem para os estudos etnográficos, Lederman (1990) comenta:

Dentre todas minhas anotações, meu diário pessoal é um dos mais esclarecedores e acessíveis, porque eles contêm longas e sintéticas passagens sobre tópicos particulares. No entanto, eles são também o mais íntimo, privado de todas minhas anotações. Eles são, na verdade, o que eu acredito que nunca gostaria de tornar público, por serem um diário “no *strictu sensu*”, por eles serem um registro das reflexões sobre as leituras, as observações de campo e as entrevistas (LEDERMAN, 1990, p. 75, tradução nossa)²⁷.

As três frases de anotações durante a pesquisa de campo são: a inscrição, momento de abstração (distração) em que o observador-participante anota palavras, códigos mnemônicos para sua lembrança sobre observações ou ideias de alguém; a transcrição, as anotações simultâneas sobre coisas ditas e respostas dadas; e a descrição, as anotações, ainda fragmentadas e cruas, que servirão de base para posteriores escritos e interpretações na produção de considerações, argumentos e conclusões da pesquisa (CLIFFORD, 1990). Os registros aqui utilizados provenientes da pesquisa de campo, portanto, correspondem à etapa de descrição, e são uma representação relativamente coerente da realidade cultural encontrada.

Lederman (1990) trata das ambiguidades e indefinições que se instalam no terreno das anotações de campo. Ao abordar o assunto no âmbito das pesquisas antropológicas e etnográficas, ele tenta defini-las como parte do “fazer” pesquisa de campo e do “escrever” etnográfico. Ao mesmo tempo em que se distanciam das teorias acadêmicas, com o fim de se aproximarem do contexto real estudado, elas devem se voltar ao discurso científico. Para produzi-las, o pesquisador não teve instrução prévia sobre como escrevê-las, nem sobre como usá-las. Na verdade, as anotações de campo são criadas para registro pessoal e servem, ora como diários, ora como arquivo público. Nelas, geralmente, são registrados: leituras, fragmentos soltos de conversas interrompidas, transcrições de entrevistas com comentários à margem, descrições densas sobre eventos ou pessoas, destaques, comentários sobre um livro ou cartas lidos, expressões de sentimentos, ou seja, elas são, simplesmente, uma forma de registro (LEDERMAN, 1990).

²⁷ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

Para a bibliografia utilizada, com o propósito de melhor se conhecer São Tomé e Príncipe, vale ressaltar que houve poucos registros e estudos sobre o país na literatura científica, porque grande parte do que existe se encontra no campo da literatura de ficção. No Centro de Estudos da África Subsaariana da Universidade da Sorbonne (Sciences Politiques), Paris-França, no tocante à África lusófona, soube-se, há uma disciplina, em cuja bibliografia se nota poucos nomes de acadêmicos que escreveram sobre STP, sobretudo, no caso de se fazer uma comparação com outros países africanos.

É preciso destacar, entretanto, que nas pesquisas acadêmicas, de Gerhard Seibert (Holanda); Elizabetta Maino (França); Kamila Rizze (Brasil, 2012) e Esterline Género (STP, 2012) às quais se teve acesso, bem como em livros de historiadores santomenses, consultados no próprio país de origem, somente alguns livros de autores santomenses, publicados pela União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe (UNEAS), foram considerados fontes importantes. Outros autores locais não mereceram a mesma atenção por não se constituírem pesquisas científicas.

2.1 São Tomé e Príncipe: breve contexto

São Tomé e Príncipe é um país formado por duas ilhas localizadas no oceano atlântico na costa africana (ilha de São Tomé e ilha do Príncipe), região chamada de Golfo da Guiné. Com uma população em torno de 169.000 habitantes de acordo com censo de 2011 e densidade populacional de 174 pessoas por km² localizada na maioria no meio urbano (63%) (ONU, s.d.), o país tem uma extensão territorial de 1.001 Km², sendo 857 km² da ilha de São Tomé e 114 km² da ilha do Príncipe com um distância entre as ilhas de 140 km. São Tomé e Príncipe se tornou um país em 12 de julho de 1975, quando se torna independente de Portugal, constituído por sete distritos, seis distritos localizados na ilha de São Tomé e um na ilha do Príncipe, considerado região autônoma (STP, 2013).

O país é bastante singular. Sua formação como sociedade revela um processo lento e complexo com características, línguas, costumes e tradições africanos e europeus. A localização geográfica mostra que as duas ilhas se encontram próximas à linha do equador e do meridiano de Greenwich e possuem uma vegetação exuberante

com matas tropicais densas, como as do parque do “Obô”, e, também, a presença de Savana, no norte da ilha com destaque para os baobás²⁸. Possui riqueza de fauna e flora, em relação a outras zonas insulares, pois, não bastassem as espécies nativas, muitas espécies de plantas e animais foram introduzidas pelos primeiros habitantes. Devido à origem vulcânica, ambas as ilhas apresentam litorais muito recortados e área bastante montanhosa. A ilha de São Tomé possui o pico de São Tomé de 2.024 metros de altura, e a ilha do Príncipe tem o Pico Papagaio com 942 metros. Todo o país conta com a presença de mais de 50 rios que nascem no centro da ilha e se escoam até o litoral. A sociedade santomense atual é formada de povo que ainda constrói sua identidade nacional, com diferentes matizes sociais e étnicos (STP, 2013).

Com relação à situação socioeconômica, São Tomé e Príncipe encontra-se em melhor posição, com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do que outros países africanos, como nos demonstra Género (2012), apesar das condições sociais e econômicas do país. O país é a menor economia entre os países da União Africana, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 400 dólares, taxa de desemprego na ordem de 17%. As atividades econômicas estão eminentemente baseadas no setor primário.

2.2 - Formação do País e da Sociedade

Segundo Neves e Ceita (2004), o processo de formação e evolução de São Tomé e Príncipe é baseado nas duas principais atividades econômicas (cacau e café) que, política e socialmente, configuraram o contexto santomense, ao longo da sua história. Essa formação pode ser dividida nos seguintes períodos: 1) do século XVI até a primeira metade do século XVII, caracterizado pela chegada dos primeiros habitantes das ilhas; introdução de nova fauna e flora; produção de açúcar; tráfico de escravos com destino ao Brasil e às colônias espanholas da América do Sul; 2) da segunda metade do século XVII e todo o século XVIII, período de relativa decadência, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar, em que o país se sustentou no tráfico de escravos e na agricultura de subsistência, também caracterizado pela

²⁸ Os baobás são árvores típicas do continente africano e emblema da África.

formação dos grupos autóctones (negros e mestiços) e do nacionalismo embrionário; e 3) séculos XIX e XX: introdução das culturas de cacau e café; importantes mudanças estruturais da economia e da sociedade; fim do trabalho escravo e expansão das roças que atraíram mão-de-obra do continente africano, sobretudo de Angola, Moçambique e Cabo Verde²⁹.

Sobre a chegada dos primeiros seres humanos às ilhas do Golfo da Guiné, não há consenso e, muito menos, registros e relatos que sirvam de comprovação. Há duas teses que contam a descoberta das ilhas: uma a de que foram os portugueses, na época das navegações do século XV, que primeiro chegaram às ilhas, no intento de expandir o comércio na costa africana, outra que afirma serem os povos provenientes de Angola (os “angolares”), após o naufrágio do navio negreiro que ocorreu incidentalmente próximo ao sul da ilha de São Tomé. (SEIBERT, 1998).

Para melhor percorrer a formação da sociedade e entender o caleidoscópio de identidades de São Tomé e Príncipe, Maino (2004) propõe discernir os mecanismos de recomposição e de lógica da afirmação da singularidade santomense por meio do estudo dos seguintes temas, desde o povoamento das ilhas: a tomada de posse; o processo de povoamento; os modos de apropriação do espaço; e a economia do tráfico de escravos e da agricultura de exportação, conforme explica:

O que interessa é, então, interrogar os processos de afirmação coletiva, a fim de expor a formação de uma identidade, e fazer a distinção entre mitos, reelaboração dos relatos e realidades sociológicas e históricas. O paradigma pós-colonial considera S. Tomé e Príncipe como uma comunidade histórica detentora, desde a gênese de sua formação social, de uma alteridade radical, em busca de emancipação da dominação colonial e, ao mesmo tempo, como uma sociedade etnicamente diferenciada.” (MAINO, 2004, p. 11, tradução nossa)³⁰

A tomada de posse das ilhas, conforme conduzido pela metrópole portuguesa, tratou-se de um processo lento e complicado que, por sua vez, pode ser dividido em três fases: a primeira fase, em 1485, com a primeira carta de doação para utilização da ilha como entreposto comercial, que se apresentava como mais seguro do que aqueles

²⁹ Destaque deve ser dado ao que informam Neves e Ceita (2004), de que, após a Conferência de Berlim, os africanos trazidos para STP deveriam ser provenientes de territórios pertencentes à potência colonial, Portugal, ou seja, das demais colônias portuguesas da África.

³⁰ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

no continente, por serem menos sujeitos aos ataques dos povos nativos; a segunda fase, em 1495, logo após a descoberta do Novo Mundo por Colombo, que introduziu regulamentação detalhada para o estabelecimento de laços comerciais entre os vários entrepostos em benefício da coroa portuguesa; e a terceira fase, em 1522, quando a administração das ilhas substituiu o regime de concessão donatária, pela gestão em torno do cultivo da cana-de-açúcar.

Com relação ao povoamento, não são poucos os registros que relatam que, devido às condições insalubres de vida nas duas ilhas, não houve, no início, interesse dos portugueses pela povoação das ilhas de São Tomé e Príncipe. Os problemas provocados por doenças, como a malária, e o calor, somados às carências alimentares e sanitárias, não apenas serviam como desincentivo, para a imigração livre, como ainda diminuiu a população que lá se encontrava.

A imigração de colonos ocorreu tanto voluntária, quanto forçada. Os colonos voluntários eram constituídos por homens solteiros (marinheiros, comerciantes e artesãos) que lá chegavam com o direito a terem um escravo. Eles se casavam com mulheres negras, por meio de união matrimonial reconhecida pela coroa, e os descendentes gerados, mestiços livres, eram reconhecidos pela autoridade portuguesa. Em 1515, o governo da metrópole alforriou os filhos de portugueses com mulheres escravas, nascidos no território santomense, e, também, a mãe deles, como incentivo de povoamento. Os colonos forçados, em contraponto, eram deportados da metrópole (os ‘degredados’) por crimes penais e civis cometidos. Em 1795, esta deportação chegou a ocorrer, inclusive, por solicitação do governador de São Tomé e Príncipe que tinha o intuito de aumentar a população branca das ilhas. Em São Tomé e Príncipe, muitos deles, entretanto, chegaram a ser ricos e com funções públicas notórias, diante da escassez de brancos europeus no arquipélago (MAINO, 2004).

Somavam-se aos dois grupos, algumas crianças judias, que foram enviadas pela coroa à ilha, para serem cristianizadas em São Tomé e Príncipe. O episódio, frequentemente, é mencionado nos livros e guias, tão inusitado e pontual foi o fato (MAINO, 2004).

O processo seguinte seria o da apropriação das terras, que, no início, assim como em várias outras colônias portuguesas, era feito pelo regime das “sesmarias”,

que dava aos donatários das terras o direito de utilizá-las como bem entendessem. Os donatários, muitas vezes, em Lisboa, atraíam colonos portugueses interessados em ir para a ilha de São Tomé, os quais, por sua vez, compravam escravos no continente para utilização nos seus empreendimentos. Esse regime era coerente com o principal interesse da coroa portuguesa: fixar colonos à terra e, nem tanto, produzir e coletar impostos. Em dado momento, havia mais roças do que proprietários-exploradores que gerou um afrouxamento do sistema jurídico de posse das terras, que dava aos escravos e negros alforriados, o direito de utilizá-las para seu próprio sustento. Tal fato, segundo a autora, contribuiu, sobremaneira, para a identificação do nativo com a terra, dando espaço para o processo de *autoctonização* (fixação do povo a sua terra nativa) (MAINO, 2004).

Quanto ao sistema de roça, apesar de a introdução da cana-de-açúcar ter sido interessante, em dado momento da economia de São Tomé e Príncipe, esta produção entrou em declínio³¹. Já, quanto ao comércio de escravos, o fato de o arquipélago servir como escala, para as caravelas, que buscavam africanos escravizados no continente e se dirigiam à metrópole, ao Brasil e às Antilhas, fez a coroa portuguesa começar a ter interesse no negócio de colocar São Tomé e Príncipe, como posto de parada e arrecadação de impostos. Assim, esta atividade comercial serviu aos propósitos da coroa face à crise no setor açucareiro (MAINO, 2004).

Ao longo do século XVII, com o declínio das exportações de açúcar e do fim do monopólio do tráfico de escravos exercido por Portugal, a agricultura santomense começou a investir no cultivo de bens, para alimentação das caravelas e da população das ilhas. Isto minou qualquer possibilidade de as roças³² de cana-de-açúcar voltar a ser produtivas. Além disso, com a liberação do comércio exterior, e a fácil exportação

³¹ Maino (2004) relata a queda brutal na produção de açúcar, mesmo que esta cultura nunca tenha sido verdadeiramente boa. Esta queda teve distintas causas, dentre outras: produção concorrente do Brasil, interesse primeiro dos portugueses no Extremo-orient, união dinástica em 1580 entre Portugal e Espanha, o que, de uma parte, protegeu a modesta produção da Andaluzia, interditando a importação do açúcar, e, de outra, proibiu o comércio com os Holandeses, que controlavam o mercado internacional e dos quais os produtores portugueses dependiam, financeiramente.

³² Aqui a palavra roça deverá ser entendida segundo o contexto local daquele País, ainda que haja diferentes significados: no Brasil roça remete a pequenas propriedades e em São Tomé e Príncipe, a latifúndio monocultor voltado para a exportação (*plantations*). Conforme apresentado em seguida, as roças possuem significado simbólico na história e cultura daquele País pelo que se optou nesta pesquisa pelo seu uso, conforme será analisado em seguida (BERTHET, 2012).

dos gêneros alimentares, que não deviam mais ser intermediados pela coroa portuguesa, os grandes produtores locais foram beneficiados em relação aos nativos, pois possuíam barcos para comercializarem seus bens no continente africano.

Mais especificamente sobre a formação da sociedade em São Tomé e Príncipe, Maino (2004) traz importantes contributos com sua pesquisa antropológica. A autora relata os princípios adotados pela sociedade escravagista portuguesa, que classifica os indivíduos das ilhas entre brancos-livres e negros-escravos, sem prever grupos intermediários. Na realidade, entretanto, conforme informa, havia, também, os povos “mestiços”, provenientes do cruzamento dos brancos portugueses com os negros africanos, muito frequente na época. Estes poderiam ser ainda subdivididos entre povos dominantes, pois eram descendentes de nobres e participavam da gestão da cidade e povos dominados, pois portavam traços africanos, o que os inscrevia na genealogia da *autoctonização* africana, como “filhos da terra”.

Nesse contexto, Maino (2004) identifica alguns subgrupos sociais, além dos grupos sociais reconhecidos, e os distingue conforme sua formação e evolução. São classificados, então, por meio das seguintes estratégias identitárias: 1) a assimilação social, individual ou familiar, adotada pela elite local, para afirmar sua situação sociopolítica e ocupar uma posição hegemônica na organização social; 2) a adaptação dos sujeitos alforriados e dos colonos forçados como forma de fazer valer os privilégios adquiridos pela via jurídica; 3) a libertação-adaptação, adotada pelos escravos via alforria, obtida por vontade própria ou de outra pessoa; 4) a libertação-resistência dos escravos fugitivos ou insurgentes, que se opunham à dominação de seus proprietários.

O povoamento das ilhas se iniciou com a grande transformação econômica e social: a expansão das culturas de açúcar. Esta atividade, não apenas alterou o espaço físico-geográfico, deslocamento da fronteira agrícola de áreas cultivadas para áreas virgens, mas ainda propiciou o aparecimento de grupos sociais, baseados nas alianças dos poderes econômico e político. Além disso, esse novo empreendimento na ilha dava margem para que escravos rebeldes, que não aceitavam o trabalho duro dos canaviais, entrassem mata adentro e fundassem os *mucambos* com escravos foragidos.

O próximo ciclo econômico, que marcou a formação do país e da sociedade santomense, foi o do cacau, no século XIX, em que o país, não apenas readquire nova vocação econômica no contexto internacional, mas também, nova organização espacial e social.

Em 1872, novo código civil instituiu a possibilidade de se vender terras, uma vez que, em 1832, havia caído o sistema de sesmarias, propiciando, assim, novas demarcações e inscrições de terras. Tal fato resultou no surgimento de quinhões de áreas muito pequenas e em grande número, para atender à demanda da população local. Naquele ano, registraram-se 234 roças inscritas, com 153 proprietários portugueses e 96 nativos (BERTHET, 2012).

No entanto, logo veio uma forte crise do ciclo do cacau, que se iniciou com o fim da escravidão, em 1875. Inesperada e contraditoriamente, esta crise aumentou o preço das terras e gerou ocupações ilegais por parte dos nativos, o que propiciou o surgimento de pequenas e médias propriedades, às margens das grades roças (MAINO, 2004). Alegre (2005) menciona que o ciclo do cacau diversificou a pirâmide populacional, com a introdução de novas e numerosas classes sociais: alta burguesia, pequena burguesia, *glebistas*³³, assalariados angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, e os angolares.

As roças merecem algumas notações em separado. Conforme definiu Berthet (2012) pela dimensão simbólica que elas possuem na História e cultura de São Tomé e Príncipe, bem como na identidade dos distintos grupos que a ocuparam e nas atividades turísticas do momento. Elas assumiram papel central na vida dos santomenses, haja vista o legado de país agrícola, e eram, assim, constituídas:

A sede da roça, ou mais precisamente seu quintal, incluía infraestruturas: secador de cacau, armazéns, entrepostos, oficinas mecânicas e outras construções utilizadas na transformação de produtos como o andim, o coco ou o cacau. Várias roças possuíam, nessa época, um trilho de ferro que ia

³³ As glebas são as pequenas propriedades rurais voltadas para a agricultura de subsistência da população nativa. Berthet (2012) explica que as glebas estavam muito associadas aos nativos forros que conseguiam adquirir e arrendar pequenas terras às margens das roças para seu sustento e que não tinham tanta conexão com ela, onde semeavam espécies alimentares simples. Esta nomenclatura persistiu inclusive após a independência e a primeira reforma agrária do país. Diferença deve ser feita, ainda, entre as glebas e as roças e as lavras ou campos que eram porções de terra pertencentes aos assalariados agrícolas.

até o mar para garantir o transporte das colheitas. Os escritórios e o conjunto das infraestruturas coletivas destinadas aos trabalhadores (hospital, cozinha e banheiros) constituíam a outra parte das instalações. Por fim, os alojamentos dos trabalhadores chamados localmente “comboios” eram construídos longe das casas individuais dos funcionários e empregados, da casa do administrador e da “casa do patrão” ou casa grande. A maioria das sedes e muitas dependências agrícolas dispunham ainda de uma capela ou igreja católica, como é possível ver na nota de 5000 dobras, em que aparece uma igreja do lado direito do desenho. (BERTHET, 2012, 340)

As primeiras roças foram implantadas em 1860-1875 com a cultura do cacau. Após a independência, ocorrida em 1975, duas reformas agrárias foram realizadas com o intuito de dinamizar a economia do país: a primeira ocorrida na década de 1970-1980 que as levou a um processo de nacionalização, cuja administração passaria a ser feita pelo próprio Estado; a segunda, na década de 1990, quando, por orientação do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, elas foram distribuídas entre os trabalhadores agrícolas como estímulo ao mercado privado.

A despeito do discurso nacionalista e moderno, o governo santomense manteve a organização de trabalho do período colonial. Com a imposição do cultivo do cacau³⁴, privilegiou os maiores latifúndios, em mãos dos brancos europeus e mestiços, que habitavam a ilha, em detrimento dos pequenos produtores e dos cultivos de bens agrícolas alternativos. Segundo Berthet (2012):

a análise desse mundo colonial das roças que ocupou cerca de 90% da superfície agrícola da ilha de São Tomé mostra que ele provocou processos que incidiram sobre o conjunto da formação social. Segundo dados de 1977, as superfícies das empresas agropecuárias representavam 85,8% da superfície agrícola total do país (BERTHET, 2012, p. 342).

Ao longo desta pesquisa, especificamente durante a pesquisa de campo em São Tomé e Príncipe, notou-se a proeminência das roças na vida do País. Para além da sua presença na formação do país e nas obras de ficção literária (poemas, reflexões sobre a identidade local), as roças são, até o presente, os principais pontos turísticos do País (STP, 2013).

Assim é que, em setembro de 2013, visitamos algumas roças indicadas como pontos turísticos, nos vários distritos do país, exceto na ilha do Príncipe. A cada

³⁴ Enquanto o cacau se constituía no produto mais típico nas roças (latifúndios), os gêneros alimentícios destinados ao consumo doméstico eram cultivados nas glebas (pequenas propriedades) sob o domínio dos forros – povos descendentes dos antigos escravos, que procuraram alguma forma de sustento em minúsculas parcelas de terra. (BERTHET, 2012)

visita, constatávamos as antigas casas mal cuidadas, locais, instalações e culturas de cacau e café subaproveitadas, e, sobretudo, pobreza e abandono humano. Na Roça Bombaim, localizada no Centro da ilha de São Tomé, notou-se a divisão entre colonos e colonizadores, com distinção clara entre a casa grande e a senzala. A casa grande pertencente a europeus serve de pousada campestre para os estrangeiros, enquanto que na senzala subsistem os trabalhadores negros, como os jardineiros cabo-verdianos, que se aproximaram para pedir-nos alguns “trocados”, e viviam em condições nada favoráveis. Na Roça Monte-Café, tivemos a satisfação, com a recém-inauguração do museu de café, de experimentar o café da ilha pela primeira vez, experiência contrabalanceada pelo paradoxo ver sacas de café que eram vendidas e timbradas com caracteres chineses. A parceria promissora com Taiwan³⁵ mostrou ainda o desequilíbrio da cooperação comercial, que daria aos chineses os lucros com o beneficiamento do café cultivado em São Tomé e Príncipe, e, aos santomenses o investimento das terras, da água, da mão-de-obra. Na Roça Agostinho Neto, antiga roça do Rio Ouro, batizada com nome do estadista angolano, um dos principais pontos turístico do País, percebia-se o desmantelamento de tão grandiosa estrutura, juntamente com as famílias que, ainda, ali moram e que dificilmente tiravam proveito das edificações para moradia, escolas, lazer, e do cartão-postal do guia turístico como atividade econômica.

Durante esta pesquisa de campo, viu-se, também, que eram frequentes as feiras públicas, as vendas de espécies agrícolas, produtos da pesca, alguns poucos artesanatos (panos africanos) e de produtos chineses. Na maioria das vezes, notou-se os numerosos vendedores, por vezes famílias inteiras que vendiam parte da sua pequena produção de peixes, legumes e frutas. Daí, a comprovação empírica da predominância do setor primário no País, e da herança das glebas, nos dias atuais.

A permanência das roças, após a independência, revela a continuidade da estrutura econômica formada por um fosso, existente entre proprietários e trabalhadores, e uma economia essencialmente produtora de cacau. Eyzaguire (1993 *apud* BERTHET, 2012) informa que, apesar do declínio econômico sentido a partir de

³⁵ O governo santomense reconheceu Taiwan como país independente e teve as relações com a China rompidas em decorrência disso (ALEGRE, 2005).

1930, as roças tiveram certa longevidade, devido ao interesse político e, por conta disso, São Tomé e Príncipe não colheu resultados tão rentáveis, se comparado ao cacau colhido pela agricultura familiar de Costa do Marfim, por exemplo.

Como todo processo de independência, o de São Tomé e Príncipe não foi pacífico e teve dois precedentes. Os movimentos autonomistas das colônias portuguesas na África, gestados em Lisboa, pelos próprios filhos, originários delas, no início do século XX³⁶. Os massacres de 1953, quando os nativos foram acusados de conspiradores comunistas, ao se rebelarem contra o recrutamento forçado para o trabalho nas roças, marcaram a tomada de consciência da luta organizada, com vistas à autodeterminação política, diante da crueldade de atuação das autoridades coloniais nas ilhas (NEVES & CEITA, 2004).

A independência de São Tomé e Príncipe foi conquistada num momento conturbado do cenário internacional, o que se refletiu na forma como os assuntos internos do novo país foram conduzidos. Primeiramente, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) se notabilizou pelas lutas organizadas da independência, o que o colocou no poder na constituição da I República do País. Com o cenário da Guerra Fria e com o apoio oferecido pelos países comunistas, São Tomé e Príncipe logo se aliou a eles e lançou o plano de reconstrução econômica baseado na reforma agrária e na substituição progressiva da monocultura pela diversificação da cultura agrícola. A nacionalização das roças, juntamente com o controle, por parte do Estado, do comércio exterior e da emissão de moedas colocaram o Estado no papel central do país, sem, contudo, possuir um quadro próprio que o permitisse controlar os regimes da propriedade e da produção. Mbokolo (1992 *apud* NEVES & CEITA, 2004) atribuiu, como erro, a qualidade do Estado gerador de mentalidade assistencialista em todas as esferas da vida socioeconômica, o que ficou evidente durante a época das nacionalizações, em que o povo permaneceu dependente do Estado.

³⁶ No caso de STP, cita-se Ayres de Menezes e José Cunha Lisboa, estudantes de medicina e engenharia, respectivamente. Eles foram um dos pioneiros nestes movimentos ao criarem a Associação dos Estudantes Negros e da Liga Acadêmica Internacional dos Negros, paralelamente à criação do jornal *Correio da África* que foram os primórdios das reivindicações dessas colônias em Portugal. (NEVES & CEITA, 2007)

As dificuldades internas, associadas à mudança do cenário internacional com o fim do bloco socialista, colocaram São Tomé e Príncipe na II República. Esta nova fase do País independente inaugurou o sistema multipartidarista, distinguindo-o da I República, monopartidarista, com o MLSTP à frente do governo. À grande seca, que prejudicou enormemente o setor agrícola do país, veio suceder, em 1985, a tentativa de se introduzir medidas neoliberais aliadas às reformas políticas e econômicas. Em 1990, São Tomé e Príncipe iniciou o processo de democratização, com a promulgação de nova Constituição, com abertura econômica e com a criação de diversos partidos políticos, tantos quanto existissem ideologias e planos de governo³⁷.

No entanto, a era democrática de STP não tem sido estável. A maioria dos governos eleitos, até o presente, não conseguiu terminar seus mandatos, com destaque para o golpe de estado militar de 1995. Seibert (1996) associa esse fato, como responsável pela 1) instabilidade política do país, que evidenciaria os militares como mais um grupo a disputar o poder; 2) dependência do país para com o exterior, já que as pressões internacionais tiveram grande repercussão no retorno da ordem democrática; 3) completa falta de apoio popular ao governo central, uma vez que os políticos eram vistos como pessoas gananciosas e prejudiciais à pátria.

Ainda, segundo Geertz (1989), que considera a ligação de cultura e política, inclusive sobre a premissa de que a política de um país reflete o modelo de sua cultura, é possível perguntar, com relação às instabilidades políticas: seriam provas do amadurecimento político de São Tomé e Príncipe, ao se colocar mais grupos na disputa pelo poder,³⁸ ou demonstrações de anarquia política, desgoverno, momento em que uma elite santomense tenta convencer a todos com uma suposta homogeneidade cultural, apesar de mal se expressar e ser contestada? Bem colocou Geertz (1989):

³⁷ Sobre isto, Alegre (2005) informa que, em certa época, eram quase duas dezenas de partidos políticos para uma população de 140.000 habitantes, o que dava cerca de 8.000 pessoas por partidos políticos, sendo que quase 50% desta população estavam abaixo de 18 anos de idade e, por isso, não exerciam o direito de votar e de se eleger. Logo em seguida, o autor questiona se não estariam aí as fontes de tanta instabilidade política do país nesta II República de São Tomé e Príncipe.

³⁸ Geertz (1989) afirma ser a fragmentação no sistema partidário de um país símbolo da intensificação da autoconsciência étnica e do poder deste grupo em torno ao todo.

A diversidade tem sido negada [no momento de instabilidade política, de golpes] como uma colônia colonial, deplorada como remanescente feudal, recoberta com sincretismos *ersatz*, com uma história tendenciosa, com fantasias utópicas, enquanto o tempo todo surgem lutas amargas de grupos que veem um no outro rivais não apenas no poder político e econômico, mas no direito de definir a verdade, a justiça, a beleza e a moralidade, a própria natureza da realidade, e que se enraíçam virtualmente sem qualquer orientação por parte das instituições políticas formais (GEERTZ, 1989, p. 138).

No cenário analisado, em que a identidade nacional santomense ainda se encontra em processo de formação, entender o contexto político santomense impõe considerar os grupos, sua cultura e identidade. De toda forma, as instabilidades políticas da II República podem ser também interpretadas como demonstrações positivas do amadurecimento político, social e econômico do país, o que permitirá melhor análises, em futuro próximo.

2.3 - Cultura e identidade nacional: a *santomensidade*

A sociedade santomense é composta por distintos grupos e, frequentemente, é denominada de sociedade crioula, africana, ao mesmo tempo que santomense. Para além dos significados de miscigenação racial, neste caso entre brancos europeus e negros africanos, o crioulo remete também às línguas, culturas e, por conseguinte, à identificação própria do local em que surgem. Esse fenômeno é próprio de vários países que, como São Tomé e Príncipe, tiveram suas identidades definidas a partir de diferentes matizes e sempre com o foco na alteridade, como é o caso de Cabo Verde, Guiné Bissau e Haiti. São Tomé e Príncipe, contudo, possui processo diferente dos demais países, como é próprio do conceito de crioulo.

Couto (1993) explica que o estudo da crioulistica e da pidginística está associado ao universo interdisciplinar por se tratar de muitas condições socio-históricas dos povos e suas comunicações. Neste sentido, “o crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como sua língua nativa” e “o pidgin é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito” (BICKERTON, 1984 *apud* COUTO, 1993). Há que se considerar, ainda, que o pidgin e os crioulos não são ‘dialetos’ ou ‘falares’ resultantes da deformação de língua europeia, mas línguas em si, o que elimina os preconceitos

de pessoas leigas que tendem a ver as sociedades crioulas como derivações ou deturpações da matriz colonizadora.

Assim, o crioulo é a ‘nativização’ ou ‘autoctonização’ de um pidgin inicial, conforme será referido mais adiante. A *crioulização* linguística é concomitante à *crioulização* cultural (culinária, musical, literária, medicinal, religiosa, arquitetônica), uma vez que a formação dessas línguas surgiu no contexto de colonização da África, América e Ásia pelas potências europeias nos séculos XVI a XVIII. Couto (1993), ao citar Chaudenson (1989), sobre o crioulo no Haiti, informa:

[...] a relação de forças faz com que a língua do colonizador seja o alvo linguístico, na fase 1 (sociedade de habitação) os escravos adquirem o que podem dessa língua a fim de se comunicar com os senhores, ou seja, eles adquirem apenas aproximações da língua dos dominadores. Como eles são de proveniências as mais diversas, só dispõem dessa aproximação de língua para se comunicarem entre si. Com a evolução para a segunda fase, a da sociedade de plantação, os escravos recém-chegados (boçais) que não têm contato direto com os senhores aprendem esta aproximação de sua língua. Como a experiência mostra que o que estes últimos aprendem é também uma aproximação do que os ladinos já usavam, na realidade o que os boçais adquirem é uma aproximação de aproximações, ou aproximação ao quadrado. E o que é mais, uma vez que a contribuição dos povos dominados é desprezível, o crioulo resultaria de uma aceleração e radicalização, seguida de uma autonomização de processos auto-reguladores do próprio francês. (COUTO, 1993, p. 113)

Maino (2004), em seu estudo antropológico, discute a questão da *crioulização* e da *africanização* do país insular, tão singular e com uma identidade nacional ainda em formação:

O termo “crioulo” é, geralmente, compreendido como sinônimo de mestiço, figura ambígua de ‘pessoa nascida de pais geneticamente diferentes’ que leva a definições contraditórias: ‘[eles] são africanos pela aparência física, mas mantêm uma atitude de superioridade com relação aos outros Africanos, em razão de sua cultura crioula e de sua história de Negros livres’. Essa ‘cultura crioula’ é, então, definida como o resultado das ‘uniões raciais mistas’ e a inovação que ela introduz é o ‘luso-africano’, o que só faz realçar a carga da dupla referência antiga. **A característica principal seria, assim, a ‘africanização’ biológica da crioulização cultural.** (MAINO, 2004, p. 7, tradução e grifo nossos)³⁹

Neste trecho, a autora introduz a problemática dos conceitos crioulo e africano, aplicados à formação racial, quando utilizados no contexto santomense. A

³⁹ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

utilização do termo ‘crioulo’, segundo ela, estaria mais associada ao campo cultural, já que, quando se trata de herança genética, é utilizado o termo mulato.

Registram-se, em São Tomé e Príncipe, três línguas crioulas de base portuguesa, a saber: o *santomense* em São Tomé; o *principense* em Príncipe e o *angolar* falado entre os angolares, o que somado ao *annobón* falado na ilha de Ano Bom, constituem os quatro crioulos do Golfo da Guiné (HOLM, 1990; MAINO, 2004; ALEGRE, 2005). Segundo o mesmo autor, as quatro línguas crioulas são mutuamente compreendidas por utilizar o mesmo sistema linguístico. O *san'tome* compartilha 88% do léxico com o *iyé*; 82% com o *annabón* e 67% com o *'ngola*.

Há, ainda, o ‘forro’, palavra associada à unificação nacional em proveito da independência, e que remete à identidade crioula, à resistência e a *nativização*. Diferentemente das línguas anteriormente citadas, o ‘forro’ geralmente qualifica o crioulo, o que se denomina Crioulo-forro e que, conforme informa Alegre (2005), chegou a ser utilizado de forma escrita e serviu aos propósitos literários, desde o fim do século XIX. No entanto, devido ao baixo nível de escolaridade das pessoas que falam essa língua, ela ficou restrita ao domínio da oralidade⁴⁰. Além disso, acrescenta que o ‘forro’ é falado por todos os diferentes grupos sociais do País, algo em torno de 76%, que o utiliza nas composições musicais, peças folclóricas e grupos carnavalescos.

Quanto à *africanização* da sociedade santomense, há dois diferentes significados para esta origem africana do país. Primeiramente, a palavra “africanização” remete ao fato de que São Tomé e Príncipe foi um país formado no contexto da colonização e escravidão. Assim, os diferentes povos africanos negros que chegavam em S. Tomé e Príncipe, em sua maioria, foram constituindo uma parte relevante da identidade, fenótipo do atual povo santomense. No entanto, essa particularidade, também, faz de São Tomé e Príncipe um país diferente entre os demais países do continente africano que, na chegada dos europeus, já possuíam nações/etnias próprias que habitavam o território. Em segundo lugar, a palavra remete

⁴⁰ Alegre (2005) inclusive utiliza a palavra como verbo (‘forrizaram’) para caracterizar os 15 anos de partido único que seguiram à independência do país e que se caracterizaram pela união de todos os grupos sociais em torno do ideal de formação de identidade santomense.

ao contexto mais atual em que “africanização” passou a ser símbolo de reivindicações libertárias de países do continente, até então relegados à condição de colônias, significando, assim, o retorno às tradições e raízes dos povos africanos, em relação ao europeu, no momento da descolonização.

A ‘africanidade’, ou negritude, na versão anterior, reivindica o atavismo cultural, baseado no critério de uma união da raça negra, e a ‘crioulidade’, sem uso anterior, propõe uma nova essência; as duas noções compartilham uma corrente de revalorização das ontologias (MAINO, 2004, p.11, tradução nossa)⁴¹.

Além da característica pluricultural de São Tomé e Príncipe, outro desafio que se apresenta na formação da identidade santomense, cujas descendência e genealogia dos primeiros habitantes das ilhas são difusas e bem complexas. Maino (2004), com a expressão ‘caleidoscópio identitário’ propõe o estudo dos mecanismos de recomposição e de afirmação de uma identidade social no país. Esse fato, por certo, causa impacto, quanto à definição da identidade nacional santomense, discussão feita, também, por Alegre (2005) sobre o surgimento, desejável, da *santomensidade*.

A *santomensidade*, segundo Alegre (2005) “é a conjunção, a sùmula de diferentes sensibilidades, diferentes ideias, em torno de um objetivo aglutinador, numa sociedade que anda à procura duma convergência digna, que a leve a construir uma identidade própria”. A *santomensidade*, sociologia santomense ou sociologia autóctone, deve ser o instrumento por meio do qual se chegará a uma identidade nacional mais coesa e difundida, que sirva aos propósitos do País. A noção de que há falta de uma sociologia santomense (como as bibliografias produzidas por autores locais) deve ser proveniente de cidadãos santomenses, conscientes dos direitos e deveres e do patrimônio comum de que são possuidores, do pertencimento e do orgulho à pátria, dos movimentos culturais próprios. Assim, o *santomesianismo* emerge como movimento em benefício da *santomensidade*, e sua construção deverá ser baseada na identidade afro-cêntrica e na sociedade afro-crioula, existentes em São Tomé e Príncipe.

⁴¹ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

O autor comenta a cultura do *léve-léve* dos forros nativos, que é quase uma filosofia de vida, que atravessou gerações, e caracteriza a atual sociedade de S. Tomé e Príncipe. O *léve-léve* prega a serenidade, o sentimento de solidariedade e de irmandade, baseado na ideia de que o porvir pode ser risonho e, por isso, o que não for feito hoje pode esperar o amanhã, para que seja feito da melhor maneira. Em crioulo-forro, se diz “*ubaga Dêçu ka flêbê móli-móli*” ou seja “panela Deus ferve aos poucos, mas sempre ferve e sempre e eternamente”. Eis aí uma grande contribuição para a *santomensidade*.

De fato, esta expressão apareceu na boca da população santomense por várias vezes enquanto por lá estivemos. Desde o primeiro dia até o último, o *léve-léve* apareceu, também, como algo paradoxal: bom e elogiável, por um lado, e como algo que deveria ser eliminado logo, já que essa cultura leva à malevolência e vida fácil estava resultando em um país inoperante e sem sucesso. Muito próximo à interpretação positiva desta palavra era a sigla “STP”, traduzida como “Somos Todos Primos”, para exprimir que todos se conheciam, todos tinham parentesco uns com os outros, todos se ajudavam diante dos desafios comuns da vida urbana, todos se vigiavam. Isso nos dava a nós, turistas e pesquisadores, ao perambular pelas cidades escuras do país, à noite, uma inquietante e esperançosa sensação de segurança, sobretudo para quem chegava do Brasil.

Por último, a literatura santomense desempenhou papel preponderante na construção da cultura e da identidade do país. Pareceu-nos que o envolvimento das construções do imaginário popular sobre sua terra espelhava uma “literatura engajada”, com destaque para a emergência do novo país. Inocência Mata (s.d.) menciona o “funcionamento extraliterário” da literatura, para se referir à fusão da ficção literária com a política e a construção do ideário nacional.

É que não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, **em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais**, colectivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais. [...] o texto literário, como representação artística do imaginário cultural, é um desses documentos e, como tal, um objecto simbólico muito **importante na construção da imagem da sociedade**, sobretudo em espaços políticos emergentes, que vivem de forma por vezes ambígua e tensa a sua pós-colonialidade (MATA, s.d., grifo nosso).

Em São Tomé e Príncipe, a literatura teve seus primeiros registros na obra de Almada Negreiros que, no livro “História Etnográfica da ilha de São Tomé”, trata da literatura de expressão oral. Está repleta de provérbios, contos e adágios que servem de fonte de inspiração a compositores mais populares. Francisco José Tenreiro, poeta e sociólogo santomense, deixou importante contribuição para a expressão literária que antecedeu a independência nas décadas de 40, 50 e 60.

Como, ainda, nos informa Alegre (2005), a divulgação de obras de artistas santomenses é inexpressiva, como, também, os costumes populares e a leitura de artistas santomenses, na educação. É necessário chamar a atenção para o papel da União dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe (UNEAS), fundada por iniciativa da poetisa santomense, Alda Espírito Santo, assim como o trabalho de Inocência Mata, escritora, crítica literária e embaixadora da literatura santomense, na revelação da ainda incipiente literatura de São Tomé e Príncipe, que demonstra, também, importantes esforços rumo à *santomensidade*.

Alguns registros da ilha de São Tomé extraídos do nosso diário de viagem consta no anexo I, onde procuramos relatar, por meio de fotos e depoimentos, as observações feitas, durante a pesquisa de campo, realizada na ilha de São Tomé.

3. Considerações finais do capítulo

Cada parceria de cooperação apresenta desafios próprios para ambos os países parceiros. No tocante a seu “sucesso”, é difícil prosseguir com generalizações, pois a singularidade de cada país e povo é variável, ao ser considerada. A relação cultura-política, como nos explica Geertz (1989) é intrinsecamente relacionada à definição da política externa do país, tanto quanto às oportunidades do cenário internacional. Além disso, é importante levar em conta que a cultura influencia a postura diplomática dos países e a operacionalização da cooperação e, conseqüentemente, deve ser sempre analisada como fator preponderante no êxito de determinado projeto de cooperação técnica.

Neste sentido é que a pesquisa de campo, de cunho etnográfica, pode contribuir para a discussão da cooperação internacional. Não somente a cultura

permite entender a política, mas pode orientar as análises críticas em torno dos discursos oficiais e da prática da cooperação internacional.

Por último, é imprescindível comentar que as imagens do continente africano perante o mundo são cheias de preconceitos e estereótipos, o que, certamente, influencia a postura e as iniciativas de cooperação internacional. Sejam eles provenientes de arranjos Norte-Sul ou Sul-Sul, estes imaginários que preconizam o africano como atrasado, revestem essas parcerias de verticalidade e imposição. As representações da África, no Ocidente, estão baseadas em informações superficiais que remetem ao primitivismo e à incapacidade de reproduzirem os padrões universais de desenvolvimento. Entretanto, pouco se conhece sobre a África, antes da chegada dos europeus, como já vimos. Oliva (2010) traz importantes contribuições sobre esta questão. Além das representações elaboradas, concernentes aos povos africanos, por observadores externos e pelos próprios habitantes, ao longo das três fases históricas, antiguidade clássica, encontro com os europeus e reinvenções das identidades africanas, o autor dá visibilidade aos aspectos observados sobre o vasto continente, segundo os universos mentais de brasileiros e portugueses, nos dois últimos séculos.

CAPITULO III

A Cooperação Internacional no Brasil e em São Tomé e Príncipe: os discursos em questão

A despeito de São Tomé e Príncipe não ser um país eminentemente africano, a cooperação internacional que se estabelece é feita de forma semelhante à de qualquer país da África. Não é possível falar em civilizações e culturas progressas que existiram nas duas ilhas antes da chegada dos portugueses, mas em uma sociedade crioula formada a partir de etnias africanas e europeias. Assim, devido a todo o contexto da colonização exploratória e à posterior descolonização lastreada na dependência da ajuda externa, São Tomé e Príncipe se identifica com a África no tocante ao tema da cooperação internacional.

O Brasil, por sua vez, se identifica com a África pelo passado comum que, também, trouxe consequências negativas para o presente. A marca da colônia de exploração resultou em consequências nefastas para a formação dos países, provocada pela exploração dos recursos naturais, pela alienação cultural e identitária (GARCÍA, 2011), o que contribui para a aproximação entre os dois países e seus povos. O atual peso do Brasil no cenário internacional e as experiências exitosas com relação às políticas sociais delimitam essas parcerias de cooperação que o Brasil desenvolve com outros países em desenvolvimento e resultam, em certo sentido, em propostas inovadoras

Nesse contexto, a análise dos discursos oficiais dos governos e dos discursos adotados pelos especialistas técnicos do governo se mostra relevante na discussão da cooperação Sul-Sul como nova tendência global. Considerando os princípios reformadores da prática da cooperação internacional que a CSS introduz, os pronunciamentos dos dois governos e o imaginário dos atores envolvidos com esta cooperação devem refletir suas características.

Isso é o que se pretende abordar nesse terceiro capítulo para, em seguida, tratar da execução do projeto de cooperação no quarto capítulo, ambos se constituindo em encontro inter-cultural. Os dois capítulos estão relacionados com o estudo de caso proposto pela pesquisa. O estudo de caso, segundo Yin (1989 *apud* Minayo, 2010),

deve ser utilizado, quando for possível fazer observação direta dos fenômenos. Para conduzi-lo, a investigação qualitativa é a mais adequada para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação em questão. Ainda, segundo Minayo (2010), o método do estudo de caso serve para 1) mostrar as relações causais entre as intervenções e as situações da vida real, aqui entendidas como o projeto de cooperação técnica; 2) tratar do contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; 3) entender o rumo de um processo em curso e as maneiras de interpretá-lo; 4) conhecer o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção.

Assim, o estudo de caso, nesse capítulo, contou com pesquisa de campo, quando se pode colher depoimentos dos principais atores do projeto, por meio de entrevista aberta. Esses depoimentos, juntamente com os discursos oficiais dos governos dos dois países, foram analisados com base na Análise de Discurso Crítica (ADC). A análise dos discursos oficiais da cooperação técnica entre Brasil e São Tomé e Príncipe busca compreender a parceria entre os países e como ela é percebida pelos respectivos governos, enquanto que a análise dos dados obtidos com as entrevistas tem a intenção de entender o imaginário que influencia a prática da cooperação.

Os discursos aqui mencionados constituem textos, orais e escritos, que apresentam uma visão particular de mundo, neste caso, a cooperação de um país pelo outro, ambos ligados a interesses específicos. A pesquisa social pode sempre contar com a ADC como mais uma estratégia analítica que, na qualidade de complementação a outras formas de análises, traz mais elementos sobre o fenômeno social que se pretende pesquisar. Parte-se da premissa de que a linguagem é parte constituinte da vida social e, portanto, está dialeticamente interconectada com outros elementos do mesmo contexto (FAIRCLOUGH, 2003).

Segundo a ADC, que trabalha com a dialética linguagem-sociedade, a palavra ‘discurso’ assume dois significados: discurso, como momento integrante e irreduzível da vida social (sentido mais abstrato), e discurso, como modo particular de representar parte do mundo, e que está ligado a interesses específicos (sentido mais concreto). Este último geralmente é empregado com a palavra ‘particular’ ou no

plural ‘discursos’, para evitar confusão com o outro emprego da palavra (RAMALHO, V & RESENDE, V. M., 2011, p. 17).

A análise de discurso deve, assim, coletar, decodificar e entender as diversas interpretações da realidade que ditam a conduta dos indivíduos e que parecem identificadas nas suas palavras e falas. Os discursos transmitem as representações sociais em ação e, portanto, são reveladores da pesquisa social. Isso, porque:

O que torna o trabalho interacional um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.” (MINAYO, 2010, p. 204)

A percepção da realidade e o conteúdo do pensamento dos principais atores envolvidos com a prática de projeto de cooperação revelam parte da construção da realidade, explicam, justificam e questionam as tomadas de decisão e os fenômenos analisados. Não apenas os tomadores de decisão, no nível mais alto da hierarquia de um governo - chanceleres, presidentes dos países e ministros de Estado -, mas também os atores que estão diretamente envolvidos na realização das atividades do projeto de cooperação em questão serão, aqui, considerados como objeto de pesquisa de análise de discurso.

1. O Brasil na Cooperação Internacional

1.1 - Política Externa Brasileira para a África

Segundo Saraiva (2012), a parceira com a África é parte de um ‘atlantismo brasileiro’ que ocupou papel central na formação da sociedade e da economia do Brasil. O conceito da África parceira do Brasil remete ao início da década de 60 durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, que viram nos países africanos possibilidades de relacionamentos estratégicos, conforme ficou evidente na Política Externa Independente (PEI). Desde então, as relações do Brasil com a África tiveram recuos e avanços até o século XXI, quando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou não apenas o maior estreitamento com aquele continente, mas, ainda, uma agenda diplomática caracterizada pela solidariedade e temática social.

O relacionamento do Brasil com a África pode ser sintetizado de acordo com os períodos históricos. O Século XVI-XIX foi o tempo de colônia, em que o relacionamento do Brasil com a África se fazia em benefício da metrópole portuguesa, por meio do tráfico atlântico de escravos. Já o Século XX foi um período de oscilação entre o silêncio e a indiferença, que já se evidenciava no final do século XIX, e a aproximação estratégica de acordo com cada fase. A fase de 1930-1940 foi de descaso da África, explicado por dois processos históricos da política exterior do país: 1) o afastamento declarado em razão da possível influência das imagens do continente africano na formação da nacionalidade brasileira, com a idealização, por parte da elite brasileira, de uma nação moderna e ocidental; 2) e a irrelevância das relações econômicas e comerciais com os países africanos, explicado pelo contexto de dominação colonial. A fase de 1946-1961⁴² foi o início da aproximação da América Latina e da África, concomitante às primeiras descolonizações africanas e aos movimentos nacionalistas, diretamente relacionada ao financiamento internacional do desenvolvimento econômico (o *nacional-desenvolvimentismo* de Vargas e o *liberalismo-associado* de JK). A fase de 1964-1969 foi marcada por pequeno recuo nas relações, devido aos governos militares de Castelo Branco e Costa e Silva, no Brasil, que valorizavam o alinhamento com os Estados Unidos e se preveniam da ameaça do comunismo, que tinham posição pró-Portugal de Salazar, contrário às emancipações de Angola e Moçambique. A fase de 1969-1974 foi de reativação das relações com a África, período da visita do chanceler brasileiro Gibson Barbosa a nove países africanos, entre 1972 e 1973, e a existência de cerca de 16 embaixadas africanas no Brasil, em pleno funcionamento, contra seis embaixadas brasileiras em solo africano. A fase de 1974-1985 foi de reforma do relacionamento com a África para re colocação do continente africano nos mercados brasileiros, inflexão da Política Externa Brasileira (PEB) para a África, a partir de 1975, com o reconhecimento oficial de algumas independências, e recusa de apoio a Portugal e a seus interesses colonialistas na África⁴³. A fase de 1985-90 foi de manutenção da política anterior,

⁴² Segundo Saraiva (2012), o ano de 1961 foi um marco nas relações do Brasil com o continente africano, pois o Itamaraty criou a Divisão da África, demonstrando a importância do continente para as relações com o Brasil, e de criação de embaixadas na África Negra, com embaixadores expressando nítida solidariedade com o esforço independentista, com destaque para Gana, Senegal e Nigéria.

⁴³ Destaque deve ser feito ao fato de que a independência de S. Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975, ocorreu na mesma época, obtendo, de imediato, o reconhecimento do Brasil, durante o governo

com o Brasil liderando, em 1986, no âmbito das Nações Unidas, a criação do Atlântico Sul, como Zona de Paz e Cooperação. Por fim, a década de 1990 apresentou o declínio das relações do governo brasileiro, de tendência liberal, associado às grandes potências, e à crise econômica.

O século XXI (de 2003 a 2010), no entanto, é caracterizado pelo relançamento da política africana pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, baseada em relações mais consistentes e permanentes, por meio da estratégia combinada dos interesses nacionais influenciados pelos empresários da expansão do capitalismo brasileiro e pelos agentes da diplomacia.

A política externa desse período foi definida pelos termos “ativa e altiva”, segundo Amorim (2013), caracterizando a onda de autoestima trazida pela eleição de um operário metalúrgico para a presidência da República. A política externa desse período acompanhava e sinalizava a valorização da raiz africana presente na identidade brasileira, conforme comenta o autor: “a política para aquele continente se reflete na consciência de nossa população” e “a atitude da diplomacia perante a África afeta a percepção dos brasileiros sobre si próprios” (AMORIN, 2013, p. 159).

Daí que seu componente de solidariedade se sobressaía, sem desconsiderar, entretanto, os interesses do Brasil presentes na aproximação com o continente africano. Amorim (2013) apontou algumas das características dessa política externa nas expressões: “natureza multidimensional dos laços que se estabeleceram (ou que foram retomados) com a África no governo Lula”, “o Brasil teve papel ativo ao longo do episódio [golpe em São Tomé e Príncipe em 2003], demonstrando também na África o nosso apego à “não-indiferença”, “o ‘pluralismo’ da nossa política africana, que seguiria rumos próprios, não ditados pelas potências ocidentais”, “o que alguns descartavam como ‘terceiro-mundismo’ constituía, na verdade, a projeção de nossos interesses (acompanhados de forte sentimento de solidariedade) junto a um continente repleto de oportunidades”. Sobre a África, de acordo com essa “nova” política externa, Amorim (2013) ressalta:

Para “fazermos algo”, era preciso uma política afirmativa, que superasse preconceitos e distâncias mais mentais do que físicas (embora, a bem da

Geisel. Como nos informa Rizzi (2012), a bandeira santomense foi hasteada ao lado do Pavilhão Nacional, no Palácio do Itamaraty, como forma de homenagear o novo país.

verdade, a ausência de companhias aéreas brasileiras voando para a África seja uma grande deficiência até aqui não superada) (AMORIN, 2013, p. 143).

[...] Com o progressivo desaparecimento do colonialismo e o colapso do comunismo, a África que se abria para o Brasil no século XXI era um campo fértil e óbvio para a exploração de afinidades e parcerias. Essa foi a visão do presidente Lula, e esse o sentido das viagens que empreendemos juntos ou separadamente, a começar pelo meu périplo, em maio de 2003, por sete países africanos (AMORIM, 2013, p. 145).

Nesse contexto, duas revisões conceituais do discurso brasileiro são atualizados, a saber: distinção do discurso culturalista do passado, em benefício da visão mais estrutural e pragmática da cooperação com as elites africanas, e adoção do discurso mais público e legítimo da aproximação, por consenso social e forte amparo político por parte da sociedade brasileira.

É importante notar, porém, alguns desafios para o Brasil, que encontram eco nos tempos atuais:

[...] o Brasil se apresentava para as lideranças políticas e empresariais africanas como um verdadeiro paradigma de desenvolvimento tropical. A ideologia do milagre econômico teve muito efeito na aceitação africana da aproximação brasileira. Mas havia algo contraditório e preocupante nas relações econômicas africano-brasileiras, na perspectiva de setores mais progressistas dos governos africanos e de alguns intelectuais: as relações estavam sendo, em certo sentido, baseadas nos padrões comerciais de tipo colonial (SARAIVA, 2012, p. 47-48).

Este relacionamento do Brasil com a África é baseado em valor, identidade, e alinhamento às oportunidades materiais, sem conflito (SARAIVA, 2012). Essa aproximação evidencia um continente mais global e autônomo, ao lado de um Brasil mais interessado em diversificar suas parcerias e inovar em seus relacionamentos, sobretudo no que tange aos países africanos. Isso se faz, de parte do Brasil, pelo abandono do discurso culturalista, que partia da afinidade natural entre o Brasil e a África e possuía representações idílicas baseadas nas obras de Gilberto Freyre, no movimento negro no Brasil e nos setores diplomáticos e empresariais, disfarçadas, também, pela aproximação pragmática e mercantil. O discurso culturalista foi substituído pela adoção do discurso da dívida histórica brasileira para com a África, reconhecida por grande parte da população brasileira.

Esse novo discurso da recuperação da dívida histórica se alinha às políticas do novo governo e encontra eco nos debates de vários segmentos da população. Tal

discurso promove a ruptura com o cinismo do discurso culturalista, ao reconhecer a herança perversa da escravidão, e ao ensejar propostas concretas de reversão, como aquela do perdão das dívidas de vários países africanos para com o Brasil. Permanece o desafio para o Brasil de se envolver com uma cooperação técnica menos assistencialista e mais baseada na reconstituição da infraestrutura logística e produtiva do continente, além da cooperação cidadã e do conhecimento mútuo (SARAIVA, 2012).

Segundo Saraiva (2012), há atualmente fortes debates que animam instituições como o parlamento, as universidades, os grupos afro-brasileiros, as empresas e os atores mais interessados da opinião pública sobre a cooperação do Brasil com a África. Soma-se a eles a ascensão de pesquisas sobre a cooperação Sul-Sul, especialmente em se tratando dos países africanos; o grande interesse da pauta de cooperação do Itamaraty por parcerias africanas, nomeadamente com países de língua portuguesa; e o Seminário “As relações do Brasil como a África: a nova fronteira no desenvolvimento global”, promovido pelo Valor Econômico, em maio de 2013, que contou com a participação de Ministros de estado, grandes empresários brasileiros, estudantes e do ex-Presidente Lula, que encerrou o evento. Nesse discurso, o ex-presidente estimulou maiores investimentos e comércio do Brasil com a região, além de chamar a atenção para alguns cuidados de manter as ações privadas em consonância com a política externa mais solidária com a África.

1.2 - A cooperação técnica Sul-Sul do Brasil com a África

O Brasil tem sido recorrentemente mencionado como país de grande influência no bloco Sul (Grupo dos 77; BRICS; IBAS; UNASUL). Para além do ativismo exercido pelo país desde 2003 no cenário internacional⁴⁴, deve-se recorrer aos indicadores globais do Relatório de Desenvolvimento Humano (2013) intitulado “A Ascensão do Sul” para mostrar o progresso alcançado pelo País no âmbito do desenvolvimento humano.

⁴⁴ Utiliza-se 2003 como marco por este ser o ano que a Política Externa Brasileira (PEB) alterou consideravelmente o rumo das suas estratégias, com a diplomacia presidencial influenciando fortemente as novas parcerias de cooperação horizontal.

Cita-se o Brasil dentre os países com elevado nível de desempenho ao lado de China e Índia; o Brasil se encontra na 13ª posição dos países em desenvolvimento que registraram as maiores reduções de déficit em termos do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), no período de 1990 a 2012, e na 50ª posição dos países que registraram as mais elevadas taxas de crescimento anual em termos de rendimento per capita no mesmo período⁴⁵. Explica-se que, dentre as duas categorias citadas de progresso do Sul, o Brasil se destacou pelo alto investimento público nas políticas de promoção de serviços públicos nas áreas de saúde, educação e alimentação e na resiliência da população às ameaças e choques econômicos e ambientais, ao lado de países como México e Argélia. Estratégia diferente daquela de países como China e Índia, que se notabilizaram pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (ONU, 2013).

Com este reconhecimento, por parte da ONU, do êxito das políticas públicas sociais brasileiras, o Brasil classifica-se como possível parceiro para a cooperação técnica internacional com outros países do Sul. Isso, somado à orientação da política externa brasileira para a diversificação de parcerias e aproximação dos países africanos, torna o País opção estratégica promissora para grande parte dos demais países em desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul do Brasil, segundo Corrêa (2010)⁴⁶, situa-se entre a quebra da hegemonia da cooperação tradicional, protagonizada pelo Norte, e a busca pela autonomia dos países em desenvolvimento. Define, como uma das propostas inovadoras da CSS, a horizontalidade que “envolve uma nova postura, que exige dos seus atores estarem intelectualmente preparados para ‘ouvir’, ‘perguntar’ e ‘conhecer’ antes de ‘concluir’ ou ‘oferecer’” (CORREA, 2010, p. 92). Sobre a CSS, o autor comenta:

As potencialidades e consequências do crescimento da cooperação sul-sul poderiam ser analisadas sob dois pontos de vista. No primeiro caso, temos a análise do impacto da expansão da cooperação sul-sul sobre as práticas

⁴⁵ Ambas as listagens de países foram elaboradas num conjunto equilibrado de 96 países em desenvolvimento, conforme informa o RDH 2013 (p. 64)

⁴⁶ No livro “Prática Comentada da Cooperação Internacional”, as observações do autor durante sua longa prática profissional na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), colaboram como “subsídios impressionistas” para o estudante e pesquisador da área da cooperação internacional do Brasil. (CORRÊA, 2010)

da cooperação para o desenvolvimento nos últimos sessenta anos. [...] a cooperação sul-sul oferece um dos primeiros elementos de ruptura ao adotar, ao menos em termos de discurso político, uma abordagem horizontal para as relações entre os países. [...] outro aspecto importante na disseminação da cooperação sul-sul frente à modalidade norte-sul e que, tendo em mente que os princípios e práticas que orientam a execução dos programas e projetos negociados entre países em desenvolvimento são diferentes da cooperação Norte-Sul, abre-se caminho para uma discussão sobre até que ponto os “padrões de qualidade” ou “boas práticas” definidos precipuamente por países desenvolvidos para avaliar a eficiência e a eficácia das iniciativas da cooperação internacional para o desenvolvimento são de real aplicação universal (CORRÊA, 2010, p. 92-93).

A participação da CSS do Brasil pode ser evidenciada no volume de recursos financeiros dedicados à categoria da cooperação técnica da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (CoBraDI). Os relatórios da CoBraDI do período 2005 a 2009 e do ano de 2010 retratam o aumento significativo da cooperação técnica que em 5 anos passou de 25 milhões de reais (2005) para 101 milhões de reais (2010) (BRASIL, 2010; BRASIL, 2013).

Esta iniciativa de levantamento de dados trouxe o debate global da cooperação internacional para dentro do Brasil e permitiu sua difusão pelo mundo. Além do exercício da estimativa dos gastos realizados pelas várias instituições brasileiras, a correspondente discussão terminológica e conceitual, suscitada por esta iniciativa, repercute até o presente. Nessas reflexões, a metodologia utilizada tem sido aprimorada gradualmente com ampla discussão em meio às instituições envolvidas com ações do âmbito da CoBraDI. Por ocasião do primeiro relatório, o então-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou:

O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e receptores: entendemo-la como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades. **Trata-se de um modelo ainda em construção, que, apesar de já revelar algumas de suas características, ainda carece de maior sistematização e debate.** Este levantamento representa, portanto, **o primeiro passo no sentido de construir uma política de cooperação internacional para o desenvolvimento integrada aos objetivos da política externa brasileira,** que não esteja sujeita às prioridades de cada governo, mas que possa contar com uma ampla base de apoio no Estado e na sociedade civil. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Destaca-se, nesta declaração de Lula, a afirmação de que a compreensão prática da cooperação Sul-Sul pelo governo brasileiro, bem como a sistematização, classificação e comparação dos respectivos recursos aplicados não haviam sido ainda consolidadas.

Ademais, o interesse nesta sistematização, em prol da formulação de política de cooperação internacional, já havia sido sinalizado, juntamente com o entendimento de que ela estaria integrada à política externa brasileira, o que abre margem para a inferência de que ela poderia também ser inserida nos propósitos de desenvolvimento humano segundo as concepções adotadas pelo Brasil no plano interno, assim como também nos esforços de diálogo do Sul para o Sul.

O conceito de cooperação internacional utilizado no levantamento tem o intuito de permitir comparabilidade internacional desses dados e conceitos com aqueles tradicionais e utilizados por outros países. Ele não se alinha, contudo, à tradicional definição de cooperação internacional, conhecida como ‘Assistência Oficial para o Desenvolvimento’ (AOD), no âmbito da OCDE, assim contextualizada:

A cooperação internacional não é um fim em si mesmo. Por trás dos números e das metodologias aqui apresentados, estão noções e vidas humanas em busca de desenvolvimento econômico e social, com reflexos positivos sobre as sociedades e sua inserção na comunidade internacional. É este um compromisso permanente do Governo brasileiro: a política externa como vetor de solidariedade (BRASIL, 2013).

A CoBraDI está classificada como sendo a soma das seguintes modalidades⁴⁷: cooperação técnica, cooperação educacional, cooperação científica e tecnológica, cooperação humanitária, operações de manutenção da paz e gastos com organismos internacionais. No tocante à cooperação técnica, observa-se que esta ocupa o 4º lugar de maior expressividade com 6,3% dos recursos (atrás de ‘operações de manutenção da paz’, ‘gastos com organismos internacionais’ e ‘cooperação humanitária’). Além disso, no âmbito da cooperação técnica, destaca-se: 81,8% da cooperação são feitos por parcerias bilaterais para somente 18,2% multilateral. São mais de 100 milhões de reais contabilizados como gastos em proveito da cooperação técnica em 2010, enquanto que, em 2005, registrava-se 25 milhões de reais. Os gastos estão assim distribuídos entre as várias regiões que compõem o grupo de países parceiros do

⁴⁷ Registra-se que estas categorias estão conforme o segundo levantamento realizado, considerando que houve alteração. As alterações trataram, basicamente, da inclusão da cooperação científica e tecnológica e da alteração da expressão ‘assistência humanitária’ para ‘cooperação humanitária’.

Brasil: 53,3% direcionados a países da América Latina e Caribe; 39,5% a países da África e 7% a países asiáticos.⁴⁸

Muito tem sido comentado pela mídia a respeito do envolvimento do Brasil com a cooperação Sul-Sul. No período de 2010 até o presente, várias matérias jornalistas se ocuparam do tema, tanto periódicos nacionais, quanto internacionais, como se pode observar no quadro 5, abaixo⁴⁹:

Quadro 5: Compilado das notícias sobre a cooperação Sul-Sul do Brasil

| Periódico | Título da matéria | Data | Acesso Virtual |
|----------------------|--|------------|---|
| <i>The Economist</i> | <i>Brazil's foreign-aid programme - Speak softly and carry a blank check</i> | 15/07/2010 | http://www.economist.com/node/16592455?story_id=16592455&fsrc=rss |
| Carta Capital | A política Sul-Sul é prioridade: entrevista Antônio Patriota | 15/02/2011 | http://www.cartacapital.com.br/politica/a-politica-sul-sul-e-prioridade |
| Al Jazeera | <i>South-South Cooperation revs up: Brazil is being using its growing strength to forge ties with other countries in the global South</i> | 22/08/2011 | http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/08/201182284856866748.html |
| <i>The Guardian</i> | A new direction for international co-operation South-south co-operation is making a comeback, but it's time for an aid model that does away with such outmoded categories | 05/10/2011 | http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/oct/05/new-development-aid-model-south-north/print |
| Globo Ação | O Brasil tem destaque no sistema de Cooperação Sul-Sul | 06/04/2013 | http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/04/brasil-desempenha-papel-de-destaque-no-sistema-de-cooperacao-sul-sul.html |
| EBC | Cooperação Sul-Sul: Brasil faz balanço de estratégias | 27/03/2013 | http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-27/cooperacao- |

⁴⁸ Em 2010, os gastos da Cobradi do Brasil registraram 0,2% de recursos direcionados a Europa, notadamente a Espanha.

⁴⁹ Esta lista não se pretende exaustiva, mas meramente exemplar da projeção que teve o assunto da cooperação Sul-Sul do Brasil. Trata-se de matérias que fomos colecionando ao longo deste período que acompanhamos mais de perto.

| | | | |
|------------------------------|---|------------|---|
| | para reestruturar saúde no Haiti | | sul-sul-brasil-faz-balanco-de-estrategias-para-reestruturar-saude-no-haiti |
| <i>Le Monde Diplomatique</i> | Os anseios e sonhos de nossa (ainda) adolescente cooperação internacional | 01/11/2013 | http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1515 |
| DW | A cooperação Sul-Sul e os interesses brasileiros na África | 22/02/2013 | http://www.dw.de/a-cooperacao-sul-sul-e-os-interesses-brasileiros-na-africa/a-16620006 |
| BBC | Brasil perdoa quase US\$ 900 milhões em dívidas de países africanos | 25/05/2013 | http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130520_perdao_africa_mdb.shtml |

Fonte: Elaborada pela autora

Tal levantamento indica a grande projeção do assunto nos últimos anos. Para além das discussões técnicas oficiais, o debate atinge a sociedade civil conforme apresentado em alguns dos principais periódicos globais.

No tocante ao atual estágio da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, nota-se, entretanto, certo arrefecimento. Isto porque, se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve grande crescimento, como se pode notar no crescimento de 2005 para 2010, acima apresentado, o governo da atual presidente Dilma Rousseff apresentou redução no número de parcerias firmadas e de recursos investidos. Em grande parte, o fato se deveu ao corte orçamentário que caracterizou o princípio do atual governo. Isso pode ser observado na comparação do orçamento dedicado à cooperação brasileira com a África nos últimos 4 anos (sem dados para 2013) que demonstrou serem mais de 20 milhões de dólares em 2010, 14 milhões de dólares em 2011 e uma projeção de quase 10 milhões em 2012.⁵⁰

As expectativas, em 2010, para o segundo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) eram grandes. Aguardavam-se, para o cenário da CTI, algumas mudanças mais expressivas e positivas, a saber: maior institucionalização do tema no Brasil; maior autonomia para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); conformação de política de cooperação internacional alicerçada em lei federal; debates mais amplos acerca do engajamento do Brasil na CSS, que envolvam e

⁵⁰ ABREU, F. (2012) Apresentação de slides. Seminário “Política Externa Brasileira: desafios em um mundo em transição” realizado em setembro de 2012.

obtenham apoio popular, e o desenvolvimento de uma “cultura” de cooperação com maior profissionalismo no tocante à gestão da cooperação internacional⁵¹ (LEITE, 2010).

2. São Tomé e Príncipe na Cooperação Internacional

Assim como a maioria de ex-colônias, São Tomé e Príncipe se ressentem, ainda, de ser um país voltado para fora. Desde o período colonialista, quando produzia bens para a metrópole consumir ou exportar, até o atual cenário internacional mais atento ao desenvolvimento humano, o país tem sido recorrentemente mencionado como receptor de recursos, técnicas e conhecimentos vindos de fora, para satisfazerem as necessidades internas de bem-estar humano e desenvolvimento nacional.

Nesse quadro, a política externa e a cooperação internacional são de grande importância para as políticas governamentais de São Tomé e Príncipe. A relação entre as duas pastas nem sempre é harmônica e pacífica. Isso porque os dois temas estiveram ora juntos, subordinados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC), ora separados, com a política externa a cargo do MNECC. Já a cooperação internacional estava sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Finanças e Cooperação (MPFC), por causa de sua ligação com as iniciativas de desenvolvimento nacional. Essa disputa interna demonstra que, quando os temas estão juntos, o País mostra a cooperação como assunto de política externa, estabelecendo maior ligação entre as parcerias estrangeiras e seus objetivos de inserção internacional; quando, porém, separados, evidencia-se que a cooperação com outros países tem sido uma das principais formas de ingresso de recursos para as políticas de governo, pensada sob a perspectiva de planejamento e finanças. Atualmente, o tema faz parte do MNECC, onde há uma Direção de Cooperação com quatro divisões, a saber: África/Médio Oriente, Américas, Ásia e Oceania/Europa.

⁵¹ Sobre isto, comenta-se o avanço da gestão que se espera obter com o recém-lançado Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul (ainda não publicado na página da ABC, mas com versão externa divulgada pela EMBRAPA) em sua primeira edição publicada em fins do ano de 2013. Esta traz grande foco, até então débil, nas etapas de monitoramento e avaliação.

A cooperação internacional é considerada por Alegre (2010, p.156) como captação de ajudas externas distribuídas em espécie, recursos financeiros, assistência técnica, transferência de tecnologia e auxílio alimentar. Em outro momento, o autor se refere a São Tomé e Príncipe como “[...] um país diminuto, sem condições de praticar uma Política Externa pura [...]”. Em ambas as colocações São Tomé e Príncipe é visto, no contexto internacional, como país receptor de ajuda. Tanto na I, quanto na II República, a diplomacia santomense confirma esse posicionamento. Em referência à primeira República, o autor revela:

A posição externa quanto as questões de política internacional era o trunfo suficiente, senão necessário para alcançar os devidos apoios. Para o efeito, antes ou depois mesmo do partido no poder se definir como tal mencionado, o país usava uma vara simbolicamente com anzóis nos dois lados para pescar peixe. Entretanto sempre pescava mais ou era-lhe muito favorável pescar ou adquirir peixe de um lado da vara. Isto quererá dizer que tanto alcançava apoios do bloco socialista liderado pela União Soviética e Cuba, como alcançava também do bloco oposto. Mas, tendo em conta as áreas de actuação, os maiores apoios do bloco que era mais favorável na altura vinham do lado socialista (ALEGRE, 2010, p.172-173).

Com respeito à diplomacia da II República, destacam-se dois fatos. O rompimento das relações com a República da China, em 1997, em benefício do relacionamento com a China-Taiwan, justificado pela metáfora “de modo a obter um balão de oxigênio financeiro, para resolver algumas situações consideradas primárias de sustentabilidade do país, que vão desde o saneamento do meio até o apoio ao setor primário, secundário e institucional.” (ALEGRE, 2010, p. 177)

Além disso, a expedição de normativas para o MNECC conduzir suas funções, com destaque para o Enquadramento da Política Externa, em 2003, entregue às representações estrangeiras, no país, e às embaixadas santomenses, no exterior. Nas palavras do autor:

Se considerarmos a Política Externa como o oposto da Política Interna, ou seja, como atividade exercida por um Estado no domínio externo, isto é, para além de suas fronteiras políticas, e que se destina a obter um determinado resultado em relação ao outro Estado ou grupo de Estados, pode concluir-se que tanto a Política Diplomática, instrumento pacífico e genérico da Política Externa (negociação) em oposição aos instrumentos violentos e em particular à guerra, **a Cooperação Internacional, como a das Comunidades, nas suas funções de conseguir maior ajuda ao desenvolvimento**, segurança para os emigrantes santomenses nos

diferentes países de acolhimento, são instrumentos da Política Externa (ALEGRE, 2010, p. 182, grifo nosso).

A política externa santomense chegou a ser discutida em um workshop do Ministério, em agosto de 2008. Nessa ocasião, a cooperação internacional aparece, assim definida:

A Cooperação Internacional tem uma importância vital no processo de desenvolvimento nacional. **Estima-se que cerca de 85% do nosso Programa de Investimento Público é suportado pela APD-Ajuda Pública ao Desenvolvimento.**⁵² Todavia, a Política de Cooperação do Estado Santomense tem sido feita por diversos actores de forma muitas vezes informal, obtendo os apoios solicitados com base nas relações de amizade. **Essa forma de Cooperação embora útil ao país, manifesta a desorganização, a desarticulação e a fragilidade do Estado Santomense** em matéria de Cooperação e dificulta a definição de uma política única em matéria de cooperação (STP, 2008 *apud* ALEGRE, 2010, p. 192, grifo nosso).

Há uma falta de coordenação das várias iniciativas de cooperação internacional em São Tomé e Príncipe, que ficou, mais de uma vez, presente nas entrevistas realizadas durante a pesquisa. Além das dificuldades institucionais, no tocante a essa pauta, e evidenciadas neste texto, deve-se considerar o grande número de iniciativas que chegam a São Tomé e Príncipe, descoordenadas entre si, como é o caso do projeto de cooperação, em questão. Essas dificuldades estão associadas aos desentendimentos entre o MNECC e o MPF, à indefinição causada pela ausência de política de cooperação, e à ideia de que toda e qualquer cooperação é bem-vinda, mesmo sem uma organização local.

Com relação aos eixos da cooperação, é necessário, primeiramente, destacar que ela passa a ser conduzida com base nas orientações e diretrizes da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), segundo informa Alegre (2010). Para o setor da cooperação bilateral, é preciso, também, informar, como planos de ações estratégicas, dentre outros: 1)

⁵² Este dado pode ser confirmado pelo PNUD local (2008 *apud* Género, 2012) que estimou que a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) em São Tomé e Príncipe representava cerca de 85% do Programa de Investimento Público, sendo apesar da sua importância para o país, as autoridades de S. Tomé e Príncipe (STP) não dispunham de uma estrutura organizada com dados e análises sobre a APD.

privilegiar a cooperação com o Brasil, considerando os laços históricos e econômicos, além do grande potencial econômico desse país; 2) melhorar a gestão das ajudas, com vistas à maior credibilidade junto aos parceiros; 3) estabelecer prioridades de cooperação, de acordo com as filosofias distintas dos parceiros e da conformidade com a política sustentada de desenvolvimento.

Adicionalmente, cita-se o setor de cooperação multilateral, que mostra a atual pauta de cooperação do país inserida no sistema ONU, com as diversas organizações intergovernamentais e sub-regionais, as instituições financeiras, as organizações não governamentais, chamadas de cooperação descentralizada, além do setor privado. Sobre estas duas últimas organizações, cabe explicar que tanto há cooperação entre os distritos santomenses com outras unidades subnacionais de outros países, como entre a participação de ONGs e o setor privado, em crescimento nas parcerias de cooperação bilaterais.

3. A cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe

Em novo cenário, de uma África em plena transição marcada por uma inserção mais autônoma no sistema internacional com elevação do seu *status* no âmbito geopolítico internacional do século XXI, o Brasil promove sua aproximação de forma intensiva com o continente africano. As relações diplomáticas com São Tomé e Príncipe, nesse contexto, vivenciam grande salto rumo ao incremento de parcerias. Segundo nos informa Rizzi (2012), 21 acordos bilaterais foram assinados, entre 2003 e 2010.

Após a independência de São Tomé e Príncipe, na década de 1990, o redimensionamento das relações do Brasil com o País provocou o enfraquecimento da cooperação até 2002, por diversos motivos. Sobretudo, o período da Guerra Fria afastou os países, com o Brasil se alinhando ao bloco capitalista, enquanto que São Tomé e Príncipe, se ligava ao bloco socialista.

Nova fase, contudo, se iniciou, em 2003, com a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro desse mesmo ano, durante seu primeiro ano de governo. Nessa primeira visita, a embaixada brasileira na cidade de São Tomé foi inaugurada e um Comunicado Conjunto entre os chefes de Estados foi assinado. No

Comunicado Conjunto, ambos os presidentes decidiram desenvolver políticas públicas direcionada à inclusão social de populações marginalizadas.

Em agosto de 2005, por ocasião da segunda visita do presidente santomense Fradique de Menezes ao Brasil, ficou evidente que o relacionamento bilateral de ambos os países estava baseado em: a) cooperação (áreas de educação, saúde, agricultura, desporto, tecnologia da informação, cooperativismo e microcrédito); b) preocupação em relação à situação na Guiné-Bissau; c) interesse mútuo de participação brasileira na prospecção petrolífera em São Tomé e Príncipe, tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria, quanto na zona econômica exclusiva do país; d) promoção comercial, em termos de missões empresariais, das ações da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe e da instalação da Comissão Mista Brasil-São Tomé e Príncipe, criada em 1984; e) comércio exterior bilateral, como incentivo aos agentes privados dos dois países, passando São Tomé e Príncipe à plataforma potencial, para comprar produtos brasileiros, nos mercados dos países da região do Golfo da Guiné (RIZZI, 2012).

No tocante à área de cooperação técnica, é imprescindível lembrar-se do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 1984. Amparado nesse acordo, foi enviada, a STP, uma missão multi-institucional, em 2001, para identificação de possibilidade de cooperação técnica, que resultou em três projetos na área de educação e saúde.

Outro ponto importante no relacionamento bilateral dos dois países é a vinda de estudantes santomenses para estudar no Brasil. Houve aumento, em mais de 100%, no número de estudantes, entre 2003 e 2005, registrado pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), além da maior procura em Educação à Distância (EaD), por parte desses estudantes, inclusive do interior das ilhas.

Adiciona-se, ainda, ao tratado, a assinatura de Memorando de Entendimento, em 2007, para modernizar e otimizar os serviços de relações exteriores santomenses de cooperação técnica entre as chancelarias, e vinda de diplomatas santomenses para estudos no Instituto Rio Branco.

Em 2008, essa aproximação entre os países chega à esfera cultural com a criação do Centro de Estudos/Centro Cultural Guimarães Rosa. Inaugurado no edifício da embaixada brasileira, em São Tomé e Príncipe, este Centro oferece à população santomense cursos de capoeira, teatro, música e formação em parceria com o SEBRAE, bem como importante polo cultural na cidade de São Tomé, com projeção de filmes brasileiros, realização de festas juninas e exposição de artes e grupos teatrais.⁵³

Rizzi (2012) afirma ser a cooperação técnica o vetor da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe. Esta cooperação, como tem sido conduzida, de forma geral, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), passou por mudanças significativas no contexto santomense. A principal evolução se evidencia no volume de projetos assinados, mas, sobretudo, aqueles com maior atenção nas especificidades da economia e nas sociedades locais, chamados de projetos estruturantes. A embaixada brasileira local tem desempenhado papel central na condução destas parcerias de cooperação, acolhendo inclusive coordenadores de projetos, pessoas contratadas nas mais distintas formas e sediadas em suas instalações, fornecendo subsídio para que os projetos sejam executados com forte parceria do governo santomense.⁵⁴

No que se refere ao comércio exterior entre os dois países, registra-se aumento do volume total das exportações brasileiras, enquanto as importações de bens provenientes de São Tomé e Príncipe foram quase nulas para este período de 2003 a 2011. A pauta de exportação está baseada nas áreas alimentícia e de bens manufaturados, com relativo valor agregado. Exemplos da primeira: açúcar e

⁵³ Em 2013, durante a pesquisa de campo, pudemos confirmar a relevância deste Centro Cultural, pois quase todo mundo na rua sabia onde se encontrava a embaixada brasileira, sempre reconhecida ao lado do “Centro Cultural”. Quando indagamos a respeito da existência de um cinema na cidade de São Tomé, fomos informados de que o Centro Cultural Brasileiro era o único lugar, onde se poderia assistir a um filme.

⁵⁴ Esta afirmação está baseada nas observações da pesquisa de campo. No momento da visita à embaixada, encontramos duas pessoas de instituições brasileiras, funcionárias do quadro provavelmente, que estavam moravam em STP, trabalhando na embaixada, para coordenar projetos. Tal observação mostra grande amadurecimento por parte do Brasil, que, em STP, tem inovado sua forma de conduzir a execução destes projetos. Além disso, nota-se grande apoio da embaixada brasileira, que serve de importante fatores de reflexões, como intermediários entre a ABC e o governo local.

derivados, produtos de confeitaria, café, farinhas, bolachas e biscoitos, já, quanto à segunda área: automóveis, produtos cerâmicos, madeiras, ferro fundido e tintas, móveis em madeira e plástico, produtos de vestuário, como calçado, paletós, cuecas e calças. Para o cacau *in natura*, as importações foram restritas ao período de 2003 a 2008 (RIZZI, 2012).

Após as considerações quanto à análise da cooperação internacional entre ambos os países e o breve histórico da cooperação entre eles, parte-se para a análise dos discursos dos países com relação a essa parceria.

4. Discursos do Brasil e de São Tomé e Príncipe

4.1 - ADC: teoria e método de pesquisa social

Parte-se do pressuposto de que a linguagem é uma das manifestações da vida social, nomeadamente a ‘dialética linguagem e sociedade’. Assim, deve-se ter presente que a Análise de Discurso Crítica (ADC) se define como análise de discurso textualmente orientada e que serve aos propósitos da crítica social.

Há inúmeras formas de fazer análise de discurso. Distinção deve ser feita entre as abordagens de análise de conteúdos, mais presentes nas ciências sociais e com forte influência de Michel Foucault, e as abordagens de análise detalhada de textos, muito comuns entre linguistas que geralmente desconsideram as questões teóricas e sociais. A ADC, parte deste contexto e pretende transcender esta divisão ao propor, como método, a análise cuidadosa do texto, escrito ou oral, com instrumentais linguísticos e cotejá-la com a prática e a teoria social. Na ADC, enquanto a análise textual está relacionada ao processo de ‘descrição’ do texto e seus elementos, a análise da prática social está relacionada à ‘interpretação’ do que está sendo dito (FAIRCLOUGH, 2003).

O termo ‘crítico’, que caracteriza esta modalidade de análise de discurso, se refere ao corte sociológico das análises. A interdisciplinaridade e a heterogeneidade das abordagens utilizadas pelas ciências sociais são provenientes de pesquisas situadas, que envolvem múltiplos princípios teóricos na análise de situações e problemáticas concretas. Além disso, a análise crítica, versando sobre as relações

causais, em que iniquidades, lutas hegemônicas, relações de dominação, geralmente ocultas em algumas análises sociais, quando submetidas à análise detalhada dos textos, se evidenciam (RAMALHO & RESENDE, 2011).

Além disso, a relação linguagem e sociedade é de grande importância para as análises de discurso nesta pesquisa. Isto porque os discursos são socialmente construídos com foco nas visões particulares de mundo, provenientes da ordem social e, ao mesmo tempo, constroem o ambiente social, evidenciado o poder que tem o discurso de manter a ordem ou de transformá-la. Assim, ambos são premissas para as análises dos conceitos e dos referenciais de ideologias e hegemonia inerentes a ADC.

Os vários temas e teorias sobre a sociedade e o mundo contemporâneos trazem para a ADC importantes materiais, que embasam a interpretação dos textos analisados, e, ao mesmo tempo, trazem consigo perguntas para a análise linguística. “Em ADC, a análise linguística e a crítica social devem, necessariamente, estar inter-relacionadas: a análise linguística alimenta a crítica social, e a crítica social justifica a análise linguística” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 21). Este fato, no entanto, nos permite ir mais adiante e concluir, conforme Fairclough (2003), que o texto também produz efeitos sociais, tendo em vista seu potencial de provocar mudanças em conhecimentos, crenças, atitudes, etc. Assim, os discursos em questão alteram a realidade, assim como também são determinados por ela.

Tal conclusão evidencia a ligação entre a análise de textos aos grandes temas estudados pelas ciências sociais, sobretudo os constructos sociais, como, por exemplo, a hegemonia e a ideologia. Ideologia é, aqui, definida como representações de aspectos do mundo que podem servir de contribuição para estabelecer, manter e mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração. Como tal, pode influenciar a forma de agir, socialmente, e as identidades dos agentes sociais com duração e estabilidade que transcendem textos individuais e conjunto de textos. Nas palavras do autor:

[...] nós podemos textualmente construir (representar, imaginar, etc) os aspectos sociais do mundo de forma particular, mas se nossas representações ou constructos têm o poder de mudar essas representações depende de vários fatores contextuais – inclusive a forma com que a realidade social já é vista, quem está construindo ela e outras coisas. Assim, nós podemos aceitar em certa medida a afirmação de que os

aspectos sociais do mundo são textualmente construídos, mas não tomar isso ao extremo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9, tradução nossa)⁵⁵.

Hegemonia, por sua vez, está intimamente ligada à ideologia e se define como a liderança exercida pelo poder de uma classe socialmente e economicamente dominante que faz suas alianças para manter-se dominante. A situação é, portanto, de equilíbrio instável, em que esta liderança e as alianças são realizadas por meio da existência de uma ideologia, de um discurso dominante que busca ganhar consentimentos dos demais (FAIRCLOUGH, 2001).

Ao se tratar de texto com parte de eventos sociais, deve-se levar em conta que a análise deve refletir toda a dinâmica social. A dinâmica social leva à interação entre os processos de interpretar e de elaborar o texto, ou seja, utiliza três elementos analíticos distintos: a produção do texto, o texto em si e sua recepção. O foco da ADC, então, está na feitura dos textos ou em como os agentes sociais produzem ou “texturizam” o texto quando estabelecem relações entre seus elementos (FAIRCLOUGH, 2003).

A ADC também distingue o que é realidade do que é conhecimento sobre a realidade. Isso é especialmente relevante para que a análise de textos (e, por conseguinte, a análise de discurso) não pretenda produzir verdades, obter conclusões definitivas e objetivas/imparciais. A análise textual deve ser orientada a partir das motivações que levam a ela, e que são provenientes do objeto ou fenômeno social que se analisa. Assim, ela procura responder a determinadas questões e não a outras possíveis questões. A partir dessas motivações, procede-se a escolha das categorias analíticas que serão utilizadas para a análise textual, ou seja, esta escolha parte de pressupostos e teorias sociais ou conduzem a elas.

Conforme Ramalho e Resende (2011), o processo de análise textual, em que se investiga, a partir das categorias analíticas, traços dos modos de interagir e relacionar-se, de representar e identificar-se em práticas sociais, é sempre parcial e subjetivo. O que garante cientificidade, nessas análises, é o trabalho exploratório, ou seja, a compreensão (momento em que se descreve e se interpreta as propriedades do texto) conjugada com a explanação (momento em que o texto é considerado material

⁵⁵ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

empírico e cotejado com conceitos e teorias sociais particulares). O propósito da ADC é, assim, o de identificar as relações entre a escolha de atores sociais e grupos, com textos e eventos discursivos específicos e com questões mais amplas de cunho social.

As relações que se estabelecem entre a rede social e a rede linguística são sobrepostas, enquanto o estrato linguístico (ou semiótico) é simultâneo e, ao mesmo tempo, interdependente do estrato social. Há, para tanto, três níveis de linguagem classificados que correspondem a outros três níveis de sociedade, quais sejam (do mais genérico para o mais particular: a estrutura social = sistema semiótico, ou seja, a rede de opções léxico-gramaticais; as práticas sociais = ordens do discurso, constituem a combinação entre gênero, discurso e estilo, que, conforme a função da linguagem, são utilizados para agir e interagir (gênero); para representar aspectos do mundo (discurso), e para identificar a nós mesmos e aos outros (estilo); os eventos sociais correspondem aos textos, ou seja, o material empírico que permitirá a análise situacional/pontual de determinado objeto.

Como premissa metodológica, o material utilizado (o texto) é singular e evoca conclusões subjetivas e particularistas. Nesse sentido, e, com base na ‘ontologia da estratificação da realidade’, deve-se fazer distinção entre o que é potencial, o que é real e o que é empírico (RAMALHO e RESENDE, 2011). O potencial é o domínio das estruturas, os mecanismos e os poderes causais dos objetos, ou melhor, a potencialidade de significar, o que corresponde ao sistema semiótico e à estrutura social. O real/realizado é o que acontece, a ordem do discurso, a prática social, quando esses poderes são ativados, ou seja, os significados ou o sentido dos textos. O empírico é o mundo das experiências efetivas, parte do potencial e do realizado, experimentado por atores sociais específicos, os textos com os quais se tem contato e que são os eventos estudados.

Tendo em vista o exposto anteriormente, Bashkar (1978, *apud* RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 35) chama a atenção para o caso das falácias epistêmicas. Denominam-se falácias epistêmicas o estudo do mundo real (a prática social) feito de maneira objetiva. Isso, porque as análises do mundo real passarão, inevitavelmente, pelas experiências dos autores de pesquisa, ou seja, serão realizadas de maneira subjetiva. Além disso, quando se pretende conceber o mundo como algo formado

apenas pelo aspecto empírico, de eventos, é possível incorrer em incoerências, pois há muito mais de evento, do que de foco de pesquisa adotado, em análises realizadas pelo autor.

4.2 Discurso e representação social

Em se tratando dos efeitos construtivos dos textos, o discurso contribui para as identidades sociais, para a construção da posição do sujeito perante os demais sujeitos, para as relações sociais, representadas e negociadas, entre pessoas, indivíduos, sistemas de conhecimento e crenças. Os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Assim, eles denotam três funções da linguagem e dimensões de sentido: a) função ideacional, ou significado representacional; b) função relacional e textual, ou significado acional/relacional; e c) função identitária, ou significado identificacional. . Essas funções coexistem e se relacionam nos discursos.

Essa projeção do mundo social no linguístico poderá ser dividida da seguinte forma, para facilitar as análises: o tipo de linguagem, ligado a uma atividade social particular, que se denominará gênero; o tipo de linguagem, usado para construir algum aspecto da realidade a partir de uma perspectiva particular, que se denominará discurso; e o tipo de linguagem utilizado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com a sua identidade, que se denominará estilo.

Lembra-se, ainda, que Análise de Discurso Crítica não significa mera leitura de um texto e sua interpretação. As categorias sociais aplicadas ao texto vão guiar e sistematizar a análise do texto. Daí elas serem definidas *a posteriori*, de acordo com as características do texto e evidenciadas, a partir das questões e levantamentos da própria pesquisa, segundo Ramalho e Resende (2011).

Assim, a presente pesquisa visa estudar a cooperação internacional entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, conhecer as imagens ou as representações, utilizadas para identificar a prática social (cooperação internacional), os atores sociais em cena, como se veem uns aos outros, o propósito e as circunstâncias dessa parceria. A dialética linguagem e sociedade pressupõe a maneira como o discurso pode modificar a realidade desta prática de cooperação e como ela é influenciada pelo discurso.

Desse ponto de vista , a análise dos textos, objetos da pesquisa, será conduzida a partir do significado representacional da linguagem, o que, na ordem do discurso, corresponde ao elemento “discurso”, ou seja, trata-se de evidenciar as maneiras particulares de representar aspectos do mundo em referência. Isso se reveste de interesse particular, porque o modo como representamos o mundo, discursivamente, é também a forma como reproduzimos e transformamos as práticas sociais (RESENDE, 2009 *apud* FAIRCLOUGH, 2003).

Sobre o discurso como elemento da ordem do discurso, Fairclough (2003) discorre:

Eu vejo o discurso como a forma de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, o mundo ‘mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças e outros, e o mundo social. Aspectos particulares do mundo podem ser representados diferentemente, então, nós geralmente devemos considerar a relação entre diferentes discursos. Diferentes discursos são perspectivas diferentes do mundo, e elas estão associadas às diferentes relações que as pessoas possuem com o mundo, que, a seu turno, depende da sua posição no mundo, das identidades pessoais e sociais, e das relações sociais com outras pessoas. Discursos não somente representam o mundo como ele é (ou melhor ele acredita ser), eles são também projeção, imaginações, representações de mundos possíveis, que são diferentes do mundo de fato, e ligados à projetos de mudança do mundo em direções particulares. As relações entre diferentes discursos são as mesmas das relações entre diferentes pessoas – eles podem complementar-se um ao outro, competir um com o outro, um pode dominar as outras, etc. **Discursos constituem parte dos recursos de que as pessoas disponibilizam para se relacionarem – manter-se distantes uma da outra, cooperar, competir, dominar – e para buscar mudanças nas formas como estes discursos se relacionam.** (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124, grifo e tradução nossos)⁵⁶

De acordo com a proposta de Foucault, o gênero corresponde ao eixo do poder, o estilo ao eixo da ética e, o discurso, que nos interessa mais de perto, corresponderia ao eixo do saber (FAIRCLOUGH, 2003). Com relação ao eixo do saber, a que corresponde um dos três elementos, referidos no parágrafo anterior, o discurso estabelece que as maneiras particulares de representar a realidade pode significar o controle sobre o conhecimento, a manipulação de opiniões a respeito de determinado fenômeno social, e a influência quase ideológica e hegemônica de determinado grupo da população.

⁵⁶ Trecho da tradução original encontra-se na seção “Notas”.

O cenário do mundo capitalista, Fairclough (2003) se refere a uma reestruturação de relações, baseada na distribuição de poder, a ponto de confundir o que é autêntico com o que é resultado de tecnologia discursiva. Isso explicaria a manipulação de saberes, de espaços públicos, de meios de comunicação, de ideias em benefício de determinada visão de mundo e de determinadas imagens em benefício de maior credibilidade e melhor posição no sistema competitivo global. A distribuição desigual dos recursos discursivos é o ponto de convergência entre poder e discurso, como salientou van Dijk (2001, p. 355-356 *apud* RESENDE, 2009, p. 38): “entre muitos outros recursos, que definem a base de poder de um grupo ou instituição, o acesso ao discurso, o controle sobre ele e sobre a comunicação pública são importantes recursos simbólicos”.

Os discursos oficiais, analisados mais à frente, anunciam e reproduzem determinados discursos, vistos como representações particulares de mundo. A respeito da cooperação do Brasil, relatos obtidos, durante a entrevista com os principais atores do projeto de cooperação em questão, evidenciam quanto tais discursos oficiais estão representados na prática da cooperação.

Nesta perspectiva representacional, elegeu-se a categoria ‘representação social’ para analisar os discursos oficiais dos dois países. Com base nos achados dos estudiosos desta teoria e método, a análise textual será feita por meio de orações que podem ser analisadas a partir de três diferentes tipos de elementos: 1) processos, geralmente identificados a partir de verbos; 2) participantes/atores, a partir de sujeitos, objetos diretos ou indiretos; e 3) circunstâncias, a partir de advérbios, com destaque para tempo e espaço.

A categoria de análise intitulada ‘representação social’ de determinado evento identifica os elementos presentes, excluídos e mais proeminentes do texto, com vista a permitir ao cientista social fazer análises e aferições sobre determinada forma de se representar determinado fenômeno. Isto quer dizer que não há comparação de determinada representação com a realidade ou verdade existente. Pretende-se tão somente identificar os elementos do texto e compará-los com formas diversas de se representar o mundo. A partir dessa identificação, análises, inclusive das ciências

sociais, contribuem para a produção de hipóteses e de versões a respeito do fenômeno analisado.

5. Os discursos do Brasil e de São Tomé e Príncipe

5.1 Discurso do Brasil

A cooperação entre Brasil e São Tomé e Príncipe será o evento social analisado, e dois textos foram escolhidos para se proceder à análise de discurso: o discurso oficial brasileiro, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003, e o discurso oficial santomense, da chanceler Natália Umbelina Neves, por ocasião das comemorações do dia 7 de setembro de 2013. Apesar da diferença hierárquica entre os representantes dos países e do intervalo de tempo entre os discursos (dez anos), não houve prejuízo para as análises. Isso porque, os discursos oficiais são reveladores das visões de mundo de cada povo e governo e, também, norteadores de como cada país administra, na prática, as parcerias de cooperação. Além disso, não há registros de mudanças significativas nas orientações políticas durante este espaço de tempo.

A imagem com que o Brasil representa essa prática, a si e a São Tomé e Príncipe é o que será analisado no discurso oficial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de novembro de 2003, por ocasião de sua visita ao continente africano, notadamente a São Tomé e Príncipe.

Numa análise geral da visita do presidente àquele país, nota-se que o discurso oficial valoriza a semelhança entre São Tomé e Príncipe e o Brasil, e as relações de cooperação entre os dois países são enfatizadas. Esse evento caracterizou-se como específico e concreto e será objeto de estudo, a partir dos três elementos sugeridos pela ADC: processo, atores e circunstância.

Processo: a cooperação entre os países

A visita do ex-presidente Lula é contextualizada com propósitos claros e estratégicos, com base nos princípios da cooperação internacional. No excerto 1, a escravidão remete tanto a aproximações culturais como algo positivo, quanto às dívidas históricas, o que é mencionado com “certa tristeza”.

Excerto 1: Ao observar do alto do avião a exuberante paisagem que cobre esta ilha, não pude deixar de lembrar do Brasil. Com orgulho, ao pensar nos laços que a História forjou, nas afinidades culturais, em nosso desejo comum de traçarmos um caminho de crescente cooperação. Mas também com certa tristeza, pois São Tomé e Príncipe participou diretamente do processo de colonização do Brasil. Desta ilha partiram grandes contingentes de africanos escravizados, durante **um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade**.

Isso é o que Fairclough (2003) denominou de recontextualização, explicando que esse recurso permite que um evento caracterize e transforme outro, além de demonstrar o quão, concreta ou abstratamente, um fato social é representado ou avaliado, explicado e legitimado no discurso. Outros dois elementos recontextualizam a visita (excertos 2 e 3); o excerto 2 informa que ela se insere no cronograma de visitas do ex-presidente ao continente africano como primeira chegada na África, enfatizando o elemento de prestígio para São Tomé e Príncipe, e o excerto 3 dá mais concretude a esta aproximação, quando trata da inauguração da embaixada brasileira

Excerto 2: Por todas essas razões, é motivo de grande satisfação iniciar por este país irmão minha **primeira visita** oficial à África.

Excerto 3: Hoje tive o prazer de inaugurar oficialmente o prédio da Embaixada do Brasil [...] será um fator de aproximação, diálogo e identificação de interesses e oportunidades entre nossos dois países e povos.

Os excertos de 4 a 10 se referem à relação de cooperação de São Tomé e Príncipe com o Brasil, algumas vezes definindo, outras justificando a parceria:

Excerto 4: demonstrar solidariedade e apoio aos esforços de Vossa Excelência⁵⁷

Excerto 5: aprofundamento de nossas relações com a África

Excerto 6: constitui um dever moral e necessidade estratégica do Brasil

Excerto 7: troca de experiência

Excerto 8: desenvolver soluções inovadoras para problemas comuns

Excerto 9: fortalecer nossa capacidade de articulação nos organismos internacionais (...) responsabilidade das grandes nações em desenvolvimento

Excerto 10: deseja contribuir

⁵⁷ Por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o discurso é direcionado ao presidente santomense anfitrião.

O discurso se compromete com algumas causas, e informa o desejo de manter essa parceria, como mostra os excertos de 11 a 14:

Excerto 11: Esperamos assim contribuir para a recuperação da produtividade agrícola nas antigas roças são-tomenses.

Excerto 12: Vamos assegurar que estudantes são-tomenses possam se beneficiar de bolsas de estudo [...] em universidades brasileiras.

Excerto 13: O Brasil deseja contribuir, por meio dessas iniciativas, para perspectivas de desenvolvimento que se abrem para São Tomé e Príncipe.

Excerto 14: E aqui chego [...] para demonstrar solidariedade e apoio aos esforços de Vossa Excelência, para normalizar a situação do país e cicatrizar feridas.

No excerto 14, a utilização da metáfora ‘cicatrizar feridas’ além de aludir ao sofrimento da escravidão, remete às instabilidades e ameaças com relação à democracia. A democracia, logo depois, será mencionada como instrumento de transformação da realidade brasileira no passado. Isso circunstancia o evento.

Atores e Participantes: Brasil e São Tomé e Príncipe

Os dois principais atores sociais são impessoais (países), e específicos (Brasil e São Tomé e Príncipe), mas, por diversas vezes, são personalizados nas figuras de seus presidentes que dialogam por meio do discurso. Isto está evidente no texto com a utilização do vocativo ‘Vossa Excelência’, utilizado pelo autor do discurso, quando se dirige ao representante de São Tomé e Príncipe, como, também, por meio dos verbos conjugados na primeira pessoa, ao se referir ao Brasil, como seu legítimo representante.

No entanto, ao longo do discurso, aparecem outros participantes impessoais que são as seguintes instituições: Agência Nacional do Petróleo (ANP), os Ministérios da Saúde dos dois países, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BM), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); além de substantivos abstratos ‘a História’ e concretos ‘a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe’. Eles, apesar de não serem atores sociais, assumem papéis preponderantes no processo em

questão, seja de forma ativa, evidenciado nos excertos 15 a 18, ou passiva, no excerto 19, os quais foram extraídos do texto:

Excerto 15: Com orgulho, ao pensar nos laços que a História forjou, nas afinidades culturais [...]

Excerto 16: A Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe será um fator de aproximação, diálogo e identificação de interesses e oportunidades entre nossos dois países e povos

Excerto 17: Nossa comunidade [CPLP] tem, entre outros desafios, o de manter a paz dentro de nossas fronteiras [...] A contribuição que a CPLP pode dar nos dois casos [...]

Excerto 18: [...] missões dos Ministérios da Saúde de nossos países vão reunir-se para acertar detalhes de um projeto de cooperação ampliada a longo prazo.

Excerto 19: Esperamos poder contar com o apoio do PNUD, do Banco Mundial e também do Banco Africano de Desenvolvimento para realizar [...]

Como a cooperação é parte da política externa das nações que, por sua vez, é uma política de Estado, o Brasil aparece, por vezes, personalizado no chefe do Estado brasileiro, com verbos na primeira pessoa do singular, pois é o autor do discurso, conforme os excertos 20 e 21; por vezes, o País é objeto da oração, a que se refere o ex-presidente por meio da terceira pessoa, quando expressa a imagem que possui de seu país, conforme os excertos de 22 a 25:

Excerto 20: [...] determinei máxima prioridade ao aprofundamento de nossas relações com a África

Excerto 21: [...] estejam certos que contarão com o apoio integral do Brasil

Excerto 22: Presidente, o Brasil deseja contribuir

Excerto 23: Ao observar do alto do avião a exuberante paisagem que cobre esta ilha, não pude deixar de me lembrar do Brasil

Excerto 24: Países como o Brasil não podem ficar alheios à situação dos países de menor desenvolvimento relativo

Excerto 25: Isso [aprofundamento das relações com a África] constitui um dever moral e uma necessidade estratégica do Brasil

O autor do discurso utiliza, por vezes, verbos com conjugação em primeira pessoa do singular, para falar dele ou do Brasil, como nos excertos citados. No entanto, por vezes, verbos na primeira pessoa do plural são também empregados para

abranjer São Tomé e Príncipe e os países do Sul, nos excertos de 26 a 28, e o coletivo de Brasil (o povo brasileiro, as instituições), nos excertos de 29 a 32.

Excerto 26: [...] em **nosso desejo** comum de traçarmos um caminho de crescente cooperação

Excerto 27: [...] **precisamos** fortalecer nossa capacidade de articulação nos organismos internacionais

Excerto 28: [...] **trataremos** de modernizar e ampliar nossas ações de cooperação

Excerto 29: Com este ano [inauguração da embaixada] **sanamos** uma séria lacuna

Excerto 30: Nestes poucos meses de funcionamento de nossa representação, já **pudemos identificar** novas e promissoras áreas de cooperação

Excerto 31: **Vamos assegurar** que estudantes são-tomenses possam se beneficiar de bolsas de estudo

Excerto 32: **Esperamos** assim contribuir para a recuperação da produtividade agrícola

No discurso, o Brasil é apresentado predominantemente como sujeito ativo nas orações, enquanto São Tomé e Príncipe é, na maioria das vezes, um participante passivo e circunstanciado. De certa forma, isso é esperado, ao se considerar que o discurso do Brasil é dirigido ao presidente de São Tomé e Príncipe. No entanto, nas várias ocorrências, o substantivo ‘São Tomé e Príncipe’ refere-se a um ator passivo, alvo das ações da comunidade internacional, como nos excertos 33 e 34, e a um ator circunstanciado, citado no âmbito de fenômenos (conflitos armados), de momentos históricos (escravidão, instabilidade política) e de características conceituais (presença de embaixadas, visita do presidente, presentes nos excertos de 35 a 37:

Excerto 33: Temos o compromisso de, a partir de 2005, ampliar sensivelmente o número de vagas e bolsas e de bolsas de estudo em áreas prioritárias para **São Tomé e Príncipe**.

Excerto 34: Passamos [os membros da CPLP] recentemente por mais dois testes importantes aqui mesmo em **São Tomé** e, mais recentemente, na Guiné Bissau. A contribuição que a CPLP pode dar nos dois casos confirmou sua vocação para a busca de soluções pacíficas de conflitos.

Excerto 35: Mas com certa tristeza, pois **São Tomé e Príncipe** participou diretamente do processo de colonização do Brasil. Desta ilha partiram grandes

contingentes de africanos escravizados, durante um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade.

Excerto 36: [...] sei que chego a **São Tomé e Príncipe** num momento decisivo de sua história, quando o povo são-tomense repudiou uma tentativa de subverter a ordem democrática e constitucional.

Excerto 37: [...] já que **São Tomé e Príncipe** era o único membro da CPLP no qual não contávamos com uma Embaixada residente.

Quando o autor aborda a presença dos dois países no cenário internacional, ora menciona os dois países no mesmo grupo, o de países que enfrentam problemas comuns e que possuem desafios no tocante ao desenvolvimento humano, como no excertos 38, 39 e 40; ora utiliza a classificação que separa os países em dois blocos distintos: o das grandes nações em desenvolvimento, e o dos países de menor desenvolvimento relativo, como nos excertos 41 e 42:

Excerto 38: O imenso desafio de promover a inclusão e a equidade social nos aproxima.

Excerto 39: Precisamos estender a todos os benefícios da cidadania plena, garantir o exercício de todos os direitos humanos. Não apenas políticos, mas também os sociais e econômicos.

Excerto 40: Temos muito a aprender com a troca de experiência. Podemos desenvolver soluções inovadoras para problemas comuns.

Excerto 41: ao tomar posse como Presidente, no início deste ano, determinei máxima prioridade ao aprofundamento de nossas relações com a África. Tenho repetido que isso constitui um dever moral e uma necessidade estratégica do Brasil.

Excerto 42: tenho insistido na questão da responsabilidade das grandes nações em desenvolvimento. Países como o Brasil não podem ficar alheios à situação dos países de menor desenvolvimento relativo. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem ter políticas solidárias e fraternas em favor das nações mais necessitadas. [...] Posso assegurar que as necessidades de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe serão uma das prioridades neste contexto.

Circunstâncias: contexto temporal e espacial da cooperação

Algumas construções de espaço e tempo podem ser identificadas nas representações do Brasil e influenciam esta parceria de cooperação. A conquista da estabilidade política por meio da democracia, por exemplo, aparece como elemento legitimador desta cooperação e, para tanto, sinaliza para uma ordem cronológica de

eventos favoráveis ao Brasil, país em posição superior de maturidade. Isso porque, os eventos da história política dos dois países (no Brasil, a ditadura militar que chegou ao poder por golpe de Estado na década de 1960) e, (em São Tomé e Príncipe, os sucessivos golpes de Estado que caracterizam a II República desde a década de 1990 e se estende até o momento presente no texto) colocam-nos em diferentes níveis do processo de consolidação democrática e amadurecimento político, conforme excertos 43, 44 e 45, que circunstanciam temporalmente aquele País em contraposição ao excerto 46 que caracteriza o Brasil do passado. Essa circunstância temporal, linearmente, coloca o Brasil na frente de São Tomé e Príncipe e atinge as relações de cooperação que ambos os países pretendem estabelecer.

Excerto 43: sei que chego a São Tomé e Príncipe num momento decisivo de sua história, quando o povo são-tomense repudiou tentativa de subverter a ordem democrática e constitucional.

Excerto 44: a disposição imediata dos líderes africanos de buscar soluções no contexto regional e continental às recentes ameaças à democracia do continente é sinal de crescente maturidade política da África.

Excerto 45: Estou certo de que Vossa Excelência saberá guiar com sabedoria e segurança a sociedade são-tomense rumo à consolidação do regime democrático.

Excerto 46: Naquele tempo, sofríamos ainda com a violência de uma ditadura que durou vinte anos. Quando, em 1980, ainda sob um regime autoritário [...] elegemos a busca da convergência de diálogo, a democracia como instrumento de transformação de nossa realidade.

O texto está localizado no tempo da ascensão dos países do Sul que reivindicam maior poder nas concertações globais e a utilização de modelos alternativos de desenvolvimento, contrapondo-se ao bloco dos países-potências, visto nos excertos de 47 a 50.

Excerto 47: Podemos desenvolver **soluções inovadoras** para problemas comuns.

Excerto 48: é necessária uma **nova aliança mundial** contra a exclusão social.

Excerto 49: [...] Para isso, precisamos **fortalecer nossa capacidade de articulação** nos organismos internacionais. Devemos lutar para valorizar o multilateralismo, que está para as relações internacionais como a democracia para o plano nacional.

Excerto 50: [NEPAD] é um compromisso da sociedade africana de assumir a responsabilidade por seu destino e buscar **soluções próprias** para os desafios

Os constructos de tempo-espaço delineiam as propostas de cooperação e podem ser facilmente identificados no texto e nos classificados, segundo as categorias passado, presente e futuro. Os fatos históricos, os tempos verbais e as demais expressões temporais estão explicitados da seguinte forma: nos excertos de 51 a 53, evidenciam o passado colonial vivenciado por ambos os países, que os aproxima; nos excertos de 54 a 56, tratam do presente que permite o reconhecimento de aproximações e da declaração de interesses; e, nos excertos de 57 a 61, antecipa o futuro, nas promessas de iniciativas de cooperação (explicitamente mencionados nas áreas da agricultura, da educação, do petróleo e da saúde).

Excerto 51: Pensar nos laços que a História **forjou** [...]

Excerto 52: São Tomé e Príncipe **participou** diretamente do processo de colonização do Brasil

Excerto 53: Desta ilha, **partiram** grandes contingentes de africanos escravizados, durante um dos **capítulos** mais sangrentos **da história** da humanidade.

Excerto 54: **Hoje**, na África, como na América do Sul, o respeito à democracia é um valor inquestionável

Excerto 55: Há outro elo que **une** nossos povos. Refiro-me ao nosso idioma comum, português.

Excerto 56: **Hoje** tive o prazer de inaugurar oficialmente o prédio da Embaixada do Brasil, a primeira missão diplomática criada em meu Governo.

Excerto 57: **Estamos expandindo** o apoio brasileiro ao Programa Bolsa-Escola, que, de 100 famílias **passará** a atender 400 famílias”.

Excerto 58: Já em 2004, **chegarão** ao Brasil os primeiros estudantes são-tomenses para frequentar nossas universidades.

Excerto 59: [...] o Ministro da Agricultura, que **deverá visitar** o Brasil, o início da cooperação na área de cooperativas agrícola e de pesca.

Excerto 60: Na área da saúde pública, assinamos o protocolo de intenções. **Vamos cobrir** áreas essenciais como o combate ao SIDA, à malária e a capacitação e o treinamento de pessoal.

Excerto 61: O Brasil **participará** com orgulho dessa iniciativa [cooperação na área petrolífera com Petrobrás e ANP] que me fez recordar a experiência de meu país na luta para assegurar que nossas riquezas naturais estivessem a serviço do desenvolvimento nacional.

5.2 Discurso de São Tomé Príncipe

Por razões de força maior, tendo em vista a debilidade da documentação encontrada durante a pesquisa de campo em São Tomé e Príncipe, não se realizou análise mais equilibrada e equitativa dos discursos oficiais dos dois países. Isso poderia ter sido feito com a posse do discurso oficial do ex-presidente santomense, Fradique de Menezes, contemporâneo do ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. O discurso oficial de São Tomé e Príncipe analisado, entretanto, que foi disponibilizado em resposta à solicitação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC) foi aquele da atual chanceler santomense.

No discurso oficial da chanceler santomense, Natália Umbelina Neves, traz poucos elementos para análise de discurso, porque quando menciona a cooperação brasileira, o faz de forma geral e breve. Nesse sentido, pode-se tirar algumas conclusões de ordem geral a partir do discurso oficial proferido pela Ministra do MNECC por ocasião das celebrações em homenagem à independência do Brasil no dia 7 de setembro de 2013 e dirigido ao embaixador brasileiro naquele País.

No texto do discurso analisado, ao governo do Brasil é atribuída a imagem de país-irmão, parceiro de longa data, de longa história e de língua em comum, país que foi eleito um dos parceiros estratégicos pela política externa santomense, com o qual São Tomé e Príncipe desenvolve uma cooperação intensa e exemplar, baseada no setor social. Informa-se, ainda, a intenção do governo atual de São Tomé e Príncipe em abrir representação diplomática em Brasília, com o objetivo de reforçar as relações de cooperação.

De toda forma, a impossibilidade de analisar um discurso oficial mais completo é contrabalanceada pelas várias observações colhidas durante as entrevistas informais com os principais atores santomenses do projeto de cooperação apreciados.

5.3 Outros discursos: entrevistas

Entrevistas foram realizadas de maneira informal, com o propósito de fazer com que os atores consultados, não identificados, revelassem como percebem a cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe. Portanto, os registros não se

constituíram em textos que pudessem se submeter às análises propostas pela ADC. As entrevistas apontadas foram realizadas com seus principais atores, tanto brasileiros, quanto santomenses, tanto instituições coordenadoras (MINEC e MRE), quanto instituições implementadoras (MSAS e MS) dos dois países.

As entrevistas foram realizadas na modalidade ‘entrevista aberta’, e se constituíram de uma única pergunta, a saber: *Quais são as características próprias dessa cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe?* As anotações a partir das respostas dadas foram mescladas com anotações sobre impressões da entrevista, conforme orientações de Flick (2007) que aconselha:

Imediatamente após a conclusão da entrevista, o entrevistador deve anotar suas impressões a respeito da comunicação, do entrevistado enquanto pessoa, dele mesmo e de seu comportamento na situação de entrevista, das influências externas, da sala na qual a entrevista ocorreu. Dessa forma, documentam-se as informações extraídas do contexto que possam ser instrutivas. (FLICK, 2007)

Algumas expressões e ideias mais reveladoras, com relação à maneira com que os entrevistados representaram essa cooperação, estão reproduzidas em dois blocos: os entrevistados brasileiros e os entrevistados santomenses. Não se trata de transcrição *ipsis litteris*, fiel às palavras e ao tom utilizado, mas de registros das ideias que foram manifestadas durante a entrevista por parte dos entrevistados com o pesquisador.

Os entrevistados santomenses representaram a cooperação com o Brasil por meio das seguintes ideias, cujas expressões e palavras mais significativas encontram-se destacadas:

Estabelece **relacionamentos mais abertos, amigáveis, profundos** e com pessoas mais engajadas e confiáveis, talvez em decorrência de, também, ser esta uma característica da cultura brasileira.

Cooperação mais flexível e facilidade de se operacionalizar.

Dispõe de seus próprios técnicos e especialistas, em lugar de contratar consultores, o que faz com que os treinamentos sejam, também, **troca de experiência, compartilhamento de conhecimentos.**

Materiais e instrumentos são maior facilidade de se adequar a São Tomé e Príncipe, considerando a língua, ou a proximidade das realidades.

Bom relacionamento entre os técnicos estabeleceu a **flexibilidade durante a execução das atividades, pela parceria sem cobranças**, como ocorre com o Fundo Global, e, ao mesmo tempo, os objetivos são traçados conjuntamente.

A cultura brasileira e sua **facilidade de interagir**, em base mais igualitária, é fator citado como algo positivo, para a negociação de parceria.

Tipo de parceria que “ensina a pescar e não a dar o peixe”, pois é assim que se faz crescer.

O Brasil mostra sua experiência, mas **não é impositivo**.

Quanto à **cooperação com o Brasil, salienta-se o fato de esta ser "ativa"**. O Brasil aparece como país desprovido do conceito de país colonizador, o que dá, sem dúvidas, um tom diferente à cooperação brasileira.

A cooperação com o Brasil é pragmática e beneficia diretamente a população de São Tomé e Príncipe, pois está muito focada no combate à pobreza.

A cooperação com o Brasil é muito frutífera em todos os níveis, e traz à lembrança a educação com a horta escolar, a defesa, a saúde pública, o Centro de Formação Técnica do SENAI, prestes a entrar em funcionamento.

O Brasil é citado como um **bom parceiro**, de posições muito favoráveis, adotadas em benefício de São Tomé e Príncipe, como de outros países africanos, nos fóruns internacionais.

O Brasil quer ajudar os mais fracos, como acontece, por exemplo, no Acordo Multilateral da Previdência Social, definido como **cooperação mais justa que chega ao povo**. O apoio que o Brasil estava dando a São Tomé e Príncipe, para a adoção do salário mínimo, por ora está, infelizmente, em banho-maria.

Os registros sobre a forma de os entrevistados brasileiros representarem a cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe focalizaram, sobretudo, a cooperação brasileira e o papel do Brasil no cenário da cooperação Sul-Sul e nem tanto a parceria com São Tomé e Príncipe. Isso porque, além de responderem à pergunta com reflexões críticas, responsabilizando o governo brasileiro pelos insucessos da cooperação, os brasileiros se mostraram mais autocríticos com relação a essa parceria. Elas estão expressas a seguir:

A cooperação, de fato, ocorre **sem fins lucrativos e não vincula compromissos a estas parcerias**.

O discurso deve estar vinculado, sim, com a prática, e não pode perder, de verdade, a imagem de solidariedade, para camuflar interesses na parceria, que nem sempre são negativos, pois, também, podem convergir.

Troca íntegra; semelhança de realidade, de percepção; humildade; problemas comuns.

O Brasil é visto positivamente, como melhor, como exemplo, como país poderoso e admirável. O jeito de ser do brasileiro deixa os parceiros estrangeiros mais à vontade

A postura com relação a São Tomé e Príncipe é igual àquela que se adota com relação a um Estado ou Município brasileiro, ou seja, **de auxílio na implementação de ações** que são de responsabilidade e de **autonomia deles**, com vistas a atingir metas e obter melhores objetivos.

6. Considerações finais do capítulo

Em decorrência da impossibilidade de se tratar a cooperação Sul-Sul como algo homogêneo, uma vez que um dos desafios apontados pela emergência dessa nova tendência da cooperação internacional é a debilidade em torno dos conceitos, métodos e metodologias utilizados, essa pesquisa tratou de realizar estudo de caso sobre a cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe na modalidade da cooperação técnica. Assim, deve-se esclarecer que todas as conclusões obtidas e mencionadas como cooperação Sul-Sul partiram do referencial de análise do contexto brasileiro, e foram realizadas acerca da parceria com São Tomé e Príncipe no tocante à tuberculose.

Sobretudo no que refere à cooperação com a África, conforme apontado, há dois movimentos importantes de se considerar: a valorização dos laços criados entre os países latino-americanos e os africanos, haja vista a diáspora africana vivida com a escravidão do século XV, e a existência de preconceitos de atraso e de incapacidade dos africanos em conduzir seu próprio desenvolvimento. Ambos os movimentos são percebidos no mito do desenvolvimento, em que este é concebido por meio de uma trajetória linear e evolutiva, além de universal, onde se encontram países mais à frente e países mais atrás, corroborando a prática assistencialista da cooperação.

Boas referências à cooperação Sul-Sul do Brasil convergem para o discurso oficial do ex-presidente brasileiro conforme analisado. As várias áreas de cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, e a intensificação desta aproximação notabilizam-se na política externa dos dois agentes e nas orientações para o estabelecimento de cooperação mútua. Ainda que os discursos oficiais e não oficiais demonstrem a classificação desses dois países do Sul em grupos diferentes (um de países emergentes e outro de países menos desenvolvidos), a aproximação cultural e

histórica entre as ações ligadas ao governo, envolvendo cooperação, o resultado são os relacionamentos mais fundamentados em valores humanísticos e multiculturais.

São dignos de nota, também os relatos e narrativas do ex-chanceler brasileiro, Celso Amorim, relativa à aproximação da política externa às percepções da população brasileira. Ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política externa orientada para relações com países africanos serviu aos anseios das novas políticas do País com repeito à afirmação da população afrodescendente brasileira. As “estórias” apontadas por Amorim, de cunho mais intimistas, são reveladoras de uma política externa mais “popular”, que encontra eco nas tomadas de consciência dos africanos concernente à própria realidade, importante contexto para mais horizontalidade nos relacionamentos de cooperação técnica.

A forma como foi conduzida a técnica das entrevistas abertas (não estruturadas) com os principais atores dos projetos mostrou-se inoperante para obter representações mais fidedignas quanto ao Brasil no campo da cooperação Sul-Sul. Suspeita-se que se os encontros com os atores santomenses não tivessem sido intermediados pelo apoio da embaixada local brasileira e do Ministério da Saúde do Brasil, bem como se as entrevistas tivessem sido conduzidas em grupo (grupo focal) abrangendo outros tipos de atores, as evidências teriam sido mais producentes, no tocante às “reais” características do Brasil, no cenário da cooperação Sul-Sul. No entanto, a entrada em campo só foi possível com essa intermediação.

Nota-se, ainda, que os entrevistados brasileiros e os santomenses distinguem-se em duas categorias: os receptores e os doadores da cooperação. Os depoimentos colhidos indicaram que os brasileiros foram bastante autocríticos, revelando o quanto se sentem responsáveis pelos insucessos da parceria de cooperação, enquanto que os santomenses mostraram-se mais comedidos nas críticas e, mais enfatizaram o lado positivo dessa parceria. Essa percepção é reveladora de como, não apenas nos discursos oficiais, a postura é de assimetria de poder, mas também nos discursos dos vários atores em campo. Existe acentuada distinção entre o que é o “exemplo” brasileiro e o que é o caso real santomense, relativamente a determinada temática, aqui entendida como o combate à tuberculose.

CAPITULO IV

A Cooperação Internacional do Brasil com São Tomé e Príncipe: a prática social da parceria para o combate à tuberculose

Há grandes dificuldades em dar concretude a parcerias que reflitam os princípios dos compromissos internacionais e discursos oficiais. Sobretudo no tocante a essa nova tendência da cooperação internacional. Sabe-se dos desafios em não apenas melhor definir os conceitos que estão em questão, seus objetivos e métodos, mas, ainda, em aplicar na prática cotidiana os princípios da horizontalidade, da interculturalidade e da aproximação entre as distintas realidades que compõem o grupo de países do Sul.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou não apenas discutir a cooperação Sul-Sul a partir do campo ideológico, mas analisar criticamente determinada parceria de cooperação técnica. Dessa forma, não apenas os marcos políticos, jurídicos e operacionais, além dos discursos oficiais, seriam levados em consideração, mas também a observação empírica da execução do projeto. A metodologia do estudo de caso permitiu, assim, obter dados do contexto em questão e cotejá-los com os elementos do mundo ideológico.

Para tanto, esclarece-se que não se trata de realizar a avaliação de projeto, mas a análise crítica sobre essa parceria de cooperação, no âmbito da discussão da cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional. A avaliação de projeto de Cooperação Técnica Internacional (CTI) possui metodologia própria, conta com profissionais da área de gestão de projetos e possui o objetivo de colher dados sobre a efetividade do projeto, sua sustentabilidade e razoabilidade na gestão de recursos. Essa análise crítica, em contrapartida, foi feita com base nas metodologias de observação participante e está embasada pela discussão teórica-conceitual, do mundo científico, a respeito da gestão da cooperação internacional à luz da prática cotidiana de execução do projeto e dos propósitos da Cooperação Sul-Sul.

Em especial, o combate à tuberculose, razão do projeto de cooperação técnica em apreço, está contextualizado nesse capítulo por meio dos desafios e da situação dessa doença no mundo. Apresenta-se, também, de forma breve a discussão atual a

respeito da cooperação Sul-Sul em saúde desenvolvida pelo Brasil, com o fim de melhor subsidiar as análises sobre a prática do projeto de cooperação apreciado. Com isso, enquadram-se as análises empíricas dessa pesquisa no domínio da cooperação Sul-Sul em saúde pública, tema tão caro às discussões concernente ao desenvolvimento humano e tão presente na pauta da CSS do Brasil.

Parte da agenda global, a tuberculose é considerada uma doença negligenciada e de populações negligenciadas, o que a coloca no centro das discussões sobre os determinantes sociais da saúde e, portanto, das discussões concernentes aos países em desenvolvimento.

No contexto da cooperação Sul-Sul, a saúde pública não pode receber tratamento menos acurado em análises de teor crítico. A cooperação Sul-Sul em saúde tem sido tema crescentemente debatido no Brasil pela sua grande participação na pauta de cooperação técnica do País. Conforme informa a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no período de 2003 a 2012, a saúde foi responsável por 16% de todos os projetos de cooperação técnica com países em desenvolvimento, atrás somente do tema da agricultura, com 19% (BRASIL, 2013). Isso contextualiza a cooperação para o combate à tuberculose, que é parte da cooperação em saúde e está eminentemente ligada à promoção das capacidades humanas “na esperança de que seja um dos caminhos mais seguros para lograr o desenvolvimento sustentável, a elevação do nível e da qualidade de vida das populações com mais justiça social” (BRASIL, 2014).

Além disso, as experiências exitosas do Brasil quanto aos investimentos em pesquisas, desenvolvimento tecnológico e políticas governamentais em saúde, por meio do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), permite ao País servir como base de apoio para a troca de experiência com outros países do Sul. Conforme a ABC, a CSS do Brasil se faz pela transferência de conhecimentos técnicos e experiência do Brasil, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos, uma vez que a missão da cooperação do Brasil com países em desenvolvimento explicita:

O Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções imaginativas que podem ser aplicados em países com carência de recursos e de "know-how". A estratégia maior da cooperação técnica prestada pelo Brasil, que não é assistencialista, não tem fins lucrativos nem

pretensões comerciais e está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção de conhecimentos sejam efetivas. (BRASIL, 2014)

1. A tuberculose: questão de desenvolvimento humano

A tuberculose é uma das doenças que mais causam preocupação no atual contexto mundial. Daí, ela fazer parte de uma das cinco metas do objetivo de número 6 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: “combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças” em que a tuberculose está inserida⁵⁸. Ela é, também, objeto de diversas iniciativas por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo Global, instituição financeira internacional, criada para o combate das três pandemias globais que assolam, sobretudo, os países em desenvolvimento: malária, HIV/Aids e tuberculose. Ambas estão presentes no Brasil e em São Tomé e Príncipe.

Duas abordagens distintas apresentam a tuberculose como problema de saúde pública global: a biológica-medicinal e a psicossocial. Para esta última busca-se o entendimento contemporâneo a respeito das representações sociais dos conceitos ‘saúde’ e ‘doença’ e, também, dos determinantes sociais da saúde. Acredita-se que ambas apresentam-se como avanços importantes na atual governança global.

1.1 Abordagem biológica-medicinal

A tuberculose é uma doença infecciosa causada pelo tipo de bactéria denominada bacilo de Koch, em homenagem ao seu descobridor, o cientista alemão Robert Koch, em 1882. Ela é uma das doenças mais antigas da civilização humana e afeta, principalmente, os pulmões, dando nome ao tipo mais recorrente da doença: a tuberculose pulmonar, que é o mais preocupante para a saúde pública, considerando sua forma de transmissão pelas vias aéreas, ou seja, propagada por gotículas de espirros e tosses da pessoa infectada. Estima-se que cada infectado com a bactéria atinja em média 10 ou 15 pessoas, até que se detecte a doença, quando medidas necessárias para sua cura serão adotadas, e sua transmissão interrompida. Entretanto,

⁵⁸ A meta número 4 das 5 previstas para esse objetivo assim estabelece “Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose” e um dos dois indicadores estipula “Incidência e taxa de incidência de tuberculose (de todas as formas, pulmonar e pulmonar bacilífera), por ano de notificação”. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM6.aspx>. Acesso em março de 2014.

a tuberculose pode afetar também outros órgãos do corpo humano, em casos mais sérios da doença (OMS, 2013).

Segundo informa a OMS, um terço das pessoas no mundo possui a Tuberculose latente, o que significa que pessoas que foram infectadas com a bactéria, mas que não manifestaram a doença, embora não sejam transmissores, podem manifestá-la a qualquer momento. No entanto, a propensão de que tais pessoas desenvolvam a doença é de 10%, e aquelas que tiverem o sistema imunológico debilitado e comprometido por má-nutrição, HIV/AIDS, diabetes ou fumantes têm maiores chances de apresentar a doença (OMS, 2013).

A tuberculose (Tb) é detectada por meio do exame de escarro, da baciloscopia ou exame de cultura, da radiografia do tórax, do histórico médico dos sintomas da doença. Dentre os sinais e sintomas citam-se: a tosse intensa e prolongada por três ou mais semanas, dor no peito, hemoptise (expectoração sanguínea na tosse), exposição anterior à doença ou a fatores de risco demográfico e clínico, como no caso das pessoas com HIV/Aids, pessoas privadas de liberdade, e em situação de rua (OMS, 2013).

As medidas mais apropriadas de prevenção e combate à tuberculose são o diagnóstico precoce e o tratamento do paciente até sua cura. Outras medidas são a vacina BCG (Bacilo de Calmette Guerin) que é indicada para crianças de 0 a 4 anos de idade.

O tratamento da tuberculose ativa, conforme recomendado pela OMS desde 1995, tem sido oferecido gratuitamente por vários serviços de saúde pública, notadamente o do Brasil e o de São Tomé e Príncipe. O tratamento, em geral, é constituído de procedimento padrão que determina doses diárias, ao longo de seis meses, de cinco medicamentos anti-tuberculostáticos, que devem ser ministrados juntamente com informação, supervisão e apoio do profissional de saúde ou pessoa treinada para tanto. O tratamento é indicado de acordo com a avaliação clínica e os exames laboratoriais que acusarão o histórico do doente. Esses exames classificam os novos casos e os transferidos ou previamente tratados, com os respectivos resultados. Esse procedimento serve para a identificação do paciente que apresenta resistência aos medicamentos, denominado de paciente multidroga resistente de tuberculose

(MDR-TB). Além disso, o paciente com o HIV/AIDS também deve ser prontamente reconhecido para decisão do tratamento mais adequado.

A falta de adesão, o abandono e o uso irregular dos medicamentos podem causar resistência dos bacilos ao tratamento. No caso de resistência aos principais medicamentos utilizados, como, por exemplo, do paciente multi-droga-resistente que pode resistir à rifampicina e à isoniazida, terá de ser submetido a um tratamento mais longo de 18 a 24 meses.

O tratamento da tuberculose pode significar enormes desafios de saúde pública. Isso porque, o abandono ou uso irregular dos medicamentos podem resultar inócuos ao tratamento por parte de determinados pacientes, e a identificação desses doentes de Tb ativa implica em realizar a avaliação de contatos dessa pessoa para identifica-los, o que é denominado de caso índice. Por isso, a necessidade de listar as pessoas de contatos, de convivência e respectivas idades e contextos. A avaliação do grau de exposição do contato é individualizada, considerando-se, portanto, a forma da doença, o ambiente e o tempo de exposição.

Na maior parte dos casos, a tuberculose é tratada ambulatorialmente, num centro de saúde, sem necessidade de internação. A diferença do tratamento da tuberculose para o de outra infecção bacteriológica é o fato de ser longo e com obrigação de ser seguido rigorosamente, caso contrário há grande prejuízo para a saúde do doente e para a população em geral. Isso justifica o acompanhamento de profissional de saúde e não, simplesmente, a aplicação de medicação com antibióticos regular, em que o paciente assume os riscos decorrentes da má-ministração de medicamentos.

Após inúmeras experiências bem sucedidas, a Organização Mundial da Saúde, desde 1995, recomenda o ‘tratamento diretamente observado’ (TDO), também conhecido pela sigla DOTS (em inglês *Directly Observed Treatment Short Course*). O TDO pressupõe 4 estratégias principais: 1) compromisso político por parte dos governos; 2) melhoria dos laboratórios; 3) garantia de medicamentos de boa qualidade; 4) sistema de informações, para documentar o progresso e a falência dos tratamentos individuais e do programa. Posteriormente, uma quinta estratégia foi acrescida: 5) tratamento realizado com a supervisão de uma terceira pessoa,

independente e treinada (acompanhamento profissional). Essa quinta estratégia foi introduzida quando se observou a falta de engajamento e de conscientização dos próprios pacientes. No Brasil, deve-se mencionar a humanização do sistema de saúde que deu a essa estratégia características ainda mais eficientes, como mencionado mais adiante.

Algumas exceções, no entanto, requerem a hospitalização, como é o caso da tuberculose meningoencefálica e a tuberculose proveniente de outras doenças. A hospitalização de pacientes da Tb ativa ocorre a partir da demanda de internação, ou seja, quando houver efeitos adversos provocados por medicamentos, apropriados a pessoas com alguma vulnerabilidade social, como é o caso daquelas em situação de rua, alcoolizadas e usuárias de drogas, ou quando houver necessidade de realização de cirurgia.

O tratamento medicinal está previsto de acordo com os seguintes esquemas, referentes a casos novos, mediante o esquema básico; tuberculose meningoencefálica; esquemas especiais ou padronizados para multirresistências. Estes últimos são individualizados, mediante resultado de teste de sensibilidade. O esquema básico e mais recorrente prevê a administração, em doses fixas, de comprimidos de quatro medicamentos de primeira linha: Rifampicina (R), Isoniazida (H), Pirazinamida (Z), Etambutol (E) (OMS, 2013; BRASIL, 2011).

1.2 Abordagem psicossocial

A tuberculose, como doença, está permeada de mitos, estigmas, conhecimentos tradicionais, intimamente relacionados com as representações sociais das diferentes sociedades e épocas da humanidade. Com a finalidade de melhor entendê-la e visualizá-la como desafio à saúde coletiva e pública dos países, algumas discussões são de grande importância para pensar a provisão de serviços de saúde e as medidas que garantam as condições mínimas para o bem-estar de sua população, minimizando as determinações da doença.

Essas práticas, devem se iniciar pela própria compreensão do conceito de doença. Segundo Minayo (2010), toda doença é sinônimo de infelicidade individual e coletiva, pois é tida como o rompimento do ser humano com limites estabelecidos

pelas normas e regras da sociedade. A saúde, em contrapartida, é o bem-estar e a felicidade, o ‘silêncio do corpo’, a linguagem preferida da harmonia e do equilíbrio entre o indivíduo, a sociedade e seu ecossistema. Nesse sentido, o conceito de saúde, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), é o estado de completo bem-estar físico mental e social dos indivíduos, não meramente a ausência de doenças.⁵⁹

O binômio saúde e doença, como fenômeno social, assume significados múltiplos. Todos os entendimentos sobre ambas as palavras provêm, não apenas de estudos científicos e de experiências de especialistas, como cientistas, médicos e curandeiros, mas também das vivências do dia-a-dia das pessoas, expressas por meio dos entendimentos do senso-comum. O conhecimento popular acerca das doenças visa, não apenas a cura do mal, mas, ainda, como busca das causas endógenas e exógenas para os padecimentos e, por isso, podem ser de grande utilidade nos estudos sobre determinadas doenças em sociedades específicas.

Nesse sentido, esta abordagem psicossocial remete tanto a questões ligadas às representações sociais da tuberculose, quanto às determinações sociais delas. Ambas as abordagens provêm de estudiosos sociais (sociólogos e antropólogos, sobretudo) que as consideram oportunidades de se compreender as ações humanas, as relações entre indivíduos e a sociedade das instituições e de seus mecanismos de direção e controle. Minayo (2010) comenta a esse respeito:

Portanto, a partir das Ciências Sociais pode-se dizer que há uma ordem de significações culturais mais abrangentes que informa o olhar lançado sobre o corpo que adoce e que morre. A linguagem da doença não é, em primeiro lugar, linguagem em relação ao corpo, mas linguagem que se dirige à sociedade e às relações sociais de forma histórica. Seja qual for a dinâmica efetiva do “ficar doente”, no plano das representações, o indivíduo julga seu estado, não apenas por manifestações intrínsecas, mas a partir de seus efeitos: ele busca no médico (ou no correspondente a ele em cada sociedade) a legitimidade da definição de sua situação. Dessa situação legitimada, ele retira atitudes e comportamentos em relação a seu estado e assim se torna doente para o outro, ou seja, para a sociedade (MINAYO, 2010, p. 241).

⁵⁹ Informação disponível em: <http://www.who.int/about/definition/en/print.html> Acesso em fevereiro de 2014.

1.3 Representações sociais e determinantes sociais da saúde

A expressão ‘doença-metáfora’ ampara os entendimentos sobre as representações sociais e os determinantes sociais da saúde, além de caracterizar a tuberculose. Segundo Minayo (2010 *apud* SONTAG, 1984) as enfermidades, alvos da sociedade e da medicina por ensejarem catástrofes, são denominadas ‘doenças-metáfora’. Essas, geralmente, possuem longa história de desenvolvimento e de envolvimento com o imaginário social e, portanto, mobilizam forças que suscitam medo e proscricção na sociedade. Dentro desse grupo de doenças está a tuberculose, que foi enquadrada, no século XIX, mas que, mesmo diante dos avanços obtidos com os medicamentos e a estratégia TDO, continua no grupo perverso, devido à co-infecção com o HIV/Aids.

Rosa (2007 *apud* TAKAHASHI & SHIMA, 2004) afirma que o imaginário coletivo sobre a tuberculose e o tuberculoso é recheado de visões que foram, sucessivamente, construídas, em cada momento histórico da humanidade, e modificado por influência das transformações sociais ocorridas. De castigo divino, dado pelo povo hebreu, a tuberculose foi denominada de flagelo social até o início do século XX. A descoberta de tratamento para a doença, a partir de 1882, fez com que ela não fosse mais considerada mortal e, portanto, deixasse de povoar o imaginário social, perdendo tais denominações e grande parte dos aspectos míticos.

Nessa segunda fase, a tuberculose passa a ser associada à pobreza, à privação, à falta de vestuário, à magreza do corpo, à higiene deficiente, à alimentação inadequada. Até mesmo a falta de caráter caracteriza a pessoa tuberculosa, alguém essencialmente vulnerável e considerado como ameaça social, em decorrência do grau de transmissão da doença. Isso provocou modificações no comportamento das pessoas e da sociedade quanto a doença, a ponto de levar o doente à rejeição e ao isolamento pelo medo, pela discriminação e proscricção social, o que impactava sobremaneira as dificuldades, tanto clínicas, quanto sociais, em torno dela (ROSA, 2007 *apud* TAKAHASHI & SHIMA, 2004).

Atualmente, a despeito de todos os avanços nos serviços e no conhecimento dessa enfermidade, no âmbito dos sistemas de saúde pública, quando se fala em tuberculose há associações com outros males, relacionados a fatores de exclusão

social. Rosa (2007) faz um breve percurso na literatura, a respeito da exclusão social, e comenta que ela é definida como privação múltipla das necessidades básicas, além da falta de recursos financeiros, dificuldade de acesso aos direitos básicos, ausência de exercício de cidadania, situações em que se observa uma crise dos vínculos sociais e de perda, progressiva ou súbita, total ou parcial, da capacidade de participar econômica, social e politicamente dos mecanismos de organização da sociedade.

A autora fala de outros estigmas da tuberculose: o isolamento e a associação da tuberculose com outras doenças estigmatizadas. O seu tratamento, desde a primeira metade do século XIX, até princípios do século XX, era feito por meio da internação do doente em sanatório, para evitar o contágio e, pela inexistência, até então, de nenhuma medida terapêutica eficaz. Além disso, o fato dela estar associada às infecções por HIV/AIDS vem somar às consequências físicas e psicológicas graves, à marginalização, à segregação social e à estigmatização⁶⁰ do doente. Isto aumenta, ainda mais, o enfraquecimento e, até, o rompimento de laços que remetessem a uma rede social de suporte ao doente, e à redução das oportunidades de vida do indivíduo rotulado (ROSA, 2007).

Nesse contexto é que se faz de grande importância a discussão dos determinantes sociais da saúde (DSS). Segundo Buss e Pellegrini (2007), o estudo dos DSS colabora para a identificação de pontos para intervenções de políticas com o objetivo de diminuir os fatores que determinam os problemas de saúde e que, muitas vezes, são provenientes da posição social das pessoas e dos grupos sociais a que pertencem.

Atualmente, um dos desafios de saúde pública são as desigualdades decorrentes de condições sociais, de vida e de trabalho dos indivíduos. Faz-se necessário, então, repensar ações governamentais que vão além das condições mais específicas, próprias dos indivíduos, como idade, sexo e fatores hereditários, e englobam seus estilos de vida, como emprego e rotina diária, condições socioeconômicas, culturais e

⁶⁰ O termo estigma, conforme GOFFMAN (1988 apud ROSA, 2007), é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, um rótulo social que altera, radicalmente, o modo como os indivíduos se encaram a si próprios e como são encarados pelos outros, de tal modo que os indivíduos estigmatizados não preenchem as expectativas normativas da sociedade porque possuem características diferentes/ou indesejáveis, pelo que passam de pessoas aceites a indivíduos rejeitados, socialmente.

ambientais, em que estão inseridos os aspectos mais gerais da sociedade e seus efeitos nas populações. Para tanto, alguns modelos foram criados para explicar a relação entre esses vários determinantes, a exemplo do modelo de camadas de Dahlgren e Whitehead (*apud* BUSS & PELLEGRINI, 2007), que tem sido o mais utilizado.

Segundo esse modelo de Dahlgren e Whitehead, existem quatro níveis de análise dos DSS, a saber: o primeiro nível são os fatores comportamentais, ligados aos estilos de vida das pessoas, já que é muito difícil alterar comportamentos de risco sem mudar as normas culturais que os influenciam; o segundo nível corresponde às comunidades e seus relacionamentos, isso porque os laços de sociabilidade e as relações de solidariedade e confiança entre as pessoas e grupos são fundamentais para a promoção e a proteção da saúde individual e coletiva; o terceiro nível se refere à atuação das políticas sobre as condições materiais e psicossociais, nas quais as pessoas vivem e trabalham, buscam acesso a água, esgoto, habitação, alimentos, emprego, ambientes de trabalho saudáveis, serviços de saúde e educação de qualidade; o quarto nível se refere àquele dos macrodeterminantes, das políticas macroeconômicas e do mercado de trabalho, de proteção ambiental e de promoção de uma cultura da paz e da solidariedade, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à redução das desigualdades sociais e econômicas, das violências e da degradação ambiental (BUSS & PELLEGRINI, 2007, p.85-6).

Em 2005, a Assembleia Geral da OMS discutiu a questão dos determinantes sociais e ordenou a criação da Comissão Global de Determinantes Sociais da Saúde, com o propósito de assegurar a agenda pró-equidade em todos os países-membros. Assim, de acordo com Zione e Westphal (2007), os DSS são decorrentes dos estudos feitos pelo campo das ciências sociais da saúde. Neles, o nível de saúde está relacionado à estratificação social, configurada por determinado contexto ou território, o qual demarca, por sua vez, a distribuição desigual dos fatores de produção de saúde, ou seja, os materiais, os biológicos, os psicossociais e os comportamentais. Além disso, as autoras explicam que esse pensamento não é novo na área da saúde e se intensificou nos últimos anos como resposta à falta de eficácia das propostas neoliberais que impactou as políticas públicas dos países em diversos setores.

Sobre os DSS, aplicados à tuberculose, Batistella (s.d.) adverte:

As relações entre os determinantes e aquilo que determinam é mais complexa e mediada do que as relações de causa e efeito. Daí a denominação ‘determinantes sociais da saúde’ e não ‘causas sociais da saúde’. Por exemplo, o bacilo de Koch causa a tuberculose, mas são os determinantes sociais que explicam porque determinados grupos da população são mais susceptíveis do que outros para contrair a tuberculose. (BRASIL, s.d.)

1.4 A Humanização da saúde: tuberculose

No Brasil, não apenas o tratamento diretamente observado foi introduzido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como ganhou características próprias a partir da Política Nacional de Humanização (PNH). O tema constitui-se um tópico específico do protocolo de enfermagem para a aplicação do TDO nos serviços de saúde pública, que sustenta:

A questão colocada pela PNH para gestores e trabalhadores do SUS, particularmente os enfermeiros, não é tanto a do que se deve fazer para alcançar as finalidades (como promover e proteger a saúde, individual e coletiva, quanto à de curar), mas sim o modo de fazer, isto é, o modo como se alcançam os objetivos. Produzir saúde é um objetivo a ser alcançado diretamente ligado a um modo de fazer que a PNH define como humanizado. A prática do cuidado se dá pelo encontro entre sujeitos, trabalhador e usuário, que atuam uns com os outros, encontram-se, escutam-se, devendo haver uma acolhida das intenções e expectativas colocadas. O que se privilegia é a construção coletiva de uma experiência comum, solidária e igualitária nas práticas de saúde, com vistas à transformação da maneira como os sujeitos entram em relação e as práticas de saúde que podem ser alteradas (BRASIL, 2011).

A humanização do TDO, assim, determina que o profissional de saúde auxilie os usuários do sistema a cuidarem de suas próprias doenças, fazendo do doente o centro da atenção e investindo nele como núcleo do tratamento. Isso é ainda mais importante no caso das doenças crônicas, como a tuberculose, uma vez que o resultado do tratamento depende da participação do sujeito doente. Para tanto, é preciso apostar que os sujeitos são capazes de inventar, para si próprios, modos de ser condizentes com sua situação, que o tratamento estabeleça vínculo, corresponsabilidade e acolhimento com o paciente e esteja baseado na ‘situação-problema’ dos doentes, o que pressupõe flexibilidade no atendimento (BRASIL, 2011).

Cita-se, ainda, que foi constatado em São Tomé e Príncipe, durante a pesquisa de campo, a existência de serviços de saúde humanizados. Visitas ao Centro de

Tisiologia do Hospital Ayres de Menezes revelaram, a despeito de um espaço precário de internação, profissionais motivados com a causa, atentos aos procedimentos do TDO e engajados na sua prática cotidiana de atendimento às pessoas enfermas. Os poucos profissionais do Centro, além dos pacientes internos, se ocupam da ministração de medicamentos dos que chegam, enviam os medicamentos para os distritos, que reportam por telefone os casos identificados e apoiam determinadas famílias, com a distribuição de cestas básicas de alimentos, como mecanismo de incentivo a ida regular dos pacientes ao hospital para ministração dos medicamentos.

1.5 A Tuberculose no mundo, no Brasil e em São Tomé e Príncipe

No último relatório da tuberculose no mundo, publicado pela OMS em 2013, os dados revelam que, no ano de 2012, o número de mortos, vítima da doença, foi de um milhão de pessoas, dentre as quais 320 mil com HIV/Aids. Os dados, se comparados com os de anos anteriores, demonstram que os casos globais de tuberculose estão decrescendo há mais de uma década e que a taxa de incidência em todas as seis regiões do planeta⁶¹ está também em declínio. Além disso, em 2012, a taxa de mortalidade em decorrência da doença, em âmbito global, caiu para 45%, em relação ao ano de 1990, e duas, das seis regiões, já conseguiram atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, quais sejam, as Américas e o Pacífico-Ocidental (OMS, 2013).

Em contraponto, a incidência da tuberculose ativa na comunidade está longe de atingir a meta dos ODMs. A taxa de prevalência, que mostra o nível de Tb ativa no mundo, caiu em 37%, considerando a totalidade dos países, desde o ano 1990, apesar da expectativa de uma redução de 50% até 2015. As expectativas, infelizmente, são de que a meta não deverá ser atingida. Adicionalmente, outro prognóstico negativo da doença indica que as regiões da África e da Europa não estão em vias de conseguir atingir o estipulado para as taxas de mortalidade e de prevalência da doença (OMS, 2013).

⁶¹ A OMS trabalha com seis regiões, dividindo os 194 países-membros em territórios circunscritos nas áreas de suas representações regionais, a saber: África, Américas, Sudeste asiático, Europa, Mediterrâneo Oriental e Pacífico Ocidental.

Dos 22 países com maiores problemas de tuberculose (todos eles, países em desenvolvimento⁶²), 11 não estão em condições de reduzir a taxa de incidência, de prevalência e de mortalidade, conforme a meta estipulada. Isso é devido à limitação de recursos, aos conflitos e instabilidade existentes nos países e à epidemia generalizada e desafiadora do HIV/Aids, presentes na maior parte deles (OMS, 2013).

Pouco progresso tem sido feito para diagnosticar e tratar dos casos de paciente de tuberculose multidroga resistente (MDR-TB). Em todo o mundo e nos países com maiores problemas, menos de 25% de pacientes MDR-TB foram identificados em 2012. O baixo percentual somado às altas taxas de mortalidade oculta o problema da falta de notificação por parte dos sistemas de saúde. No âmbito global, as metas para testagem de HIV entre pacientes de TB e o tratamento antirretroviral para pessoas que convivem com o HIV/AIDS também não foram atingidas (OMS, 2013).

A OMS trabalha, há duas décadas, em prol do controle da doença por meio de várias iniciativas. A doença voltou a constituir parte da agenda global da saúde, em decorrência de novas conjunturas como as desigualdades sociais, as migrações internacionais e o HIV/AIDS. Em 1993, a OMS anunciou a Tb como emergência global e, em 1995, recomendou aos países a adoção do TDO, como estratégia mais eficiente. Desde 1997, a OMS lança o relatório *Global Tuberculosis Control*, para avaliação periódica da epidemia e dos progressos em todas as seis regiões do mundo. Em 2005, foi lançado o Plano Global para conter a Tuberculose (*Global Plan to Stop TB*), no período de 2006 a 2015, e avaliar, detalhadamente, as ações e recursos necessários, com o propósito de implantar a estratégia *Stop TB Strategy* baseada no DOTS (OPAS, 2010).

Além disso, o Fundo Global tem dado importante colaboração no combate à doença, em nível internacional. Criada em 2002, esta instituição financeira internacional almeja apoiar o combate das três pandemias globais: AIDS, Tuberculose e Malária. Entre as estratégias e missões da instituição estão: a mobilização de

⁶² O Grupo de Países com maiores problemas da doença se deve ao alto número de incidência, em comparação com as taxas globais. Este Grupo é composto por 22 países que totalizam 80% dos casos de Tb no mundo. São países em desenvolvimento (da maior para a menor estimativa de incidência) são: Índia, China, Indonésia, África do Sul, Nigéria, Bangladesh, Etiópia, Paquistão, Filipinas, RD Congo, Rússia, Vietnã, Quênia, Tanzânia, Zimbábue, Uganda, Moçambique, Brasil, Tailândia, Myanmar, Camboja e Afeganistão. Em inglês a sigla utilizada é HBCs que significa *High Burden Countries*.

recursos junto a governos, sociedade civil e empresas, a aposta no trabalho de especialistas e profissionais locais e as ações baseadas nos seguintes princípios: parceria, transparência, constante aprendizado e concessão de fundos com base nos resultados alcançados. Para dimensão dessa iniciativa, contabilizam-se 140 países beneficiados pelo Fundo e mais de 11 milhões de pessoas diagnosticadas com tuberculose e tratadas. Tanto o Brasil, quanto São Tomé e Príncipe encontram-se, atualmente, contemplados com o apoio do Fundo.

Ambos os países, Brasil e São Tomé e Príncipe, possuem um Programa Nacional para o combate à tuberculose, com equipe e orçamento próprios, que estão inseridos na estrutura dos Ministérios da Saúde. Merece ressaltar que os dois países disponibilizam serviços gratuitos de diagnóstico e tratamento e põem em prática a estratégia TDO. O Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose (PLNT) de São Tomé e Príncipe conta com a estrutura do sistema de saúde pública para diagnóstico e tratamento descentralizado, com o controle em nível central, e os casos que requerem internação são todos conduzidos ao único hospital do país, o Hospital Ayres de Meneses (HAM), da cidade de São Tomé. O Programa Nacional de Combate à tuberculose (PNCT) do Brasil está presente nos três níveis da federação, com forte orientação para descentralização das ações, com o nível municipal, responsável pela realização, entre outras atividades, as do diagnóstico, da condução do tratamento e da manutenção dos medicamentos nas unidades de saúde, divididas em níveis de atenção básica, secundária e terciária. Os principais indicadores da doença nos dois países estão no quadro 6:

Quadro 6: Indicadores de tuberculose no Brasil e em São Tomé e Príncipe

| | BRASIL | SAO TOME E PRINCIPE |
|---|--------------------|----------------------------|
| Taxa de mortalidade (HIV e Tb unicamente) | 1,3 (/100 mil hab) | 3,0 (/100 mil hab) |
| Taxa de prevalência (inclui HIV + Tb) | 59 (/100 mil hab) | 159 (/100 mil hab) |
| Taxa de incidência (HIV e Tb unicamente) | 8,0 (/100 mil hab) | 9,2 (/100 mil hab) |
| Pacientes de Tb e HIV | | |

| | | |
|---|--------------------|-----------------|
| com HIV conhecido | 55% | 99% |
| HIV-positivo | 20% | 14% |
| Casos de Tb com MDR-TB | | |
| Novos | 1,4% | 1,8% |
| Retratamento (segundo tratamento) | 7,5% | 88% |
| Orçamento para TB (em milhões USD) | | |
| Financiamento interno | 87 m. USD (84%) | 2 m. USD (< 1%) |
| Financiamento externo | 2% | 46% |
| Não financiados | 14% | 53% |

Fonte: OMS-2013, Country Profile, year base: 2012 (adaptado)

Disponível em: <http://www.who.int/tb/country/data/profiles/en/>.

2. A cooperação Sul-Sul do Brasil em saúde

Diante do rápido crescimento da demanda dos países em desenvolvimento por cooperação técnica em saúde pública, o Ministério da Saúde do Brasil aumentou sua participação na agenda global e na cooperação Sul-Sul. O tema da cooperação internacional entrou, inclusive, no Plano Mais Saúde – Direito de Todos, no período de 2008 a 2011, no qual a saúde é tratada como política social e parte integrante do desenvolvimento econômico do país.

No Plano Mais Saúde, o eixo da cooperação internacional foi um dos oito eixos de ação previstos e executou mais de sete milhões de reais em ações. O eixo sete da cooperação internacional estabelece como diretriz:

fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional na área da Saúde, em estreita articulação com o Ministério das Relações Exteriores, ampliando sua presença nos órgãos e programas de saúde das Nações Unidas e **cooperando com o desenvolvimento dos sistemas de saúde dos países da América do Sul, em especial com o Mercosul, com os países da América Central, da CPLP e da África** (BRASIL, 2008, grifo nosso).

No âmbito da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, regida pela Portaria 2.123 de 2004 (artigos 13 e 14), foi criada a Divisão de Projetos, cujas competências são: promover e acompanhar a cooperação (inciso I) e orientar e coordenar a elaboração de projetos de cooperação (inciso III), que se ocupa de projetos com organismos regionais e internacionais, assim como de países de menor desenvolvimento social relativo.

Anos mais tarde, em 2009, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) foi criado o Centro de Relações Internacionais em Saúde. Esse Centro tem tido, no presente, grande envolvimento na pauta de cooperação Sul-Sul e contribuído para a produção acadêmica na cooperação Sul-Sul em Saúde. Em 2008, iniciaram-se as gestões para o estabelecimento de um escritório da Fundação na cidade de Maputo, em Moçambique, notabilizando as ações de cooperação do Brasil com a África e em apoio à iniciativa de construção de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais. Essa, bem como outras iniciativas, tem refletido o princípio da autonomia dos países (*ownership*), no tocante às políticas governamentais e iniciativas mais robustas da cooperação Sul-Sul do Brasil.

A denominação ‘cooperação estruturante em saúde’, adotada por Almeida et al. (2010), estabelece propósitos e abordagens próprios e sugere ações de maior impacto na situação socioeconômica dos países parceiros do Brasil. O termo “estruturante” explica a preferência que é dada na construção de capacidades dos governos dos países, com vista ao desenvolvimento e ao bem-estar de sua população. Isso ocorre mediante dois pilares que estabelecem o caráter técnico da cooperação: o investimento em recursos humanos e o desenvolvimento organizacional e institucional, a favor das iniciativas e políticas de saúde pública (ALMEIDA et. al, 2010).

Tal cooperação se propõe, conforme explicado, a melhorar a cooperação tradicional (Norte-Sul). Fortemente baseada na transferência passiva de conhecimentos e tecnologia, ela abre espaço para a chegada da cooperação Sul-Sul que visa promover diálogo entre os países, para que eles, por iniciativas próprias, assumam as tomadas de decisão necessárias em benefício de seus povos. Essas novas parcerias, no âmbito das políticas públicas em saúde, mudam substancialmente o papel dos agentes e do processo da cooperação internacional em saúde.

Tema de grande interesse por parte dos governos, a saúde pública é inserida na agenda global de forma mais propositiva a partir do século XXI, como forma de fornecer alternativa às experiências frustradas do passado. A concepção desse tipo de cooperação tem evoluído desde quando foi criada, na década de 1950, juntamente com a Organização Mundial do Comércio (OMS) e o lançamento do Regulamento

Sanitário Internacional, em 1948. Almeida et al. (2010) citam as várias iniciativas globais que surgiram nos primeiros anos do novo século e explicam que, a despeito destas iniciativas, de seus recursos, dos atores e do apoio político, muitos desafios dos países em desenvolvimento não eram abordados pela cooperação internacional Norte-Sul. Nas palavras dos autores:

Essa constatação levou a um grande debate global sobre a efetividade das ajudas internacionais em saúde, sobretudo as Norte-Sul, tradicionalmente estruturadas na forma de programas verticais, vinculados a doenças específicas e que, aparentemente, teriam pouco impacto nos sistemas de saúde e nos resultados para as populações. Ainda que existam evidências em contrário (WHO, 2009), a mudança crucial que resulta desse debate reside na ideia de priorização da “horizontalidade” da cooperação internacional em saúde, que inter-relaciona cooperação Sul-Sul e construção de parcerias, na perspectiva de intercâmbio de experiências, aprendizado conjunto e compartilhamento de resultados e responsabilidades (ALMEIDA et al., 2010, p.28).

Essa nova tendência da cooperação, sobretudo no que concerne à saúde pública, baseia-se em novas preocupações, desta vez, levando em consideração as realidades socioeconômicas dos países em desenvolvimento. A cooperação brasileira em saúde para a África assenta-se, também, no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PECS/CPLP) que estabelece:

O PECS da CPLP tem a peculiaridade de levar em consideração as metas de avanço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em cada país, bem como os determinantes sociais da saúde (MDG AFRICA STEERING COMMITTEE, 2008); cobre sete áreas prioritárias e inclui algumas doenças específicas e áreas temáticas definidas conjuntamente, sendo que esse leque pode ser revisto periodicamente, de acordo com as necessidades de cada país (ALMEIDA et al., 2010, p.29).

Apesar das boas perspectivas advindas com a abordagem mais horizontalizada dos desafios comuns aos países do Sul, Paulo Buss (2011) adverte, nas breves notas atinentes à cooperação internacional em saúde, do periódico internacional *The Lancet*, que a CSS em saúde enfrenta novos desafios: a inovação da cooperação estruturante para o setor de saúde dos países e os muitos desafios internos dessa nova tendência, sobretudo no Brasil:

Para melhorar, ainda mais, a cooperação internacional brasileira na saúde, muitas de suas instituições têm de ser harmonizadas, **havendo necessidade da promulgação de uma lei de cooperação internacional**

pelo Congresso Nacional que possa definir novos conceitos e fornecer mecanismos que melhorem os esforços internacionais do país (BUSS, 2011, grifo nosso).

Por último, a expressão ‘diplomacia da saúde’, conforme inicialmente discutido por Kickbusch et al. (2007 *apud* BUSS & FERREIRA, 2010), sugere a fusão dos temas de política externa e interna dos países. Ela surge, nesse contexto dos desafios de saúde pública, para traduzir os recorrentes problemas de saúde pública que requeriam ações além-fronteiras. A partir dessa resposta integrada, na mira dos problemas de saúde da população, o tema da saúde pública foi objeto de três dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como das metas e compromissos regionais, a exemplo da UNASUL e do PECS da CPLP.

Acerca deste último grupo de países que, de maneira especial, interessa ao objeto do estudo de caso dessa pesquisa, os autores relatam que as dificuldades com os indicadores de saúde e de expectativas de vida, além da aproximação natural entre os povos, sobretudo os africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e o Timor Leste, fizeram com que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa elegeesse o tema da saúde pública como prioritário para a cooperação solidária. Sobre isso, os autores comentam:

A eleição da cooperação Sul-Sul, entre os países da CPLP, foi uma alternativa ‘natural’, facilitada pela questão idiomática (a imensa maioria dos profissionais de saúde dos PALOPs, por exemplo, fala exclusivamente português e idiomas nativos), de um lado, e pelas identidades políticas, ideológicas e culturais, por outro. Embora com recursos financeiros escassos, o diferencial na cooperação em saúde na CPLP tem sido a abundância de recursos humanos qualificados e a oferta de programas de pós-graduação em áreas críticas da saúde, como saúde pública, saúde da mulher e da criança e doenças transmissíveis, em países como o Brasil e Portugal (BUSS, P. & FERREIRA, R, 2010).

A partir desse contexto, passa-se à análise do projeto de cooperação, objeto da presente pesquisa.

3. A cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose

As análises sobre o projeto de cooperação técnica em questão estão baseadas na metodologia do estudo de caso, conforme anteriormente explicado. Nesse sentido,

esse método foi utilizado para permitir a análise da concretização da parceria de cooperação técnica em questão e da execução do projeto, sem focalizar apenas o que foi pactuado entre os países (documento de projeto firmado), mas buscando observar o cotidiano da intervenção na realidade santomense, de acordo com as atividades previstas no projeto. Assim, além da observação prática da execução do projeto, que envolve o documento de projeto e todo o processo da execução, a revisão bibliográfica sobre a gestão do projeto de cooperação técnica internacional contribuirá com as análises que se pretende nessa seção.

O presente capítulo, a exemplo do capítulo anterior, baseia-se na metodologia do estudo de caso, realizado por meio de pesquisas de campo, para a obtenção de dados empíricos. No capítulo anterior tratou-se da análise de discurso, e neste último utilizou-se a ‘observação participante’ e as entrevistas abertas (não estruturadas), na qualidade de metodologias de apoio ao estudo de caso.

A observação participante realizada ocorreu com base no método do ‘observador como participante’, o que, segundo Minayo (2010) é estratégia complementar ao uso das entrevistas e serve para desenvolver as relações com os atores do projeto, em momentos considerados importantes para os efeitos da pesquisa. Nesse caso, a observação sobre a execução do projeto se deveu em grande parte pelo apoio conseguido com as instituições brasileiras (Ministério da Saúde do Brasil, Agência Brasileira de Cooperação e embaixada brasileira em São Tomé), as quais permitiram a entrada em campo, em Brasília e em São Tomé e Príncipe, e o contato com os atores e instituições santomenses que, em algum momento, compartilharam algumas decisões e trabalhos de monitoramento do projeto, bem como confissões sobre as dificuldades enfrentadas, que só foram possíveis com as entrevistas descontraídas e anônimas.

As análises da execução do projeto foram cotejadas com algumas observações da pesquisa de campo, realizada em setembro de 2013, durante o terceiro ano de sua execução, na própria ilha de São Tomé (não foi possível ir até a ilha do Príncipe) e em Brasília, Brasil. Foram visitadas instituições executoras e coordenadoras do projeto nos dois países, além de ouvidas várias pessoas envolvidas com essa cooperação - em São Tomé e Príncipe, foram seis pessoas, no âmbito do Ministério da Saúde e da

Assistência Social (MSAS) e no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC); no Brasil, foram entrevistadas duas pessoas, uma do Ministério da Saúde e uma da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

3.1 Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

Segundo Plonski (1994) os conceitos de projeto e cooperação técnica internacional foram desenvolvidos no pós II Guerra Mundial no âmbito do sistema das Nações Unidas. A operacionalização da cooperação ocorre por meio do modelo de projeto que a instrumentaliza, embora grande parte do esforço da cooperação esteja em utilizar o modelo e gerenciar suas distintas fases.

Os projetos de Cooperação Técnica Internacional (CTI) baseiam-se em três princípios fundamentais interagentes: 1) a responsabilidade unificada de todos os atores e respectivas tarefas para o fim último; 2) o planejamento, a programação e o controle devem ser integrados, com todas as instituições e atividades; 3) a valorização da dimensão humana, com o intuito de adequar o projeto à situação real, com criatividade, negociação e convergência de esforços (PLONSKI, 1994).

Maximiano (1994), com base na experiência brasileira com a CTI, afirma que todo projeto é, ao mesmo tempo, de cooperação recebida e de cooperação prestada, a depender da perspectiva com que se mira. Se se trata das instituições do país beneficiário, entende-se como cooperação recebida, se oriunda do país doador, se patrocinador⁶³ das ações, fala-se de cooperação prestada. Além disso, entende-se que cada instituição tem uma metodologia própria, adotada conforme orientação do país doador/patrocinador, mas todas utilizam o ciclo de projeto conforme estabelecido nos manuais de gerenciamento das instituições.

O Enfoque do Marco Lógico (EML) é o método de planejamento e de gestão de projetos amplamente utilizado na cooperação internacional. Produto do pensamento racionalista ocidental, ele foi criado na década de 1970, nos Estados

⁶³ Nota-se, porém, que no atual contexto o governo brasileiro rejeita tal denominação de ‘país doador’, por atentar contra o princípio da horizontalidade da CSS e sua proposta inovadora. Para tanto, o Brasil se intitula como país prestador de cooperação, como pode ser encontrado no Manual de Gestão da Cooperação Sul-Sul da ABC. (BRASIL, 2013)

Unidos, com a intenção de instrumentalizar a cooperação para o desenvolvimento. Para tanto, esse método consiste em uma matriz de planejamento para organizar e relacionar os objetivos, resultados e atividades do projeto com os recursos técnicos, financeiros, humanos, cronológicos e outros disponíveis (GALÁN & OLLERO, 2008).

Na Europa, essa matriz adquiriu novos usos e foi incrementada. Na agência de cooperação alemã, a GIZ, surgiu o ZOPP (em alemão “planejamento de projetos orientado por objetivos”) que em 1983 sistematizou as várias etapas de um projeto, da identificação até a elaboração e definição da matriz de planejamento. Em 1993, a Comissão Europeia utilizou o Enfoque Integrado e o Marco Lógico, combinando elementos da gestão institucional com planejamentos de intervenções, em benefício do desenvolvimento. Essa contribuição resultou no EML, cuja característica principal é gerir as diferentes fases de um projeto de CTI (GALÁN & OLLERO, 2008).

Algumas das características do Enfoque do Marco Lógico (EML) utilizado atualmente, conforme citado por Galán e Ollero (2008), são: 1) lida com as incertezas da tomada de decisões; 2) reúne, de forma participativa, os beneficiários e todos os atores envolvidos no cenário da intervenção; 3) produz inferências para evidenciar as relações causais mais relevantes, e considera as interações múltiplas de uma realidade social, para traçar o mapa da intervenção; 4) incorpora os fatores externos, ainda que não façam parte da intervenção, ou venham a influenciá-la; 5) fixa suas ações nos níveis de programas e projetos, e adapta o conteúdo das ações a cada realidade; 6) determina o processo de conhecimento, baseado em hipóteses e conjecturas, e trabalha com um esquema simplificado da realidade; 7) define o meio de aprendizado, porque tem um caráter sequencial de implementação de suas ações, que permite discussões em grupo, controle e acompanhamento simultâneos; e 8) conta com a participação dos destinatários das ações na tomada de decisão, na compreensão da realidade, na sustentabilidade da intervenção.

A despeito de algumas diferenças terminológicas, esta metodologia de gestão de projetos tem sido utilizada em quase todas as agências de cooperação internacional dos países: norte-americanos (USAID, CIDA), europeus (GTZ, NORAD, FINNIDA, AECID, DFID, SIDA), Japão (JICA) e dos organismos internacionais como a FAO,

PNUD, União Europeia, BID, BM dentre outros, inclusive o Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A forma como se dá a intervenção define-se como um ciclo articulado e progressivo, que vai desde a identificação do problema, no marco da estratégia geral de desenvolvimento, até o momento final em que se avalia o que foi cumprido em relação ao objetivo inicialmente lançado. O ciclo de um projeto e as nomenclaturas das diferentes etapas costumam divergir de um manual para outro, no entanto, é possível distinguir algumas fases centrais desse ciclo: identificação; formulação; execução; monitoramento e avaliação conforme se verá mais detalhadamente no item 3.3).

O envolvimento crescente do Brasil no cenário da cooperação técnica internacional prestada tem feito com que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) estabeleça sua metodologia de gestão e formato próprios de projeto de CTI. Recentemente, a Agência lançou o ‘Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul’ (MGCT), que se apresenta como outro marco da atuação do Brasil neste cenário da CSS com vistas à melhoria da gestão dos projetos e de seus resultados.

O Manual está dividido em três partes: a parte I é dedicada à base conceitual; a parte II, à orientação para a elaboração de iniciativas de projetos, e a parte III, à gestão dessas iniciativas, conforme o ciclo de projeto. Ainda nesse Manual, a cooperação técnica Sul-Sul é definida como expressão global que identifica uma atual tendência de países em desenvolvimento de se apoiarem, como nova forma de estabelecer laços de cooperação com outros países. O diferencial do ciclo de projeto, proposto nesse Manual, são os dois princípios básicos da CSS: horizontalidade e participação, que devem permear todo o ciclo, como vem exposto a seguir:

A **horizontalidade** e a **participação** são princípios basilares da cooperação técnica Sul-Sul brasileira e por isso são concebidos como um componente transversal da gestão dos projetos e outras iniciativas, indispensável à apropriação e à sustentabilidade das ações. Além disso, são os fatores que fundamentam o processo de **aprendizagem** entre os cooperantes, do qual depende a obtenção dos resultados (BRASIL, 2013, p. 76).

Segundo consta no Manual em questão, os marcos da cooperação Sul-Sul devem ser considerados no plano jurídico, político e operacional. O marco jurídico e

institucional é concretizado pelo Acordo Básico de Cooperação e firmado entre os atores cooperantes, e determina as diretrizes que guiarão os projetos e programas de cooperação. O marco político aparece nos Memorandos de Entendimento (MdE), Declarações Conjuntas (DC) e Protocolo de Intenções (PI), e são instrumentos que não geram compromissos, mas que registram os interesses em parcerias de cooperação. O marco operacional pode ser representado pelos acordos de execução administrativo-financeiro, pelos mecanismos e formas de implementação dos projetos e documentos de projetos de cooperação⁶⁴.

Para a elaboração das iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul, a Agência Brasileira de Cooperação agrupa as várias etapas que constituem a elaboração de um projeto em três fases: a) fase analítica, ou mapeamento de atores e capacidades, análise de problema, análise de solução, análise de estratégias e análise de risco; b) fase de planejamento, ou definição dos elementos técnicos e operacionais, atividades, insumos, orçamento, indicadores de acompanhamento, e c) fase de preparação do documento. No tocante à gestão de iniciativas da cooperação técnica Sul-Sul, o Manual cita o processo cíclico que compõe as cinco fases de um projeto de cooperação, tal qual o EML, a saber: 1) identificação; 2) prospecção; 3) formulação e enquadramento; 4) implementação e monitoramento; e 5) avaliação e encerramento. É importante ressaltar, no entanto, que ao longo do ciclo, a cooperação técnica Sul-Sul transforma insumos em resultados, baseadas nos princípios da horizontalidade e participação, muito caros à cooperação técnica Sul-Sul.

A questão da efetividade das ações de CSS no Brasil é abordada a partir de diferentes perspectivas, com diferentes significados e atores. Isso estimula pesquisas que estejam mais voltadas às análises qualitativas, já que, a esse respeito, há pouco estudo e critérios formulados no Brasil. As análises qualitativas se somarão às análises quantitativas realizadas pelo levantamento da Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (CoBraDI) (CAMPOS; LIMA & LOPES, 2011).

⁶⁴ Distinção deverá ser feita entre os termos execução e implementação neste ponto da discussão, haja vista o entendimento diferente de cada um deles adotado pela ABC, conforme consta no Manual: ‘execução’ estaria mais ligada à operacionalização das tarefas administrativo-financeiras, enquanto que a ‘implementação’ está relacionada aos conhecimentos técnicos para o desenvolvimento das atividades de cooperação previstas no projeto. (BRASIL, 2013). Tal distinção se faz importante no atual cenário em que opera a ABC já que a execução se dá no PNUD e a implementação nas instituições técnicas brasileiras, ficando a ABC com a coordenação e financiamento dos projetos.

Ainda que esse não seja o propósito do presente estudo, por não se tratar de avaliação de projeto, comenta-se brevemente sobre metodologia de identificação de boas práticas de cooperação internacional. Assim, além de apontar as lições aprendidas em cada avaliação realizada, as ‘boas práticas’ são sempre mencionadas. Elas pressupõem que, com as devidas adaptações, os projetos possam ser reproduzidos em outros contextos. No entanto, há pouco consenso sobre o que são as boas práticas, contrariamente, aos números de vezes que este termo tem sido utilizado pelas agências do sistema ONU e por algumas agências de cooperação.

Simplicio (2010) explica que a profusão do termo ‘melhores práticas’ no contexto do desenvolvimento social e econômico tem o intuito de oferecer formas de se controlar os riscos e aumentar as chances de se alcançar resultados positivos em ambientes cada vez mais complexos. O desafio, no entanto, é o de como criar mecanismos que efetivamente facilitem a transferência de conhecimento e a adaptação de casos de sucesso em outros contextos, nem tanto o de identificar e sistematizar os bons casos. O objetivo, nesse contexto, desloca-se de ‘melhores práticas’ para a adoção das melhores práticas inovadoras do desenvolvimento inclusivo, tão bem contextualizadas e aguardadas no cenário da CSS.

Nesse sentido, é preciso mencionar o estudo conduzido pela OPAS/OMS no Brasil sobre o Termo de Cooperação com o Ministério da Saúde/PNCT, para implementar a estratégia TDO no Brasil (TC 32), ao longo dos períodos de 2008-2009 e 2010-2011. Definem-se, nesse estudo, as ‘boas ou melhores práticas’, tais como se segue:

procedimentos de exercício sistemático que envolvem decisões e ações orientadas a objetivos e são fruto de uma experiência acumulada, definidos a partir do julgamento e interpretações dos múltiplos atores envolvidos no processo e que levam a uma repercussão positiva nos resultados do projeto (OPAS-OMS, 2010).

Para a identificação dessas ‘boas ou melhores práticas’ seria, então, necessário: 1) definir os parâmetros do que se entende por boas práticas; 2) descrever detalhadamente as ações, atividades e procedimentos adotados pelo projeto de cooperação em questão; 3) cruzar ações, atividades e procedimentos com os parâmetros de classificação de boas práticas adotados; e 4) comparar, em termos qualitativos e quantitativos, o resultado das avaliações, de especialistas e atores dos

projetos de cooperação, em *ranking*, com a definição de índices de melhores práticas, boas práticas, práticas medianas e más práticas, com enfoque na avaliação de seu alcance e importância (OPAS-OMS, 2010).

Aproveita-se, então, esta identificação das ‘boas ou melhores práticas’ para se refletir sobre as metodologias de avaliação de projeto. Segundo a OPAS-OMS (2010), pode-se utilizar o tripé metodológico baseado em três dimensões, a saber: 1) o conteúdo, que são as tecnologias, os conhecimentos, as políticas setoriais e, sobretudo, as pesquisas conjuntas, produzidos pela cooperação internacional e aplicados aos vários contextos, com boa adaptabilidade e sustentabilidade; 2) a forma, que é a postura e os papéis desempenhados pelos consultores⁶⁵ e atores envolvidos na execução do projeto; e 3) o objetivo, que são os resultados gerados pela parceria de cooperação, a partir da identificação das várias ações realizadas.

Para análise dos projetos, foram sugeridos doze parâmetros que, especialmente, interessam à gestão de seus resultados. Tais parâmetros poderão ser utilizados, inclusive, como norteadores do monitoramento e da avaliação, do projeto em questão, por terem sido elaborados, a partir da cooperação internacional sobre a estratégia TDO no Brasil. Alguns deles, para tanto, estão elencados, a saber: (Utiliza-se o “P” para parâmetro) P.1) garantir o apoio político a ações de âmbito nacional com base em sua credibilidade e legitimidade; P.2) transferir ou compartilhar tecnologias e difundir conhecimentos úteis e adaptados às realidades locais; P.5) garantir a equidade nas intervenções em saúde; P.8) prover capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas; P.9) prover apoio administrativo-financeiro para a aquisição de bens e serviços necessários em tempo hábil; e P.11) garantir a incorporação de lições aprendidas acumuladas em novos processos apoiados pela organização.

Por último, faz-se necessário esclarecer a gestão de parcerias de cooperação Sul-Sul, incluindo as parcerias triangulares, na prática de alguns países. O assunto foi recém-publicado no relatório do Escritório da ONU para cooperação Sul-Sul, e

⁶⁵ Atenção deve ser dada aos quatro níveis de consultores e consultorias utilizados nos projetos de cooperação, que estão classificados em progressão de complexidade da cooperação, ou seja, do mais simples, o consultor/consultoria para execução de projetos, ao mais complexo, consultor/consultoria para facilitação e parceria. (OPAS/OMS, 2010). Nessa pesquisa, essa distinção não foi adotada e ambos os termos tem sido utilizados como sinônimos.

elaborado com base em estudos de caso de diferentes projetos, e países do Sul, alguns em parceria com o governo japonês (por meio da JICA). As experiências positivas analisadas apontaram para alguns elementos práticos concernentes à sua gestão: 1) a maior eficiência das agências com mandatos institucionais claros e fortalecidos; 2) o longo tempo que muitas das parcerias levam para atingirem relacionamentos horizontais e soluções inovadoras; 3) a autonomia e descentralização institucional, enquanto facilitadores de parcerias público-privadas; 4) os mecanismos de coordenação dos ministérios, sobretudo das chancelarias, com ministérios encarregados do financiamento de políticas nacionais; 5) a existência de marco legal nos países facilitadores de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil; e 6) o investimento em quadro de funcionários, preparados nas agências de cooperação, como garantia de estabilidade de profissional técnico, e de promotores de uma gestão de qualidade. Sobre este último ponto, cita-se, como ‘boa prática’, a parceria dos governos com universidades, como no caso do Chile, onde a aplicação de recursos resultou em importantes capacitações dos profissionais técnicos e ensejou investimentos realizados com vistas à melhoria dos aspectos de gestão de projeto (ONU, 2013).

3.2 O projeto de cooperação técnica

O projeto de cooperação do Brasil com São Tomé e Príncipe, intitulado “Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe”, foi assinado em 2 de agosto de 2010 por quatro instituições: o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de São Tomé e Príncipe e o Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância Sanitária) e o Ministério das Relações Exteriores (ABC) do Brasil.

Inicialmente, o documento de projeto assinado previa como recursos totais o valor de U\$1.374.653, 83, ao passo que o projeto não previa nenhuma contrapartida do governo de São Tomé e Príncipe e só contava com recursos do Ministério da Saúde do Brasil, notadamente do Programa Nacional de Combate à Tuberculose, no valor de U\$ 220.955. Estes, aqui contabilizados em dólar, se justificam por ser o projeto executado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD) , o qual dá à ABC, atualmente, todo o suporte operacional para a cooperação técnica Sul-Sul.

A parceria entre os dois países, conforme consta no projeto de cooperação, justifica-se pelo fato de São Tomé e Príncipe, à época de negociação do projeto: 1) não possuir protocolos e guias para profissionais médicos; 2) não dispor de sistemas de monitoramento do agravo (ou livro de registro de pacientes); 3) não poder contar com o exame de baciloscopia, por, ainda, não ter instituído, naquela ocasião, o tratamento diretamente observado e, também, pela dificuldade do País em adquirir os medicamentos anti-tuberculostáticos.

O objetivo de desenvolvimento do projeto foi previsto para servir de apoio de forma sustentável, à estruturação do Programa de Luta contra a Tuberculose de São Tomé e Príncipe, o que será feito pelos seguintes objetivos específicos: 1) apoiar a elaboração e divulgação das normas técnicas do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose de STP; 2) fortalecer a capacidade diagnóstica, por meio da baciloscopia nos sete distritos sanitários de STP; 3) construir e equipar o Laboratório Nacional de Referência de Tuberculose, e realizar cultura com vista ao diagnóstico e teste de sensibilidade; 4) apoiar o processo de implantação do tratamento diretamente observado em 100% das unidades de saúde de STP; e 5) desenvolver atividades de monitoramento e avaliação das ações de controle de tuberculose e do processo de execução do projeto.

Foram efetuadas duas revisões de projeto. Em março de 2012, a revisão de projeto teve o intuito de estender a sua vigência por mais um período de dois anos, com término previsto para final de 2013. Além disso, alguns dos motivos explicitados no documento de revisão chamam a atenção: 1) necessidade de se alterar as atividades encarregadas de montar e capacitar profissionais para o laboratório nacional de referência em diagnóstico, pois estes já foram cumpridos por meio de outras parcerias de cooperação, em decorrência da demora em implementá-las; 2) impossibilidade de se realizar a doação de microscópios do Brasil, conforme previsto, por falta de base legal; e 3) dificuldades de se operacionalizar, a partir do Brasil, contratações e aquisições, em São Tomé e Príncipe sem ponto focal do próprio do projeto sediado naquele País, que pudesse acompanhar o processo, juntamente com o apoio dos

escritórios do PNUD presente em ambos os países. Em fevereiro de 2014, nova revisão de projeto se encontra tramitando, com o objetivo de prorrogar sua vigência, já que várias das atividades previstas ainda estão para ser implementadas.

O projeto, assinado em junho de 1984, e promulgado em 1998, está sendo executado com base no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe e na aproximação diplomática entre os dois países (marco político)⁶⁶. O quadro 7 apresenta, de forma resumida, as atividades, o orçamento e a situação para cada resultado do projeto.

Quadro 7: Quadro-resumo do projeto de cooperação analisado

⁶⁶ Conforme informa o MRE, no período de 2003 a 2010, registraram-se: 2 visitas do então Presidente Lula a STP, de 28 visitas realizadas para todo o continente africano no período, das quais 1 com propósito bilateral e outra, multilateral; em contrapartida, foram 2 visitas de Chefe de Estado e de Governo de STP ao Brasil, em 48 visitas de líderes africanos, 1, em 2005, do então Presidente Fradique de Menezes e outra, do então Primeiro Ministro Joaquim Rafael Branco; no tocante a visitas de chanceleres brasileiros, registraram-se: 4 visitas do então Chanceler Celso Amorim a STP, de 67, realizadas para o continente africano, 3, com propósitos bilaterais e 1, multilateral, em contrapartida a 5 visitas de chanceleres santomenses, de 66 de chanceleres africanos, ao Brasil (BRASIL, 2011).

| Resultados | Atividades | Orçamento (em USD) | Situação/Comentários |
|--|---|---------------------------|---|
| Resultado 1.1 Normas técnicas do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose de São Tomé e Príncipe elaboradas e divulgadas | Atividade A1.1.1 Realizar visita técnica de 5 santomenses, com duração de 7 dias, à Coordenação-Geral do PNCT em Brasília e em 4 serviços de saúde no Estado de São Paulo, nos municípios de Taboão da Serra e Itapecerica da Serra, para conhecimento da experiência brasileira no combate à tuberculose. | 37.626,00 | Atividade Concluída - abril de 2011 Visitas a Brasília (Min. Saúde) e a São Paulo (serviços de saúde e coordenações dos Programas do Estado e de dois Municípios) para conhecer o SUS e o PNCT, a gestão dos Programas nos dois níveis federativos, o sistemas de informações, o atendimento médico e o trabalho dos agentes comunitários de saúde para TB. |
| | Atividade A1.1.2 Realizar visita técnica de 3 técnicos brasileiros a STP para apoiar a elaboração das normas técnicas do PNLT, registros do sistema de informação e estabelecimento de fluxos laboratoriais (registros, coleta de escarro e resultado de exames). | 36.270,00 | Atividade Concluída - maio de 2011 Os conhecimentos foram intercambiados, por meio de reuniões, entrevistas e visitas técnicas ao Centro Nacional de Endemias (CNE), ao PNLT, ao Hospital de Referência Ayres de Meneses, e encontro com os delegados de Saúde, médicos, enfermeiros para situação epidemiológica da tuberculose em São Tomé e Príncipe - estrutura, organização, parceiros do Programa e a dimensão do problema da Tb em STP, avanços, dificuldades e perspectivas do combate à tuberculose. |
| | Atividade A1.1.3 Realizar 3 workshops com 80h e 44 participantes (7 autoridades locais, 30 profissionais de saúde e 7 membros da comunidade) com o objetivo de divulgar as normas técnicas do PNLT, registro de sistema de informação e fluxos laboratoriais estabelecidos. | 60.574,80 | Atividade Concluída – dezembro de 2011 Com participação de 90 profissionais de saúde, incluídos os 7 distritos sanitários, e representantes da sociedade civil organizada nesta atividade foram elaborados, impressos e distribuídos livros de registros dos doentes da tuberculose, livros de registro sintomático respiratório e ficha de notificação de doentes e ficha de Orientação do Consultório Médico (resumo das normas – sintomas, diagnóstico, |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | | | tratamento, etc). Face ao pouco conhecimento sobre esta doença (sinais e sintomas) por parte da população, foi realizada Campanha de Mobilização nos distritos e comunidades com maior número de casos, quais sejam: Cantagalo, Lembá, Água Grande e Mez'ochi com recursos desta atividade. |
| Resultado 2.1 Capacidade de diagnóstico para todos os distritos sanitários de São Tomé e Príncipe fortalecida | Atividade 2.1.1 Realizar uma capacitação em serviço de 1 técnico de laboratório de STP nas rotinas de realização de baciloscopia, controle de qualidade, implantação da cultura de monitoramento e avaliação da rede laboratorial. Essa capacitação ocorrerá no Brasil (ES) no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) do estado. | 15.717,00 | Atividade Pendente! Previsão após a construção do laboratório de referência |
| | Atividade 2.1.2 Realização de uma capacitação para 10 técnicos de laboratório de STP em baciloscopia e rotinas de diagnóstico laboratorial da tuberculose. | 35.698,48 (valor alterado com revisão de projeto) | Atividade Concluída – Agosto de 2012 Curso de 2 semanas (parte teórica e prática) para técnico de todos os laboratórios da rede de saúde do país (cada Centro de Saúde distrital possui um laboratório para diagnóstico de doenças), baseou-se na troca de conhecimentos/experiências entre a equipe de monitores e os alunos. |

| | | | |
|--|--|---|---|
| Resultado 3.1 Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose realizando cultura para diagnóstico e teste de sensibilidade | Atividade 3.1.1 Elaborar o pré-projeto e o termo de referência que servirá de base para a elaboração do Projeto Executivo. | 2.600,00 | Atividade Concluída – julho de 201a O pré-projeto foi feito por arquiteto da FUNASA/MS e teve de ser readequado por ocasião da elaboração do projeto executivo em março de 2013, realizado por engenheiro contratado pelo projeto. |
| | Atividade 3.1.2 Elaborar o Projeto Executivo do Laboratório: o Projeto de Arquitetura (projetos de instalações hidráulica e elétrica) e de Engenharia (projeto de estrutura e fundações). | 14.117,00 | Atividade Concluída – Março de 2013 A contratação do engenheiro civil ocorreu em fevereiro 2011, o consultor entregou o projeto executivo em março de 2013. |
| | Atividade 3.1.3 Contratar empresa para executar o projeto executivo para o laboratório sendo monitorado por 1 visita de equipe de 3 pessoas do Brasil (1 engenheiro contratado; 1 arquiteto e 1 técnico do PNCT) e 2 visitas de uma equipe de 2 pessoas (1 engenheiro/arquiteto e 1 técnico do PNCT) (texto alterado com revisão de projeto) | 467.300,00 (valor alterado com revisão de projeto) | Atividade parcialmente concluída A contratação da consultoria ocorreu em setembro de 2013 e fez a harmonização do termo de referência de contratação da empresa local que executará a construção do laboratório e auxílio na avaliação das candidaturas, com base no projeto executivo. A emissão da licença para construção do laboratório está sendo processada pelo Ministério das Obras Públicas a pedido do Ministério da Saúde (custos com a operação deverá ser contrapartida de STP para este projeto). |
| | Atividade 3.1.4 Realizar compra de máquinas, equipamentos, ferramentas, mobiliário e insumos para o Laboratório Nacional de Referência de tuberculose sendo monitorado por 2 visitas de uma equipe do Brasil (1 profissional da área de engenharia clínica e 1 laboratório do PNCT) | 450.735,67 | Atividade Pendente! Previsão após a construção do laboratório de referência |

| | | | |
|--|---|-----------|---|
| | <p>Atividade 3.1.5</p> <p>Realizar o recebimento, instalação e calibração dos equipamentos e máquinas, ferramentas, mobiliário e insumos de laboratório sendo monitorado por 2 visitas de uma equipe do Brasil (1 profissional da área de engenharia clínica e 1 profissional de laboratório do PNCT) para definir a compra, recebimento e instalação dos equipamentos.</p> | 39.960,00 | <p>Atividade Pendente!</p> <p>Previsão após a construção do laboratório de referência</p> |
| | <p>Atividade 3.1.6</p> <p>Contratar serviço para acompanhamento da execução do projeto de construção e implantação do Laboratório Nacional para Tuberculose de STP.</p> | 84.000,00 | <p>Atividade Pendente!</p> <p>Previsão após a construção do laboratório de referência</p> |
| <p>Resultado 4.1</p> <p>Todas as unidades de saúde de STP realizando tratamento diretamente observado</p> | <p>Atividade 4.1.1</p> <p>Doar 260 tratamentos completos (ao longo de 6 meses) de tuberculose (31.200 comprimidos – Esquema 4RHZE e 62.400 comprimidos 2RH).</p> | 9.100,00 | <p>Atividade parcialmente concluída</p> <p>Primeira remessa da Doação dos Medicamentos realizada em Abril de 2013 - 130 tratamentos completos (6 meses por paciente); sendo que a segunda remessa deverá ser feita ao término da primeira.</p> |
| <p>Resultado 5.1</p> <p>Atividades de Monitoramento e Avaliação das ações de combate à tuberculose e da execução do projeto</p> | <p>Atividade 5.1.1</p> <p>Realizar um workshop de monitoramento e avaliação para 20 participantes para avaliar a implantação dos instrumentos de registro e fazer o monitoramento e análise dos principais</p> | 43.794,88 | <p>Atividade Pendente!</p> <p>Previsão após o funcionamento do laboratório.</p> |

| | | | |
|------------|--|-----------|--|
| realizadas | indicadores gerados após a implantação dos mesmos. Responsabilidade de equipe do Brasil: 1 técnico de laboratório; 2 de monitoramento e avaliação do PNCT) | | |
| | Atividade 5.1.2 Realizar 3 visitas de monitoramento e avaliação para avaliar o processo de implantação do projeto, uso dos instrumentos de registro e implantação do tratamento diretamente observado nas unidades de saúde | 75.700,00 | Atividade Pendente! Previsão após o funcionamento do laboratório. |
| | Atividade 5.1.3 Realizar uma visita para avaliação da execução e resultados do projeto com os parceiros envolvidos (PNCT, ABC e AISA) do Brasil a STP | 23.300,00 | Atividade Pendente! Previsão para ocorrer em 2014, no final do projeto |

Fonte: Tabela síntese elaborada com base nas informações do documento do projeto e da Revisão B disponibilizados.

3.3 A prática da parceria: execução do projeto de cooperação em questão

Para as análises da execução do projeto, foram consultados os relatórios de progresso e missão, e colhidos depoimentos dos principais atores envolvidos durante a pesquisa de campo, que contou com a ‘observação participante’, assim definida:

é um processo em que a presença do observador numa determinada situação social tem a finalidade de investigar, como ele está face-à-face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário colhe dados; assim, ele é parte do contexto da observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto. [...] Cabe ao pesquisador ser um investigador insistente, que está sempre entre as balizas do conhecimento teórico e das informações de campo (MINAYO, 2010).

Para tanto, considerou-se a visão crítica sobre o dia-a-dia da execução do projeto, sobretudo entre os atores brasileiros entrevistados. Notou-se um desequilíbrio das avaliações e reflexões críticas provenientes dos principais atores envolvidos nos dois países. Presume-se, diante desta constatação, que os depoimentos críticos, oriundos do Brasil, na posição de país prestador, revelavam natural auto-avaliação dos sucessos e insucessos do projeto, enquanto que os depoimentos dos atores de São Tomé e Príncipe, na condição de país recipiendário da cooperação, ficavam comprometidos, e pouco revelaram quanto aos pontos negativos, aos insucessos e às críticas construtivas. Como fator de facilitação, a análise foi feita com base no ciclo de projetos, ou seja, do conhecimento teórico e das diretrizes previstas no Manual da ABC. Essas análises são apresentadas segundo as etapas seguintes:

Negociação

Esse é o momento de gestação de um projeto, em que se determina qual é o problema que se quer resolver, quem afeta, qual é a nova situação que se quer alcançar com a intervenção. Nessa fase, destaca-se a coleta de informações da situação-problema e do contexto. Galán e Ollero (2008) chamam a atenção para o fato de que quanto mais rigoroso e sistemático for o tratamento desta informação, mais precisão terá o planejamento e, portanto, mais chances de efetividade ele terá. Além disso, deve-se realizar a identificação juntamente com todos os atores envolvidos na intervenção. (GALÁN & OLLERO, 2008). Esse é um grande desafio, já que há várias maneiras de se interpretar determinada situação e várias perspectivas e anseios em jogo.

Conforme o Manual da ABC, essa fase compreende a identificação da iniciativa, e logo na sequência dá início à prospecção e à formulação do projeto. Durante a

identificação, realiza-se a análise preliminar da elegibilidade da iniciativa apresentada pelo país proponente. A cooperação técnica Sul-Sul é iniciada pela manifestação de interesse do país em desenvolvimento que pretende cooperar com o Brasil. Logo é verificado se há convergência entre as experiências brasileiras existentes e o setor/tema de interesse do país proponente, e se finaliza por averiguar a disponibilidade de recursos técnicos e humanos nas instituições implementadoras das ações (ministérios, autarquias, empresas públicas, etc) e orçamentários na ABC (BRASIL, 2013).

Uma primeira missão de prospecção de profissional técnico brasileiro foi realizada, no início de 2010, em São Tomé e Príncipe, com o objetivo de negociar o projeto. Em maio do mesmo ano, outra missão foi empreendida para o levantamento de dados, com o objetivo de finalizar a elaboração do documento. Nesse momento, seriam identificados os recursos necessários para a construção do laboratório de referência em diagnóstico, assim como o local, no complexo do Hospital Ayres de Menezes, que devia abrigar o laboratório, e os equipamentos, máquinas e materiais a serem adquiridos (BRASIL, 2010).

O tempo de duração para as missões de negociação de projetos, ambas realizadas ao longo de uma semana, mostrou-se escasso para a compreensão dos desafios e da intervenção que se pretendia realizar. Além disso, não houve preparo prévio dos técnicos brasileiros que foram designados para as negociações com relação ao contexto do país, ou aos princípios da cooperação técnica com países em desenvolvimento, nomeadamente as orientações do governo brasileiro aos representantes que foram negociar sua implantação. Tampouco, foram realizados diagnósticos mais precisos e estudos de viabilidade, que permitissem planejamento mais factível e efetivo. O contato se deu somente por meio de algumas reuniões técnicas entre as equipes de ambos os países.

Pelo observado, a negociação do projeto e o esboço do seu formato não levaram em consideração duas outras iniciativas de cooperação internacional, concernentes ao problema da tuberculose em São Tomé e Príncipe, que já estavam em andamento na época: o Programa Saúde para Todos, com o apoio do governo português, e a iniciativa do Fundo Global de Luta contra Aids, Tuberculose e Malária. Constata-se, desse modo, certa negligência, por parte do governo brasileiro, no tocante à prospecção do contexto em que se realizaria a intervenção da cooperação, assim como descoordenação, por parte do governo de São Tomé e Príncipe, em face das várias iniciativas externas no

país. Estas, na maioria das vezes, chegam, em grande número, sem coordenação entre si, com interesses e visões de mundo bem definidos, sem muito espaço para mudanças.

As missões de negociação geralmente envolvem profissionais técnicos da área temática, objeto do projeto, e gestores/analistas de cooperação internacional, preferencialmente provenientes dos dois países. No caso do Ministério da Saúde do Brasil, a Assessoria para Assuntos Internacionais de Saúde (AISA), na maioria das vezes, acompanha as missões de elaboração e de avaliação dos projetos financiados com recursos da ABC juntamente com a área técnica executora de suas atividades. Dessa forma, pode-se contar com equipe de duplo perfil para a negociação e posterior elaboração do documento. No entanto, a mesma atitude não é esperada por parte do país parceiro que, na maioria das vezes, depende de convocatória do seu próprio governo, dos financiamentos da ABC, sobretudo no momento de visitar o Brasil para conhecer a experiência do País e prospectar áreas de interesse. Ademais, a única pessoa responsável pelos assuntos internacionais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe demonstrou pouco conhecimento do projeto em questão. Funcionária de longo tempo da casa, a pessoa entrevistada mostrou-se sobrecarregada com as várias funções que desempenha, desde assessorar o Ministro de Estado em suas viagens internacionais, até coordenar iniciativas de cooperação. Além disso, o MSAS trata não somente do tema da saúde pública, mas dos temas de trabalho e emprego.

A despeito de profissionais de saúde e pessoas da comunidade terem sido envolvidos em treinamentos participativos e realizados por meio de métodos de construção e reflexão coletiva (atividade 1.1.3), durante a fase de negociação do projeto não foram consultados. Isto reflete um desequilíbrio entre os propósitos da CSS, nomeadamente do princípio de participação do Manual da ABC, e sua prática⁶⁷.

Elaboração

A fase da elaboração, conforme comentado anteriormente, ficou prejudicada por falta de um diagnóstico situacional preciso e abrangente do contexto de intervenção do projeto. Além disso, as seções de justificativa, objetivos, desenvolvimento e resultados, no documento original, não trazem descrição dos marcos normativos existentes, do

⁶⁷ Pondera-se, entretanto, que o Manual de Gestão Técnica da Cooperação Sul-Sul é material posterior ao projeto em questão. Deve-se, entretanto, lembrar que, mesmo assim, esses novos princípios e diretrizes atentos à 'reforma' da cooperação tradicional que se quer empreender já estavam em mente e eram constantemente postos em questão pela ABC.

sistema de saúde do País, do quadro de profissionais da saúde, da estrutura e diretrizes centrais do Programa de Luta contra a Tuberculose de São Tomé e Príncipe. Essa situação dificulta, inclusive, a institucionalização da CSS no Brasil, pois o projeto baseia-se nos funcionários engajados que participaram da negociação dele.

Segundo Galán e Ollero (2008), esta é a fase de se estruturar e formalizar as ações da intervenção. A partir das análises do contexto, deve-se especificar e organizar os elementos do projeto. Para tanto, será elaborada a matriz de planejamento. Na sequência, deverá ser elaborado o chamado documento de projeto.

Com relação aos recursos empenhados, por atividade e por e por linha orçamentária, sabe-se que o montante deles contabiliza valores financeiros e orçamentários do governo brasileiro. Conforme previsão no documento do projeto de cooperação, além dos recursos da ABC dedicados às missões, aquisições e contratações, ou valores efetivamente desembolsados no âmbito dessa cooperação. Há, também, previsão das horas técnicas dos profissionais do governo brasileiro dedicadas às atividades de cooperação, ou valor orçamentário. Esse último será calculado em função do número de profissionais e do cálculo aproximado das horas dedicadas às atividades de cooperação, segundo particularidades de cada instituição. No entanto, o mesmo não acontece com as horas técnicas dos profissionais santomenses, que não chegam a ser contabilizadas. Conforme consta no último levantamento de recursos dedicados à CoBraDI, os ‘custos administrativos associados’, onde se incluem as horas técnicas, contabilizou 28% dos R\$ 252 milhões, no período de 2005-2009, dedicados à cooperação (BRASIL, 2010).

Além disso, ainda há grande dificuldade das instituições brasileiras, executoras das ações, direcionarem recursos financeiros a atividades de cooperação internacional, ficando a ABC com todo o custo financeiro do projeto. Isso pode ser constatado neste projeto, em duas ocasiões: quando o Ministério da Saúde do Brasil não pode fazer a doação dos microscópios, por falta de meios de justificar tal compra como CTI, e quando o MS sentiu a limitação dos recursos do projeto para constantes idas àquele País sem possibilidades de acrescentar recursos próprios.

Execução

Esta fase prevê o início da intervenção do projeto na realidade de São Tomé e Príncipe, o que requer flexibilidade para concretizar o que foi planejado no cenário real.

A execução exige capacidade para programar, gerenciar e coordenar as atividades, os atores, os recursos para tomar as decisões que se apresentem, em relação ao plano previsto e ao contexto real, a partir da manifestação das ‘externalidades’ e do surgimento de conflitos que por ventura surjam durante as atividades.

Além disso, deve-se levar em conta que o monitoramento das ações se dá concomitante à execução, a partir do enfoque “ação-reflexão-ação”. Assim, um plano de ação e de formação de comitê diretivo, que dê suporte à coordenação global das ações e garanta a ágil tomada de decisão ao longo da execução, são instrumentos de grande importância. Tem-se em mente que, a despeito de o documento de projeto e matriz lógica já estarem formulados, o plano operativo e o comitê diretivo garantem a execução das atividades no cotidiano (GALÁN & OLLERO, 2008).

O projeto em questão é executado por profissionais brasileiros e santomenses, deslocados de suas instituições de origem para atividades conjuntas. Esta é, sem dúvida, uma das características da cooperação brasileira. Ao mesmo tempo que isso permite mais proximidade entre as instituições executoras, também dificulta a dedicação que se requer, já que aqueles profissionais somam essas tarefas às funções já desempenhadas anteriormente.

Diferentemente, grande parte dos projetos da cooperação internacional conta com bases fixas, escritórios e consultores designados para acompanhar em tempo integral e *in loco* a sua execução. A articulação com as instituições do país-parceiro, o contato periódico com atores locais, e a rápida e consciente tomada de decisão, diante de fatos e fenômenos inesperados, feitos por intermédio dessas bases e equipes fixas, são alguns dos prejuízos registrados nesse caso da cooperação brasileira.

Especificamente a cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe possui os dois cenários: projetos que contam com bases fixas, cujos profissionais designados para o trabalho local são alocados dentro da embaixada brasileira, e projetos que são executados por meio de missões técnicas de servidores públicos ao País, como é o caso do de combate à tuberculose. Essa característica foi identificada como um dos principais desafios enfrentados pela equipe de execução, devido à distância prejudicial em várias tomadas de decisão, das mais simples às mais complexas, como a aquisição de bens, a adequação, e inclusão de determinada atividade.

Cita-se, como exemplo dessa dificuldade, o resultado de número 3 do projeto que prevê a construção de um edifício para sediar o Laboratório de Referência Nacional. Ficou constatado que foram várias as missões de representantes do governo brasileiro a São Tomé e Príncipe para a elaboração do programa executivo (planejamentos arquitetônico, de engenharia, de fiação elétrica, de hidráulica, entre outros). A adequação às orientações e normativas do governo local, o desembaraço das licenças necessárias para o início das obras, e a contratação da empresa local para executar a construção, requereram, também, a contratação de consultoria do lugar. Mesmo assim, os deslocamentos dos profissionais brasileiros parecem não terem sido suficientes.

Durante a fase da execução de atividades previstas no projeto, algumas adaptações à realidade, tiveram que ocorrer logo de início. Diante do longo tempo decorrido entre as negociações desta parceria, em 2009, e a assinatura e entrada em vigor do projeto, em 2011, assim como as novas demandas e necessidades surgidas posteriormente, algumas decisões foram tomadas pela equipe brasileira em conjunto com a contrapartida santomense. As mudanças mais notórias ocorreram no resultado 1 que previa a realização de treinamentos sobre normas técnicas e que resultou na exclusão de algumas tarefas, cujas normas e livros de registros já tinham sido discutidos no âmbito do outro projeto de São Tomé e Príncipe com o Fundo Global. Assim, foram feitos alguns acréscimos de atividades, a partir da necessidade identificada de melhorar o entendimento da população sobre a doença, quando uma campanha foi organizada em quatro distritos do País, conforme consta no relatório de progresso (de 2013).

No tocante à elaboração e divulgação de normas técnicas do Programa, conforme previsto no resultado 1, elogia-se a forma como as oficinas de discussão e análises do marco existente no País foram realizadas, de maneira bastante interativa e horizontal. Em de maio de 2011, a equipe brasileira se encontrou com os gestores do Programa santomense para preparar a oficina que ocorreu em dezembro de 2011. Para esta atividade, foram convidados não apenas os profissionais de saúde de todos os distritos santomenses, mas também membros da comunidade, envolvendo-os na elaboração e discussão dos materiais a serem utilizados e na identificação dos instrumentos normativos existentes, no apoio da elaboração de normas técnicas do Programa, na implantação dos sistemas de registros, e no estabelecimento dos fluxos laboratoriais.

A campanha de sensibilização popular mencionada merece comentário à parte. Com o fim de melhor divulgar os sinais e sintomas da tuberculose com a participação da comunidade na identificação da doença, a campanha foi realizada, em agosto de 2012, em conjunto com outra iniciativa do governo brasileiro, presente no local, para somar esforços: o projeto de ensino da capoeira em São Tomé e Príncipe. Além disso, a iniciativa promoveu ampla mobilização social com repercussão no canal de TV e rádios locais, com a presença do embaixador do Brasil naquele país.

Elogiável, também, a iniciativa de distribuição de cesta básica às famílias de pessoas enfermas, com base na experiência e iniciativa do Brasil. A prática brasileira de oferecer café-da-manhã aos pacientes que chegam aos centros de saúde, para a administração dos medicamentos, inspirou algo parecido em São Tomé e Príncipe. A iniciativa da equipe técnica brasileira contou com o apoio da embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe para arrecadar, durante eventos do Centro-Cultural da embaixada, cestas básicas em benefício do projeto em questão. Toda essa iniciativa contou com a criatividade, engajamento e mobilização de parcerias, já que não tinha sido prevista no documento original, mas havia sido elogiada pela equipe santomense em visita ao Programa no Brasil.

A fase de execução tem sido prejudicada pelo corte orçamentário da ABC, ocorrido a partir de 2011, e pela troca de gestão da ABC no mesmo período. A dificuldade em conseguir a liberação de recursos para a realização das atividades se deveu à não declaração oficial da suspensão do projeto, que resultou em verdadeiros prejuízos na realização das atividades, chegando a ter seu escopo alterado, em função dessa limitação de recursos. Isto tem provocado não apenas um desincentivo para a instituição executora brasileira, o Ministério da Saúde, a qual teve seu trabalho comprometido, e, ainda comprometida a credibilidade do Brasil perante seu parceiro. Infere-se, portanto, que a despeito da intenção e das promessas do Brasil, a ABC ainda demonstra certo ‘amadorismo’ no cenário real da cooperação, durante a implementação desses projetos.

Monitoramento

O monitoramento de projeto tem a função de servir como sistema de informação e como análise crítica dos efeitos das ações em curso, e permite, portanto, apontar reorientações técnicas, incorporar ajustes com relação ao inicialmente programado,

evitar desvios indevidos durante a execução, conhecer a evolução das ações e respectivas causas de desvios e deficiências, bem como elaborar e propor medidas alternativas quando a situação o exigir. Para tanto, há que se prever instrumentos de coleta de dados que podem ser objeto de informes periódicos, documentos contábeis e de gestão, visitas de supervisão, entrevistas, reuniões com os beneficiários e formulários elaborados para se ‘medir’ os efeitos das ações e atividades previstas no âmbito do projeto. Adicionalmente, é de importância, a elaboração de indicadores, na fase inicial de planejamento do projeto, para que se possa, nessa fase, monitorá-los. (GALÁN & OLLERO, 2008)

Atente-se para a gestão da cooperação internacional, inclusive corroborada pelo Manual da ABC. A cooperação brasileira ainda se mostra muito débil, no tocante à prática e utilização de instrumentos para o esse monitoramento. Conforme dito anteriormente, não há previsão de que o monitoramento seja realizado por ambos os países, não há indicadores e metas pré-estabelecidos que permitam um monitoramento sistemático, e tampouco mecanismos e reuniões para tal, conforme pode ser notado no presente estudo . As atividades previstas no âmbito do resultado 4 não chegaram a ser realizadas até o presente momento.

Apesar de o monitoramento fazer parte da gestão de projetos de cooperação internacional, um dos resultados dele foi direcionado para essa finalidade. Isso faz com que seja confundido o monitoramento no âmbito do projeto com o monitoramento dos casos de tuberculose no país, conforme visto no resultado 5, que prevê nas atividades 5.1.1 e 5.1.2 o monitoramento dos instrumentos de registro da doença e na atividade 5.1.3, a avaliação da execução e seus resultados, considerando os parceiros envolvidos.

Houve a iniciativa de se formular instrumentos de monitoramento da execução do projeto, o que rendeu inclusive algumas reuniões virtuais com a equipe santomense. Essa iniciativa partiu da Assessoria de Assuntos Internacionais e teve o apoio da ABC e da embaixada local. No entanto, não teve grandes desdobramentos, pois vários dos instrumentos utilizados deveriam ter sido pactuados previamente. Dentre todas as dificuldades encontradas, sentiu-se falta de haver realização de oficinas, para nivelamento do conhecimento sobre os instrumentos de gestão, orientação dos instrumentos e métodos utilizados, de acordo com os papéis e responsabilidades de cada instituição e pessoas envolvidas com o monitoramento do projeto.

Avaliação

Avaliação é a última fase do ciclo de projeto, mas também procedimento que se faz ao longo de sua totalidade. Avaliar é valorar a situação alcançada, em relação à pretendida, o que pode ser também feito ao longo das fases de execução e monitoramento. O propósito maior da avaliação é o de melhorar a gestão concreta de uma intervenção para o desenvolvimento, e, caso o projeto já tenha sido concluído, o propósito é aumentar a capacidade futura. Por isso, a avaliação é instrumento de aprendizagem, essencial em um processo participativo, para reflexões, informações e fortalecimento da capacidade de todos os atores. Ela assume também a função de prestação de contas, o que a aproxima do processo de monitoramento, já que determinados critérios e princípios devem ser lançados para orientá-los. (GALÁN & OLLERO, 2008)

Assim, a despeito de haver previsão da realização de uma atividade para a avaliação final do projeto, por parte das pessoas que estiveram envolvidas nele (avaliação participativa), não houve, no caso analisado, previsão de instrumentos de avaliação ao longo da sua execução. Foram utilizados, no entanto, instrumentos de avaliação para a oficina prevista na atividade 3.1.3, que aplicou questionários antes e após da atividade, com o intuito de se conhecer melhor as expectativas e impressões dos participantes. A atividade não tinha sido prevista, mas foi de iniciativa da equipe brasileira, que arcou com o ônus da elaboração dos questionários, aplicação deles e da avaliação dos dados, ainda não concluída.

Por fim, é possível destacar que as análises referentes à avaliação final estão pendentes e deverão ser realizadas antes de sua conclusão. De acordo com o novo Manual da ABC (BRASIL, 2013), os seguintes critérios deverão norteá-la por meio de processo participativo, a saber: 1) o desenho e planejamento do projeto; 2) o desempenho, para medir se as metas traçadas foram alcançadas; a eficácia, com o intuito de ver se os efeitos positivos produzidos pelo projeto foram de fato benéficos para abordar o problema em questão; 3) a eficiência, ou o rendimento dos recursos (materiais, humanos, financeiros, temporais) empregados na execução do projeto; 4) a sustentabilidade da cooperação relacionada, seja aos fatores internos (ligados à participação efetiva de todos os atores, apropriação da iniciativa e seus efeitos, conhecimentos e experiências absorvidos e acessíveis, adaptação à nova realidade), seja aos fatores externos (concernentes aos beneficiários diretos das ações e às condições

locais que propiciem ou não a atuação autônoma após a conclusão do projeto); 5) os aspectos operacionais e gerenciais; e, por fim, 6) as lições apreendidas.

4. Considerações finais do capítulo

O projeto em questão, de cooperação técnica para o combate à tuberculose, com estudo de caso proposto por essa pesquisa, cuja execução é marcada por instabilidades e amadorismos, mostra-se, ainda assim, com grande potencial de inovação. Isso porque, a oportunidade de introduzir elementos novos, não apenas na gestão, mas também na concretização da parceria de troca de experiências, está presente em todo o contexto do projeto. Citam-se a experiência brasileira vivenciada com a Política Nacional de Humanização, que traz para o TDO um diferencial de fácil adaptação à realidade santomense, com boas perspectivas de impacto positivo; as discussões e as iniciativas, por parte do Brasil na agenda Sul-Sul de saúde pública, com destaque para a CPLP, em que a cooperação técnica tenta focar nos aspectos estruturantes dos conhecimentos e técnicas; e os novos princípios adotados pela ABC: horizontalidade e participação.

Especialmente interessado em verificar a contribuição desse projeto à questão do desenvolvimento humano, é um dever citar o modelo de humanização do Tratamento Diretamente Observado (TDO) trazido pelo Brasil. As atuais discussões e formas de se implementar políticas de saúde pública no Brasil estão voltadas para esse enorme desafio de trazer o ser humano para o centro das tomadas de decisão. Isso aparece refletido na prática cotidiana dos gestores e dos profissionais brasileiros e santomenses. Vale registrar, no caso do projeto em pauta neste estudo de caso, que a postura humilde, flexível e mais humana dos profissionais brasileiros foram mencionadas em vários momentos, haja vista a postura adotada por profissionais de outros países. Além disso, chamou a atenção da autora, o trabalho sensível em São Tomé e Príncipe, no tocante ao tratamento dos pacientes de tuberculose no Centro de Tisiologia do Hospital Ayres de Menezes. Essa constatação aproxima os dois países e, ao mesmo tempo, apresenta-se como boa prática a ser disseminada, como nova pauta para a governança global em saúde (conhecimento do Sul).

O Manual da ABC estabelece que a cooperação técnica Sul-Sul é identificada com a atual tendência de países em desenvolvimento de se apoiarem e constituírem, assim, nova forma de se estabelecer laços de cooperação com o maior número possível de países. Apesar das expressões ‘novo’, e ‘atual tendência’, nota-se que o Manual

pouco inova com relação à prática da gestão de projeto, em conformidade com o mesmo ciclo de projeto proposto pelas agências da cooperação tradicional. Além disso, a utilização de termos como país recipiendário/beneficiário em oposição a ofertante/prestador ajuda a transferência de conhecimento, dentre outros que se identificam nas referências informais aos atores ou ao processo da cooperação na prática cotidiana, e partem do pressuposto de que há um desnível entre os países-parceiros, como também uma assimetria de poder e de capacidades instaladas.

Nota-se, também, que o processo de todo o projeto tem sido de pouca participação, o que prejudica a assimilação dos desejados de seus resultados e a emergência de conhecimentos alternativos. No caso do projeto em questão, por exemplo, sente-se a falta de maior envolvimento da população local beneficiária e dos profissionais de saúde conhecedores dos hábitos, carências e conhecimentos populares sobre a tuberculose. Carece, também, de maior participação dos coordenadores e executores do projeto pelo lado santomense, que sequer chegaram a ser instruídos sobre os instrumentos utilizados, conforme citado anteriormente. Esta constatação confirma a afirmação de Maximiano (1994), segundo a qual todo projeto deve ser visto sob duas perspectivas: a do país recipiendário e a do país ofertante. Neste caso, os atores santomenses ocupam espaço.

A despeito de a cooperação significar fenômeno global de trabalho conjunto, com o objetivo de superação de desafios comuns, os limites do compartilhamento de experiências e conhecimentos devem ser questionados. A partir das discussões entre representação dos conceitos de saúde e doença, da adoção de discursos particulares que refletem visões de mundo, dos estigmas em torno da tuberculose nas distintas sociedades, a fronteira entre a universalização e a interculturalidade mostra-se muito tênue. Sfez (1997 *apud* Minayo, 2010) e Minayo (2010)⁶⁸ ao mencionarem ‘o mito da saúde perfeita’ chamam a atenção para a forma com que as representações sociais de doença podem ser monopolizadas e orientadas pelos países dominantes.

No caso do projeto analisado, verifica-se que, a despeito da postura aberta e flexível dos profissionais brasileiros em São Tomé e Príncipe, conforme apontado

⁶⁸ Sfez, em 1997, segundo Minayo (2010), realizou algumas investigações etnográficas a respeito da visão saúde e doença nas elites dos Estados Unidos, Japão e França, e concluiu que há, atualmente, nas classes mais influentes dessas sociedades um “mito da saúde perfeita”, altamente influenciado por classes afluentes nos laboratórios e indústrias, e que se expande para todo o mundo, gerando uma espécie de nova representação social de saúde, a definir nova história humana, a partir da sua expansão e universalização.

durante as entrevistas, não houve espaço e tempo para se conhecer o contexto como um todo. A justificativa do projeto baseou-se mais em recomendações da OMS (diagnósticos externos) e menos em diagnósticos locais, feitos a partir de atividades participativas. No nível mais abstrato e reflexivo, o problema pode ser visto como alinhamento a determinadas visões de mundo provenientes das classes ou países dominantes.

Tal situação é vista como particularmente preocupante na prática da cooperação internacional e contraditória com a nova tendência da cooperação Sul-Sul. Ao se basear na adoção de indicadores e metas globais, na execução de projetos, pouco atenta à realidade local, a cooperação técnica Sul-Sul, se compromete com a agenda global que muitas vezes reflete visões de mundo hegemônicas e ideologizadas, e abafa o surgimento de novos conhecimentos (os ‘pensamentos do Sul’). Os saberes populares e tradicionais são muito úteis, sobretudo, no tocante à saúde pública, interessada não apenas na participação da população local, mas também na identificação e tratamento das doenças, com a desestigmatização e as determinações sociais da doença.

No tocante aos princípios da cooperação Sul-Sul, alguns desafios se oferecem, neste sentido, para que a nova tendência da cooperação internacional traga mudanças positivas. O mais provável é que o efetivo envolvimento da população beneficiária em todo o ciclo dos projetos, e a adoção de métodos e metodologias participativas possam minimizar as consequências uniformizantes de iniciativas externas. Além disso, o princípio da participação pode contribuir para que as iniciativas sejam orientadas a partir da base popular, resultando em decisões de baixo para cima, e enseje a concretização do princípio da horizontalidade, em que ambos os governos e populações de fato intercambiem experiências e conhecimentos.

Quanto à metodologia, notadamente aquela da pesquisa de campo realizada, constata-se a falta da realização de entrevistas estruturadas, que vão além das daquelas consideradas informais e abertas, aqui utilizadas. As análises sobre a execução de projetos, por fases e ciclos, se basearam na observação participante, na análise de documentos fornecidos pelo governo brasileiro e nas impressões colhidas durante ‘as entrevistas abertas’. Estas entrevistas tiveram especial foco na discussão mais geral da cooperação Sul-Sul (características e participação do Brasil), relegando a pesquisa de opinião sobre cada etapa do projeto para segundo plano. A utilização de questionários estruturados e o envolvimento de mais atores e população beneficiária santomense

poderiam ter somado positivamente às conclusões aqui obtidas, sobretudo quanto à gestão da cooperação Sul-Sul, e aos princípios, métodos e modelos de projeto utilizados pelo Brasil.

Conclusão

A cooperação Sul-Sul, ou Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, mostra algumas distinções da cooperação internacional tradicional. No caso da cooperação em que o Brasil está envolvido, observa-se que, ainda que pouco inovadoras quanto à prática da execução dos projetos e ao alinhamento aos propósitos da CSS. Entretanto, essa cooperação, de fato, abrange parcerias mais horizontalizadas e participativas, conforme notado nos discursos dos atores e na execução do projeto que chamaram atenção para características como: relações mais flexíveis, mais empatia e simpatia entre os profissionais dos dois países, abordagens mais humanas e menos tecnicistas dos problemas, mais humildes e abrangentes no trabalho conjunto.

Assim como se afirma ser a cooperação Sul-Sul uma nova tendência das relações internacionais, também se afirma, atualmente, assistir-se a um momento de transição, em que a CSS possui poucos delineamentos, muitas expectativas e alguma instabilidade. A expressão ‘cooperação Sul-Sul’ não possui definição precisa e consensual, e se reconhece perante as várias críticas a respeito da sua utilização. Além disso, as poucas discussões científicas são ofuscadas pelo número de vezes que a expressão é utilizada, atualmente, nos meios de comunicação e nos discursos oficiais.

Se por um lado a cooperação Sul-Sul é uma nova tendência que não se contrapõe, mas complementa a cooperação tradicional, por outro ela também não é um bloco homogêneo e coeso. Nos moldes do que tem sido feito pela OCDE com a sistematização dos dados dos vários países que a compõem, dos encontros sobre a ‘eficácia da ajuda’, dos aprimoramentos da gestão de projetos e da publicização das ‘boas práticas’ da cooperação internacional, a cooperação Sul-Sul deverá introduzir inovações. Não se pode falar de um bloco coeso de cooperação Sul-Sul, com a grande quantidade de países do Sul que o compõem, e o instrumentalizam de acordo com seus interesses.

De toda forma, há grande expectativa em torno da “reforma” que aquela cooperação pode introduzir na prática de cooperação entre os países, não apenas entre os países do Sul, mas também com participação dos países do Norte e dos organismos internacionais, em acordos triangulares. Assim, oportunidade se abre para a adoção de uma nova metodologia de concretização dessas parcerias que, além de não imporem condicionalidades, de estabelecerem relações mais horizontais entre as partes e de

respeitarem as culturas diversas, como tem sido propagado, pode inaugurar parcerias que envolvam com mais transparências as populações beneficiárias, as organizações da sociedade civil, o setor privado e, conseqüentemente, sejam oportunidade para a emergência de pensamentos do Sul.

No caso da saúde pública, a cooperação Sul-Sul em saúde pode significar contribuição para o pensamento científico e para a agenda de saúde global. No momento em que se define saúde, não apenas como a ausência de doença, mas como bem-estar físico, mental e social, muito há o que incorporar à governança global, às pesquisas científicas e à perspectiva dos conhecimentos locais. Os avanços trazidos pelos determinantes sociais de saúde que apontam que as desigualdades sociais privam os seres humanos de todas as condições que resultam no bem-estar mínimo da vida humana, e colocam não apenas as reivindicações do Sul, mas a cooperação Sul-Sul no primeiro plano deste debate.

Os povos africanos se mostram ainda mais prejudicados com as conseqüências do colonialismo europeu. Além de terem sido utilizados como colônias de exploração, no passado, continuam, no presente, na dependência de parcerias de cooperação internacional, paradoxalmente, dos próprios países europeus colonizadores. Além de terem sido escravizados no passado, ainda sofrem, hoje, com preconceitos negativos.

A linguagem é definida como uma prática social e instrumento de poder. Assim, ao mesmo tempo que é socialmente construído, o discurso (visões particulares de mundo) influencia a ordem social. A manutenção das imagens pejorativas a respeito da África está na contramão de todas as iniciativas em prol do desenvolvimento do continente. São Tomé e Príncipe não é exceção neste grupo de países que vivenciam este prejuízo, reproduzem em seus discursos oficiais imagens negativas sobre si e assumem posturas ávidas por parcerias, a qualquer preço, vislumbrando a atenção da comunidade internacional. O impacto dessa mudança de rumos, que a cooperação Sul-Sul pode introduzir com o princípio da horizontalidade, é grande e esperado.

Sobre esse ponto, retomou-se a polêmica discussão de Kabou (2013), trazida com a indagação “E se a África recusasse o desenvolvimento?”, em que se chama a responsabilidade para os africanos, tal como esta pesquisa chamou a responsabilidade para os países do Sul. Defendeu-se que esses países, por meio da cooperação internacional, nas diversas modalidades (política, técnica, científica), poderiam

introduzir novos saberes e conhecimentos para novo modelo de desenvolvimento e novas práticas de cooperação internacional. Estudos como aqueles, conduzidos por Oliva (2010), devem, sem dúvida, ser considerados nesta discussão. Para além de explicitar a ignorância do Ocidente e da comunidade científica, por intermédio dos meios de comunicação sobre a África, tais representações criam situações em que esse continente é encarado como impotente e incapaz de promover o bem-estar da sua população. A cooperação Sul-Sul, ao pretender dar maior voz à compreensão da alteridade, inerente à emergência do pensamento do Sul, poderá ser importante contribuição nesse sentido.

Deve-se, portanto, não apenas mostrar exemplos de parcerias de cooperação Sul-Sul no tocante à modalidade da cooperação técnica, mas ainda sugerir novos métodos para elas. Métodos que permitam a prática de uma real horizontalidade, o que, segundo Corrêa (2010), envolve uma nova postura, exigindo dos seus atores estarem intelectualmente preparados para ouvir, perguntar e conhecer, antes de concluir e oferecer.

O continente africano tem se destacado pela tomada de consciência do seu povo, quanto a seu poder e suas heranças culturais, como adverte Saraiva (2012). A emergência de identidades consolidadas e conscientes na África, como no caso de São Tomé e Príncipe, coloca na população a responsabilidade de melhorar suas representações políticas, não mais baseadas no tribalismo político e em elites africanas despóticas frequentadoras dos círculos europeus, mas com poder de influenciar a tomada de decisão e a produção de conhecimento a partir de novas perspectivas. Isso alteraria consideravelmente os desafios da cooperação Sul-Sul, a ser gerida pelo Brasil, que deverá considerar, neste caso, o povo santomense na definição dos projetos e execução das atividades, e estimular seus parceiros a repensarem sua própria realidade. Essa postura pode, inclusive, poupar o Brasil de não ser conivente, em nome dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais - o da “autodeterminação dos povos” e da “não intervenção” (BRASIL-CF, 1988, art. 4, incisos III e IV), com regimes ilegítimos e despóticos, bem como abre espaço para levar para suas parcerias de cooperação uma das conquistas mais caras do povo brasileiro desde a última Constituição Federal de 1988, que é a participação social na tomada de decisão governamental.

O debate acadêmico-científico deve acompanhar essas evoluções. Abordagens mais sensíveis e sociológicas na disciplina das Relações Internacionais, como o construtivismo, mostram-se mais ágeis e acuradas para explicar a cooperação internacional para o desenvolvimento. Além disso, a busca por uma Ciência complexa e interdisciplinar permitirá ao campo da cooperação internacional estar melhor amparado, e às análises científicas mais associadas ao mundo empírico, mais comprometidas com os valores humanistas, e com a evolução da governança global.

Referências bibliográficas

ADLER, E. O construtivismo nas relações internacionais. **Lua Nova (Revista de Cultura e Política)**, n. 47, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200011&script=sci_arttext Acesso em Fevereiro de 2014.

ALBERDI, J.; ALCALDE, R. Cooperación para el desarrollo en África subsaariana: entre la ambivalência del discurso y la complejidad de las realidades africanas. In: SANTAMARÍA, A & MUÑOZ, E. **África en el horizonte: introducción a la realidad socioeconomica del África Subsahariana**. Madrid: IUDC e La Catarata, 2006.

ALMEIDA, C. et al. A concepção brasileira de cooperação sul-sul estruturante em saúde. **RECIIS (Rev. Eletr. de Inf. Inov. Saúde)**, v. 4, n.1, p-25-35, 2010.

ALMEIDA, E.; KRAYCHETE, E. O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? **Astrolábio**, n. 10, 2013. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/2815/4508>. Acesso em dez. 2013.

ALEGRE, F. C. **Santomensidade**. São Tomé: UNEAS, 2005.

ALEGRE, F. C. **A Rosa dos ventos: subsídios para o estudo da diplomacia santomense**. São Tomé: UNEAS, 2010.

AMORIN, C. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

AYLLÓN, B. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2013.

AYLLÓN, B.; LEITE, I. O Brasil e a cooperação sul-sul: contribuições e desafios. **Boletim Mundorama**, n. 28, nov. 2009. Disponível em: <http://mundorama.net/2009/12/28/o-brasil-e-a-cooperacao-sul-sul-contribuicoes-e-desafios-por-bruno-ayllon-pino-iara-costa-leite/> Acesso em Jan 2014.

BAQUERO, J. Brasil y África subsahariana: cooperación en el sur global y nuevas demandas postcoloniales. In: SANTAMARÍA, A & MUÑOZ, E. **África en el horizonte: introducción a la realidad socioeconomica del África subsahariana**. Madrid: IUDC e La Catarata, 2006.

BARRIOS, A. **Brasil, de receptor a doador? O caso da cooperação em HIV/Aids do Brasil em Moçambique**. 2013. 134f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) - Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BASTOS, L. V. S. S. **Tomé e Príncipe: desafios e desenvolvimento**. São Tomé: UNEAS, 2011.

BERTHET, M. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. **Est. Hist., Rio de Janeiro**, v. 25, n. 50, p. 331-351, 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862012000200004&script=sci_arttext Acesso em Janeiro de 2014.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, versão externa**, 1. ed., Brasília: MRE, 2013.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Conceito CGPD** (Coordenação-Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento). Disponível em: [http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD](http://www.http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD) Acesso em fevereiro de 2014.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) 2005 – 2009**. Brasília: Ipea, 2010.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) 2010**. Brasília: Ipea, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE) **Visitas internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de ministros dos negócios estrangeiros ao Brasil, 2003-2010 e visitas internacionais do presidente Lula e visitas ao Brasil de chefes de estado e chefes de governo, 2003-2010**. Brasília: MRE, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE) – ABC. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Versão Externa. Brasília: Edição da ABC, agosto de 2013. 1 ed.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE) – ABC. **Projeto de Cooperação Técnica Brasil e São Tomé e Príncipe “Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe**. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE) - ABC. **Revisão do Projeto de Cooperação Técnica Brasil e São Tomé e Príncipe “Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe**. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS) **Mais saúde – direito de todos, 2008-2011**. Programas, Projetos e Relatórios. 3 ed. Brasília: MS, 2009. (série C)

BRASIL. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) **Livro eletrônico “O território e o processo saúde-doença”** [s.d.]. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?id=3&prioridade=3>. Acesso em: Jan, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS) **Tratamento Diretamente Observado da Tuberculose na Atenção Básica: Protocolo de Enfermagem**. Brasília: 2011.

BUSS, P.; PELLEGRINI, A. A Saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS (Rev de Saúde Coletiva)**. v. 17, n. 1, 2007. p. 77-93.

BUSS, P. Brasil: estruturando a cooperação na saúde. **The Lancet**. Ed. Especial “Saúde no Brasil”, 2011, p. 2-4.

CAIXETA, M.B. **A Cooperação Técnica prestada pelo Brasil (CTPD) como instrumento de *soft power* da política externa brasileira: o caso de Moçambique.** Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

CAMPOS, R; LIMA, J.B.B e GONZALES, M.J.F. Questões Conceituais e Metodológicas sobre os estudos da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional.** Brasília, n. 11, Jul/Set. 2012. p. 7.

CAMPOS, R.;LIMA, J.B.B. e LOPES, L.L.A. Os Fóruns de Alto Nível da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): Limites e Perspectivas da Posição brasileira na Agenda sobre Efetividade da Ajuda Internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional.** Brasília, n. 8, Out/Dez. 2011. p. 27.

CLIFFORD, J. Notes on (Field) notes. In: SANJEK, Roger (ed). **Fieldnotes: the making of Anthropology.** New York: Ed. Cornell University Press, 1990.

CORRÊA, M. L. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia.** Brasília, 2010.

COUTO, I. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins.** Brasília: Ed. UnB, 1996.

DEVIN, G. **Sociologia das Relações Internacionais.** Salvador: EDUFBA /EDUFAL, 2009.

DORIA, A. El diálogo Sur-Sur desde una perspectiva transnacional. In: KABUNDA, M. (org) **África y la cooperación con el Sur desde el Sur.** Madrid: Ed. Catarata, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research.** London e NYC: Routledge, 2003.

GALÁN, M.G; OLLERO, H.S. **El ciclo de Proyecto de Cooperación al Desarrollo - El Marco Lógico en Programas y Proyecto: de la investigación a la evaluación.** Madrid, CIDEAL, 2010. 8 ed.

GALVANI, P. Religar la experiencia del sur y el sur de la experiencia, un método alternativo de investigación-acción-formación. In: **Para um pensamento do Sul: diálogos com Edgar Morin.** Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

GARCÍA, J. C. África-América: como entendernos desde el Sur-Sur? In: KABUNDA, M. (org) **África y la cooperación con el sur desde el sur.** Madrid: Ed. Catarata, 2011.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.

GÉNERO, E. G. **Análise da estratégia de desenvolvimento da União Africana: uma abordagem geo-social aplicada a São Tomé e Príncipe.** 2012. 441f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 11 ed., Rio de Janeiro: Record, 2009.

HOLM, J. **Pidgins and Creoles**: Cambridge Language Survey, v. 2 Reference Survey. Cambridge University Press, 1989.

HOUNTONDJI, P. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, março de 2008. P.149-160.

IRVING, M. A. Inspirações do sul para uma nova política de civilização. In: **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

KABOU, A. **E se a África recusasse o desenvolvimento?** Luanda: Ed. Pedago e Mulemba, 2012.

KABUNDA, M. (org) **África y la cooperación con el Sur desde el Sur**. Madrid: Ed. Catarata, 2011.

LANDER, E. (org.) A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur. Buenos Aires: Clacso, set. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar> Acesso em Dez 2013.

LEDERMAN, R. Pretexts for Ethnography: on Reading fieldnotes. In: SANJEK, Roger (ed). **Fieldnotes: the making of Anthropology**. New York: Ed. Cornell University Press, 1990.

LEITE, I. Cooperação sul-sul: um ensaio conceitual. **Boletim Mundorama**, n. 34, 2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>Acesso em Jan 2014.

LEITE, I. O Governo Dilma e o futuro da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional. **Boletim Mundorama**, n. 39, 2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/11/03/o-governo-dilma-e-o-futuro-da-cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-por-iara-costa-leite/>Acesso em Jan 2014.

MALDONADO, M. Rumo ao Sul. In: **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

MAINO, Elizabetta. **Le Kaléidoscope Identitaire: anthropologie historique de São Tomé e Príncipe**. 2004.567f. Tese (Doutorado em Antropologia Social e História) - École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, 2004.

MATA, I. **A Crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?** Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm> Acesso em Jan. 2014.

MAXIMIANO, A.C.A Gerenciamento da Cooperação Técnica Internacional. In: MARCOVITCH, J. **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo (EdUSP), 1994.

MINAYO, M. C. S. de. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2010.

MORIN, E. Para um pensamento do sul. In: **Para um pensamento do sul**: diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E. & MOIGNE, LE J.L.A inteligência da complexidade. São Paulo: Ed. Pireópolis, 2001.

MUÑOZ, E.E.; VALENCIA, R. C.; LORENZO, J.A.S. (Coords.). **Metodología de investigación en cooperación para el desarrollo**. Madrid: Catarata, 2010.

NEVES, C. A.; CEITA, M. N. **História de S. Tomé e Príncipe**: breve síntese. S. Tomé, 2004.

NYE, J. S. *Soft Power – The means to success in World Politics*. New York: Public Affairs. 2004.

OLIVA, A.R. **Reflexos da África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental**. Goiânia: Ed. PUC-GO, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. Carta das Nações Unidas de 1945. São Francisco: [s.n],1945.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolução da Assembleia Geral A/64/504. Informe do Secretariado Geral. Nova Iorque: 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolução da Assembleia Geral - Nairobi Outcome Document. A/64/222. Nova Iorque: 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Dados Estatísticos. (s.d.) Disponível em: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Sao%20Tome%20and%20Principe>
Acesso em fevereiro de 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 **A ascensão do sul**: progresso humano num mundo diversificado.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Enhancing Management Practices in South-South and Triangular Cooperation** – Study on Country-Led Practices. UNOSSC & JICA, 2003.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Global Tuberculosis Report 2013**. Genebra, 2013.

OPAS/OMS. Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde. **O apoio à implementação da estratégia de tratamento diretamente observado (DOTS) para o combate à tuberculose**. Série: Boas Práticas da Gestão dos Termos de Cooperação no Contexto da Cooperação Técnica da OPAS/OMS. Brasília, 2010.

PETRAGLIA, I. Um pensamento do sul e a esperança de uma nova política de civilização. In: **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

PLONSKI, G.A. A Administração de Projetos Aplicada ao Ambiente da Cooperação Técnica Internacional: Visão de Conjunto. In: MARCOVITCH, J. **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo (EdUSP), 1994.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. de. **Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes, 2009.

REALITY of AAID Report. **South-South Cooperation: a challenge to the aid system?** Special Report on South-South Cooperation 2010. Disponível em: [http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/E7CA78D6C6C901D0C125775400224AA6-ROA%20SSDC%20Special%20Report\(English\)%5B1%5D.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/E7CA78D6C6C901D0C125775400224AA6-ROA%20SSDC%20Special%20Report(English)%5B1%5D.pdf) Acesso em Dezembro 2013

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe**. 2012, 301f Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROCA, A; INIESTA, F. Raíces: por qué la historia es un conocimiento vital en el África del siglo XXI? In: SANTAMARÍA, A. ; MUÑOZ, E. **África en el horizonte: introducción a la realidad socioeconomica del África subsahariana**. Madrid: IUDC e La Catarata, 2006.

ROSA, Maria da Luz. **Implicações Psicossociais e Familiares da Doença na Pessoa com Tuberculose**. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S & MENEZES, M. P. **Epistemologias do sul**. 2 ed. Coimbra: CES, 2010.

SANTOS, M.C.R. **A Cooperação Sul-Sul brasileira a partir da análise da cooperação em registro civil de nascimento com Guiné Bissau: uma aplicação da teoria da policy transfer**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) - Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SAO TOME E PRINCIPE – **Guia Turístico 2013/2014**. Disponível em: <http://www.guiastp.st> e www.discoverstome.st

SARAIVA, F. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SEIBERT, G. A Origem dos angolares em São Tomé e Príncipe. **Brief Paper** n. 5/98, CEsA, Lisboa, 1998. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief_98_5.PDF Acesso em Janeiro 2014.

SERRANO, A. **Política pscolonial al sur del Sáhara**. In: SANTAMARÍA, A.; MUÑOZ, E. **África en el horizonte**: introducción a la realidad socioeconomica del África subsahariana. Madrid: IUDC e La Catarata, 2006.

SOARES, G. F. S. A cooperação técnica internacional. In: MARCOVITCH, J. **Cooperação internacional**: estratégia e gestão. São Paulo: EdUSP, 1994.

SOTOLONGO, P. L. C. Hacia un pensamiento complejo y crítico del sur. In: **Para um pensamento do sul**: diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

TODOROV, T. **Nós e os outros**: A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993. v. 1 e 2.

VISENTINI, P.; RIBEIRO, L.; PEREIRA, A. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

Notas Originais

(1) O trecho original citado página 16 (capítulo 1) é “El Sur no se encuentra en la misma situación de Bandung, desprovisto de medios de desarrollo autónomos. Puede arreglárselas ahora sin el Norte y desarrollar formas múltiples de cooperación, comerciales y tecnológicas. El comienzo de un segundo Bandung, de geometría variable, se encuentra en formación.” (AMIN, 2008 *apud* García, 2011, p. 254)

(2) O quadro oriental citado na página 26 (capítulo 1) é o seguinte:

| | Hard | Soft |
|-----------------------|--|---|
| Spectrum of Behaviors | Inducement Coercion Command | Agenda setting Attraction Co-opt |
| Most Likely Resources | Force Sanctions Payments Bribes | Institutions Values Culture Policies |

(3) O trecho original citado na página 31 (capítulo 1) é “Una verdadera regeneración civilizatoria, componente de la cuál pueden — y deberían ser — artes de vivir "sureños" como "el Vivir Bien" boliviano, o "el Bien Vivir" peruano o ecuatoriano; así como el "Mífo nada, Todo-de-Todos" centroamericano, como ilustraciones de nuestra especificidad multiétnica y multicultural rica y diversa, tantas veces omitida. Las que están reivindicándose por un "Movimiento de los Movimientos" sociales (desde las bases de la sociedad), que reivindica asimismo las producciones locales auto-abastecedoras, todo como una dialógica entre globalización y localización, que "rescata" a lo social "secuestrado" por lo político (y subordinados ambos a la lógica de la economía del mercado global). (SOTOLONGO, 2011, p. 203)

(4) O trecho original citado na página 35 (capítulo 2) é “Desgraciadamente, existe una verdadera “guerra económica” entre aquellos países, que no siempre dan prioridad a la resolución de los problemas africanos, sino que buscan asegurar su presencia en este continente, dotado con recursos naturales muy poco explotados (importantes reservas de oro negro, de gas y de minerales, además de constituir un importante mercado) y que lo han colocado en el centro de la geopolítica mundial o de la rivalidad entre las grandes potencias y los países emergentes, como en la época de la guerra fría.” (KABUNDA, 2011, p.10-11)

(5) A tabela original citada na página 40 (capítulo 2) é a seguinte:

| | | |
|----------------|---|--|
| África Madre | Del Pleistoceno medio hasta entrado el neolítico (Aprox. 200.000-150000 a.C hasta del IV milenio a.C al I d.C según regiones) | -humano/a “biológicamente moderno/a” y su “paquete cultural” - agricultura y ganadería - división social y formalización del conocimiento - diáspora sahariana y sistemas de pensamiento |
| África antigua | Fin del neolítico egipcio (IV milenio a.C) hasta el testimonio islámico (s. VII) (siglos “oscuros” del África subsahariana) | - Egipto antiguo y “milagro griego” - Primeras civilizaciones “sudanesas” - “Bantuización” - Orígenes del rechazo de la maximización productiva: hacia el mito sensual |
| África clásica | Siglos VII- XV (multiplicación de las posibilidades de periodización regional) | - Los “imperios medievales” y el origen de las formaciones políticas complejas - Articulaciones pluriétnicas y diversidad de las opciones de modelo político - La falacia del motor externo (islam...) |

| | | |
|--------------------|---|---|
| África crispada | <ul style="list-style-type: none"> - Siglos XV-XVII: primer contacto directo con Occidente - Siglos XVII-XVIII: clímax de la trata atlántica - Siglo XIX: prospecciones protocoloniales | <ul style="list-style-type: none"> - Militarización y trivialización de la vida humana - Articulación marginal de África en el sistema-mundo - Elasticidad específica de las comunidades africanas - Fructificación de clasicismos locales |
| África dependiente | <ul style="list-style-type: none"> - 1885: Primera Guerra Mundial: ataque y “pacificación” colonial - Entreguerras: edad dorada del colonialismo - 1945-1969/70: emancipación | <ul style="list-style-type: none"> - Constatación del “desfase” económico, tecnológico, epistemológico y político - La impronta civilizadora y la desestructuración de los sistemas tradicionales - El proyecto del Estado-nación |
| África perpleja | <ul style="list-style-type: none"> - 1960/70 a la actualidad - Neocolonialismo - Monopartididismo (golpes militares, revolución...) - Democratización y supuestas “restauraciones” autoritarias | <ul style="list-style-type: none"> - Casos en la herencia político-económica del colonialismo - Perpetuación en la marginalidad en la aldea global - Los “fósiles culturales” y el afloramiento de la tradición: las vías africanas - Recuperación del pluralismo |

(6) O trecho original citado na página 41 (capítulo 2) é “Las hambrunas, las catástrofes naturales, los conflictos violentos, las bajas tasas de crecimiento económico, el subdesarrollo y “atraso” de la cultura africana, los malos indicadores de desarrollo humano, pero, sobre todo, su extremada pobreza, siguen siendo los argumentos utilizados para justificar la cooperación con los países y las comunidades africanas. Además de los elementos geopolíticos y de los intereses económicos y comerciales, en el caso africano, el elemento civilizatorio fue y sigue siendo crucial para comprender los razonamientos de la cooperación internacional. La superioridad moral occidental, la hegemonía ideológica del capitalismo, el humanitarismo... incluso el sentimiento de culpabilidad histórica son algunas de las motivaciones que llevan a los donantes a cooperar con los países africanos. Mientras que para los dirigentes africanos la cooperación se ha convertido también en una fuente de financiación externa para mantener el exiguo Estado poscolonial”. (ALBERDI & ALCÁDE, 2006)

(7) O trecho original citado na página 43 (capítulo 2) é “Uno no sabe si resulta irónico o siniestro que Hegel, al absolutizar la razón occidental, desechase las memorias africanas por no estar escritas, tachando a sus pueblos de “dormidos”. La apreciación de Hegel no hacía sino justificar la entonces inminente tutela colonial, pues, desde el nacionalismo europeo contemporáneo, un grupo que no fuera consciente de su pasado no podía construir un futuro. La historiografía colonial – que se consideró a sí misma como una empresa pionera en suelo africano – asumió esta visión y la ha traspasado, a menudo de forma casi imperceptible, a una buena parte de los historiadores actuales, con independencia de su aprecio o su rechazo del legado de la colonia”. (ROCA & INIESTA, 2006)

(8) O trecho original citado na página 54 (capítulo 2) é “Si el clan o la tribu, o el reino, son formas adoptadas por la especie, su función legítima no puede ser otra que la de preservar al grupo y transmitir su legado, evitando cualquier ruptura grave con el entorno cultural y natural: si se respeta a los antepasados, no se puede crear una destrucción que haga la vida inviable a nuestros descendientes y su entorno, social y natural. Los esclavos perdieron su libertad, pero muchos no perdieron su sabiduría, profundamente meridional, egipcia, africana, holista, amoderna.”

(9) O trecho original citado na página 44 (capítulo 2) é “Nadie que estudie el África puede ignorar este hecho. Como otros, los pueblos africanos deberían aprender de su propia historia para no repetir algunos de sus pasajes. Para ello, no sólo han de re entender la historiografía moderna, sino que también tienen que escuchar la multitud de memorias “populares” que, además de describir las mencionadas soluciones, las imbrican con formas de hacer – encarnadas inevitablemente en personas – que han probado año tras año siglo tras siglo su utilidad.” (ROCA & INIESTA, 2006, p. 23)

(10) O trecho original citado na página 45 (capítulo 2) é “Teniendo en cuenta que esas diferencias se construyeron a partir de la creación del Estado-nación, en América Latina se habla de la idea o de la

búsqueda de una segunda descolonización, o decolonialidad, que busca superar la “colonialidad del poder” en contraposición a la Descolonización (con mayúscula) jurídica, que se logró con la independencia de las potencias europeas [...] en el caso de América Latina, pero en alguna medida, también en otras regiones como África, ha estado enraizadas en las estructuras de poder creadas desde la época colonial y se han extendido luego en la etapa postcolonial.” (BAQUERO, 2006, p. 141)

(11) O trecho original citado na página 49 (capítulo 2) é “Among my own notes, my personal journals are the most orienting and accessible because they contain long, synthetic passages on particular topics. But perversely, they are also the most private of my notes. They are, in fact, what I imagine I would never want to make public, since they are as much a diary “in the strict sense” as they are a record of reflections on my readings and my field observations and interviews.” (LEDERMAN, 1990, p. 75)

(12) O trecho original citado na página 53 (capítulo 2) é “La question est alors d’interroger les processus d’affirmation collective afin de retracer la gestation d’une identité et faire la part entre mythes, réélaboration des mémoires et réalités sociohistoriques. Le paradigme postcolonial envisage STP comme une communauté historique porteuse, depuis la genèse de sa formation sociale, d’une altérité radicale en quête d’émancipation de la domination coloniale et, à la fois, comme une société ethniquement différenciée. » (MAINO, 2004, p. 11)

(13) O trecho original citado na página 62 (capítulo 2) é “Le terme « créole » est généralement entendu comme synonyme de métis, figure ambiguë de «personne née de parents génétiquement différents» qui mène à des définitions tortueuses : «[ils] sont Africains par leur apparence physique, mais conservent une attitude de supériorité face aux autres Africains au motif de leur culture créole et de leur histoire de Noirs libres». Cette « culture créole » est alors définie comme le résultat des « unions raciales mixtes » et le nouveau qu’elle produit est le « luso-africain », ce qui ne fait que souligner la somme de la double référence ancienne. La caractéristique principale serait ainsi l’« africanisation » biologique de la créolisation culturelle. (MAINO, 2004, p. 7)

(14) O trecho original citado na página 64 (capítulo 2) é “L’africanité, ou la négritude, sa version préalable, qui revendique l’atavisme culturel en s’appuyant sur le critère d’une unité de la race nègre, et la créolité qui, n’ayant pas d’ancêtres se propose comme une nouvelle essence, s’inscrivent toutes deux dans ce courant de revalorisation des ontologies. » (MAINO, 2004, p.11)

(15) O trecho original citado na página 85 (capítulo 3) é “[...] we may textually construe (represent, imagine, etc.) the social world in particular ways, but whether our representations or construals have the effect of changing its construction depends upon various contextual factors – including the way social reality already is, who is construing it, and so forth. So we can accept a moderate version of the claim that the social world is textually constructed, but not an extreme version.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9)

(16) O trecho original citado na página 88 (capítulo 3) é “I see discourse as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world. Particular aspects for the world may be represented differently, so we are generally in the position of having to consider the relationship between different discourses. Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people. Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds, which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions. The relationships between different discourses are one element of the relationships between different people – they may complement one another, compete with one another, one can dominate others, and so forth. Discourses constitute part of the resources which people deploy in relating to one another – keeping separate from one another, cooperating, competing, dominating – and in seeking to change the ways in which they relate to one another.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)

ANEXO

Cenas e Relatos: trechos do Diário de Campo

São Tomé e Príncipe



Foto 1, Menina santomense indo para a escola, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Marina Caixeta e Ricardo Jatobá

Setembro de 2013

Estamos no paralelo 0 e meridiano 0.
Que emoção estar no centro do mundo!



Foto 2, A baía de Ana Chaves no centro de São Tomé, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Uma caminhada pelas ruas escuras da cidade às 20h impressiona, pois a capital do País parece não ter energia elétrica. Desperta certo medo se aventurar pelas ruas desertas e escuras de São Tomé, mas como “somos todos primos” (ditado popular que coincide com o nome do país abreviado na sigla STP), não há o que temer, afinal potencial ladrão não pode sair da ilha e é facilmente reconhecido por todos.



Foto 3, Feira Central da cidade de São Tomé, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

As feiras brasileiras parecem ter origem africana. O caruru baiano é o kalulu de São Tomé e Príncipe, a palmeira, além do óleo de dendê, produz uma bebida alcóolica muito popular e vendida em tonéis na feira, o “vinho de palma”; a ilha é farta em legumes que se juntam ao colorido dos panos e mostram o calor, a agitação e a identidade tropical dos santomenses. As crianças pregadas ao corpo das mães, feito cangurus, amarradas às suas costas com panos estampados podem ser tão felizes e bem cuidadas quanto o amor maternal poderia desejar, sem deixar de trabalhar.

Os locais públicos só ligam o ar-condicionado quando os estrangeiros chegam, daí a reflexão: será que eles não sentem o mesmo calor que a gente com esta pele de cor que protege do sol forte ou essa é uma forma de economizar a energia? Estariam os santomenses, uma vez mais nessa História, sendo privados do conforto e do progresso da civilização ou eles acham isso supérfluo e desnecessário?! (O calor quase nos derrete!)

Para o almoço, um simplório local improvisado por um jovem cheio de iniciativa e muito sagaz. Pérsio era cantor de RAP em Lisboa, mas que na dificuldade de sobreviver da música fora de seu país, estava agora tentando a vida em São Tomé e Príncipe a espera de poder pagar a gravação do próximo CD da banda. Em seu restaurante, enquanto comíamos uma omelete, e nos surpreendemos pela deliciosa mistura de ovos, cebola, pimenta e “nikila” (a planta que daria potência sexual), era necessário lutar contra as moscas.



Foto 4, Crianças indo rumo ao rio para lavar roupa, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Cena muito comum em São Tomé são os locais onde se vê as lavadeiras de roupas, nos rios e tanques públicos. Crianças participam, ajeitando as bacias em cima da cabeça com roupa suja e produtos de limpeza. Tarefa tão árdua e chata, coisa que adultos fazem por obrigação, no meio do tédio das atividades domésticas, as crianças transformam-na em brincadeira e explicam como fazem para nós, estrangeiros: passam sabão na roupa, esfregam, estendem-nas nas pedras para um banho de sol, e vão tomar seu banho de rio e brincar; quando voltam, colocam outro tipo de sabão (a palavra “omo” veio à tona), enxaguam e vão embora.



Foto 5, Crianças de saída para lavar roupas, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Em tom de confissão, deve-se admitir um certo incômodo de sermos vistos como diferentes por todos, por sermos brancos, trajarmos roupas diferentes, parecermos vindo de outro lugar... se somos vistos como turistas, nos pedem euro, colocam preços altos nas coisas e não se aproximam de forma sincera, mas interesseira... esse não é o caso das crianças. Na companhia delas, pudemos interagir com o novo, comer cacau e tomar água do côco tirados do pé em meio a muita farra, estabelecer relações fraternais, sinceras e confiáveis, como faríamos com um familiar; entramos no universo deles e vimos de perto o ritual de lavar a roupa nos fins de semana, tão comum em São Tomé.

Cadê o Cinema de São Tomé? Não há resquício da sétima arte na entrada do antigo prédio; perguntados sobre o cinema, alguns jovens não possuíam qualquer informação. Um senhor mais de idade, na porta de um prédio alto perto com atividades ligadas à arte, explicou que aquele foi o único cinema da cidade (e do país!), que já não existia há algum tempo pela dificuldade de importar as películas, já que o aparelho de projeção era daqueles antigos. Mas nos confortou “se quiserem assistir a um filme, podem ir ao Centro-Cultural do Brasil”

Taxistas, como em todos os lugares inclusive o Brasil, costumavam elevar o preço da corrida em até 3 vezes o valor normal quando nos viam... o primeiro impulso de todos deste ramo é explorar o que puder do turista... ainda mais se considerarmos serem os turistas muito poucos no País, que, por sua vez, oferece pouca ou quase nenhuma estrutura para o turismo (por exemplo não há mapas e guias turísticos, muito menos placas indicando as direções, poucos hotéis e restaurantes e quase nenhum Centro Cultural ou museu... De toda forma Temo o dia que chegarem os grande resorts na ilha, daí passam de 8 para 80!

A estrutura do único hospital de São Tomé e Príncipe é precária, muitas carências, num ambiente que já é triste com pessoas doentes. No centro de Tisiologia, a boa surpresa de encontrar a enfermeira responsável sorridente e a mil; ela faz um emocionante trabalho com os pacientes de Tb... estava acompanhada de um segurança que interagiu com os doentes como um verdadeiro companheiro.



Foto 6, Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Há 25 doentes internados no Centro de Tisiologia, sendo cinco HIV positivos, um senhora diabética e uma criança epiléptica. A enfermeira, além daqueles pacientes, acode os distritos, ela está quase sempre no telefone com os pontos focais dos sete distritos sanitários do País que, a cada identificação de pessoa com Tb, liga para o Centro solicitando os medicamentos para o DTOS, que já é descentralizado! O que chama a atenção é a simplicidade do local, situado em meio a uma área com muita poeira vermelha, do seu lado estará hospedado o laboratório de referencia, resultado da cooperação com o Brasil!



Foto 7, O Centro de Tisiologia do Hospital, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Oba! Fomos à fantástica fábrica de chocolate e café do Sr. Claudio Corallo, que só abre uma vez na semana (às quintas-feiras) para visitas dos turistas interessados em trocar ouro por chocolate nativo. A visita é guiada pelo próprio Sr. Corallo, que é um imigrante italiano que faz questão de contar sua história como degustador, investigador e fabricante de chocolate e café que foi até São Tomé e Príncipe em busca das iguarias do País. As vendas do seu caro chocolate são proibitivas para um nativo (100g de chocolate a 4 euros ou 100 mil dobras). A situação parece ser mais uma ilha dentro da ilha de São Tomé, tão abundante nesses dois produtos, mas cuja população não teria condições de adquiri-los como são fabricados. O chocolate mal é comercializado fora deste lugar e não deve gerar empregos, nem alegria como retorno do empreendimento à população santomense...

Pessoas param os estrangeiros nas ruas pedindo que tirem fotos. Será que eles ficam felizes com a simples ideia de ter suas imagens nas câmeras exportadas? Isso gera alegria para os fotógrafos estrangeiros, como nós, que querem registrar o máximo possível das expressões faciais, das paisagens e hábitos culturais únicos de São Tomé e Príncipe. Diante disso, decidimos fazer o inusitado: revelamos as fotos e fomos atrás dos fotografados para presentear-los, afinal esse era um simples gesto de gratidão que deixaríamos em troca das imagens que trouxemos...



Foto 8, Crianças são-tomenses sorrindo para a câmera, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Não há pelo País um bom mapa que guie o turista; no entanto, há sim uma diretriz que é capaz de ajudar qualquer viajante que decida alugar um carro e sair se conduzindo pela ilha: só há três estradas saindo da cidade de São Tomé, uma que percorre o litoral norte e vai até a cidade de Santa Catarina (lá a estrada de fato acaba!), uma que entra para o interior do país até a roça Bombaim, que fica exatamente no miolo da ilha e que parece o fim do mundo, e outra que percorre o litoral sul rumo ao ilhéu das Rolas. O trânsito é louco, as estradas são ruins e com movimento de gente e motocicletas se misturando, requerendo atenção dobrada, mas as paisagens naturais são estonteantes!

No interior do País percebe-se uma linda natureza contrastando com a precariedade e falta de bem-estar. Segundo indicadores recentes, mais 80% da população é considerada pobre. Lamentável ver tanta gente convivendo sem água e luz, em ambientes tão sujos e inóspitos com água parada, animais circulando (porco, cabras, cachorros sarmentos, galinhas), casas de madeira velha, chão de terra batida. O alívio é constatar que ao menos alimento e fraternidade não parecem faltar nesta terra!



Foto 9, Mulher santomense na saga trabalho e maternidade, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

A paisagem natural é verdadeiramente estonteante, exuberante; coqueiros margeando o mar azul turquesa, muito verde e lindas carinhas de crianças sorrindo! A transição geográfica da Savana africana para a mata tropical fechada, no entanto, era admirável! Seguindo a estrada, mais para o oeste da ilha (na cidade de Santa Catarina) encontramos outro clima, vegetação e sensação: mata de zona temperada com clima mais frio, picos das montanhas encobertos por nuvens e rios caudalosos.



Foto 10, Os baobás do distrito de Lobata, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Além disso, a simples estrada que contornava o litoral nos permite ver o grande movimento de andarilhos nas estradas carregando produtos da terra na cabeça, mulheres lavando roupas nos vários rios que se cruza, as infinitas crianças brincando nos rios e praias, mostrando a água como uma benesse para o ser humano (e de que muitas vezes nos esquecemos), talvez pela falta dela em casa nos chuveiros, lavatórios, vasos sanitários, tanques, pias....



Foto 11, O colorido das lavadeira dos rios, JATOBA & CAIXETA, 2013

As antigas roças de cacau e café, de construções típicas portuguesas e ostentosas de séculos passados, se encontram totalmente desmanteladas; algumas abandonadas por completo compõem o cenário do abandono das pessoas que moram perto, outras são ocupadas por várias famílias, sem a mínima estrutura para acolhê-las. As roças que rendem proventos com os turistas e que são anunciadas nos guias como pontos turísticos, na verdade, são bem ruins de serem visitadas...



Foto 12, A Roça Agostinho Neto: cartão postal de São Tomé e Príncipe, JATOBA & CAIXETA, 2013

Crianças pedem a todo instante doces e lapiseiras??"...um simples pacote de biscoito de chocolate com framboesa trazido de Portugal fez a alegria da garotada que, em sinal de gratidão e de forma inesperada, nos ofereceram cacau em troca.



Foto 13, O cacau santomense, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Ihéu das Rolas, considerado por alguns como o próprio paraíso na Terra. Um ônibus (geralmente cheio) faz o trajeto partindo do Hotel Miramar para levar seus hóspedes ao Resort da mesma rede que fica no ilhéu. Infraestrutura muito bem montada, aproveitando as paisagens paradisíacas da ilha requer o pagamento de 50 euros para passar um dia na ilha, com transporte, refeição e uso das dependências do resort. Como todo resort, este isola os hóspedes da realidade de outras populações que vivem na ilha. Um rapaz de uns 20 anos que mora por lá em uma situação não tão boa, se mostrou muito apaixonado pelo Brasil; ao ser perguntado se ele amanhecia os dias agradecendo a Deus por morar em um lugar tão belo, ele responde que, pelo contrário, amanhecia todos os dias pedindo para sair de lá.



Foto 14, O Ilhéu das Rolas: Marco 0 do mundo, JATOBÁ & CAIXETA, 2013



Foto 15, O Ilhéu das Rolas: turismo segregador, JATOBÁ & CAIXETA, 2013.

Ao voltarmos à Praia Milha para deixar as fotos dos meninos, e de bebermos uma água de coco, dada com muito carinho, conhecemos mais pessoas, tiramos mais fotos e eu tive a impressão de ouvir algo um tanto quanto triste e curioso: uma mãe dizia para seu filho 'tá vendo, você não precisa ter medo de branco'. Isso somado a outras constatações, nos leva a crer que talvez as feridas da escravidão ainda estejam bem vivas por lá.

É interessante ver as crianças andando à margem das pequenas estradas uniformizadas indo ou voltando da escola, todas esmeradamente arrumadas, com uniformes variando de acordo com a faixa etária; mas, ao mesmo tempo, muito triste se constatar o quanto andam para chegar a escola (há se lembrar que era região montanhosa!) e a que perigo estão submetidas com motoristas de taxis e vãs dirigindo alucinadamente.



Foto 16, Crianças uniformizadas, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

A Roça "Monte Café", segundo dizem, é a única que produz até os dias de hoje o café produzido e exportado da ilha. Um destaque vale ser registrado: Taiwan está beneficiando o café produzido na ilha, que volta ensacado com grafias chinesas; algo impressionante. Compramos café com caracteres chineses!



Foto 17, Roça Monte Café: local de museu e degustação de café, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Apesar do abandono da roça Monte Café, a população conseguiu ao menos salvar algumas memórias, instrumentos e registros do passado. O guia turístico que nos recebeu, era do local e tinha histórias do seu avô nestas casas nos tempos de ostentação portuguesa. Segundo o que nos contaram e nos fizeram degustar, há na ilha a produção de 3 espécies de café: robusta, arábica, tipo catura, e libéria.



Foto 18, Ruínas da Roça Monte Café, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

A roça de Bombaim está situada no meio da ilha; um lugar um tanto misterioso e calmo. Uma casa que parece ainda estar nos tempos antigos e que serve de hospedagem e de restaurante para estrangeiros amantes do campo, enquanto que a senzala (ou "sanzala") continua sendo a casa dos mais de 20 trabalhadores da fazenda; senhores muito carentes, lugar sujo e apertado para tanta gente e edificações antigas sem qualquer reforma ou adaptação para a vida. Algo impressionante de se constatar!



Foto 19, A Senzala da Roça Bombaim, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Ao sul da ilha, três paradas obrigatórias: a Boca do Inferno; praia Micondo e praia Colônia. Na Boca do Inferno, o visual das pedras pretas vulcânicas é lindo, gerando um contraste do preto das pedras com o branco das ondas! Todas essas praias ao sul da ilha tem uma vegetação muito densa por trás, tornando os locais ainda mais agradáveis. As praias são quase desertas. Entretanto, algumas cenas se repetem: mulheres lavando roupa nos rios, crianças, sempre em grupo chegam até nós, pedindo doces.

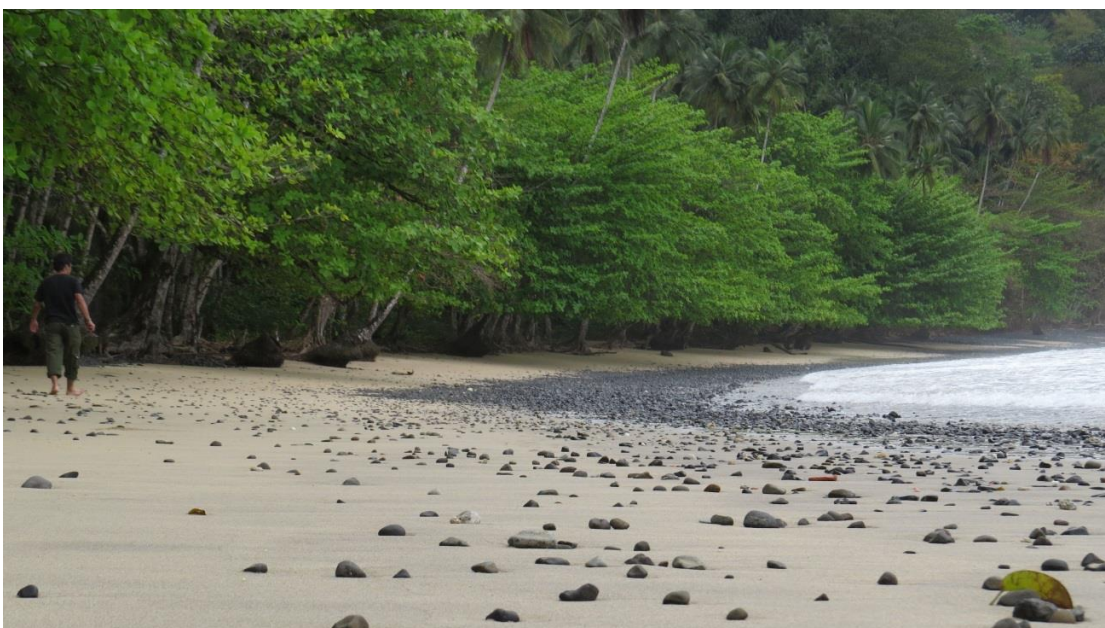


Foto 20, Praia ao sul da ilha, JATOBÁ & CAIXETA, 2013

Na Roça de São João dos Angolares, o antigo casarão português serve de hotel aos visitantes e de Centro Cultural para o País. Primeira experiência com boa estrutura para turistas nas roças. A casa fica num local alto, com uma bela vista para o mar, de um lado, e com a mata cerrada, do outro. A decoração interessante, com muitos e belos quadros pelas paredes de artistas locais (todos à venda) mostra o aconchego do local... o dono do local e seus empregados fazem, inclusive, festivais gastronômicos para qualquer turista apreciar. A área de alimentação da roça fica numa grande varanda que serve como o melhor aposento de toda a casa. Eles produzem no local o próprio café, além de compotas e temperos.

Mesmo saindo cedo para o aeroporto e com data de saída prevista para as 6h40, as últimas horas em São Tomé e Príncipe podem render páginas de desabafos e reflexões. O atraso de mais de uma hora se deveu ao fato de ser aquele um voo que levaria o presidente de São Tomé e Príncipe e sua comitiva à Lisboa. Isso fez com que as inspeções de bagagem, o preparo da aeronave e da pista de vôo (inclusive com um tapete vermelho estendido, com a presença do exército e da TVS local) fizessem todos os demais passageiros esperarem algumas horas na sala de embarque. Muito indignação gerada nos estrangeiros e quase nenhuma na população local...

Curioso também o fato de um dos membros da comitiva presidencial estar acompanhado da sua esposa grávida, sua filha e outra mulher...levantando a questão: será que a viagem das acompanhantes do homem notável foi custeada pelo Estado santomense? Depois de todo aquele tratamento real que estava sendo dado a um presidente eleito, isto tudo era bem possível de se esperar. O pior é que a população de São Tomé e Príncipe nem sonha e espera receber uma prestação de contas do que se faz com o orçamento público, nem mesmo os países doadores (temos de considerar que 85% do orçamento público do País é proveniente de doações externas e cooperação internacional).

A pergunta que não quis calar e que a princípio pode gerar constrangimentos é "será que se São Tomé e Príncipe não entrou mesmo na onda do desenvolvimento?" As reflexões que utilizamos para responder a esta pergunta são várias e sem fim porque a resposta ainda não é conhecida... Talvez porque ela remeta a tantas outras perguntas que devem ser respondidas em primeiro lugar e que colocam em causa nossos próprios referenciais de vida, nossas mentes induzidas por opiniões de autores que tiveram alguma projeção. O fato é que grande parte do povo santomense vive graças ao grande esforço que empenham cotidianamente nos seus afazeres e que a classe política ainda goza de privilégios que muitos estadistas não teriam coragem de ostentar.



Foto 21, Marina e a beleza de São Tomé e Príncipe: as crianças, JATOBA & CAIXETA, 2013



Foto 22, Ricardo em meio a meninas uniformizadas perto do palácio presidencial, JATOBA & CAIXETA, 2013